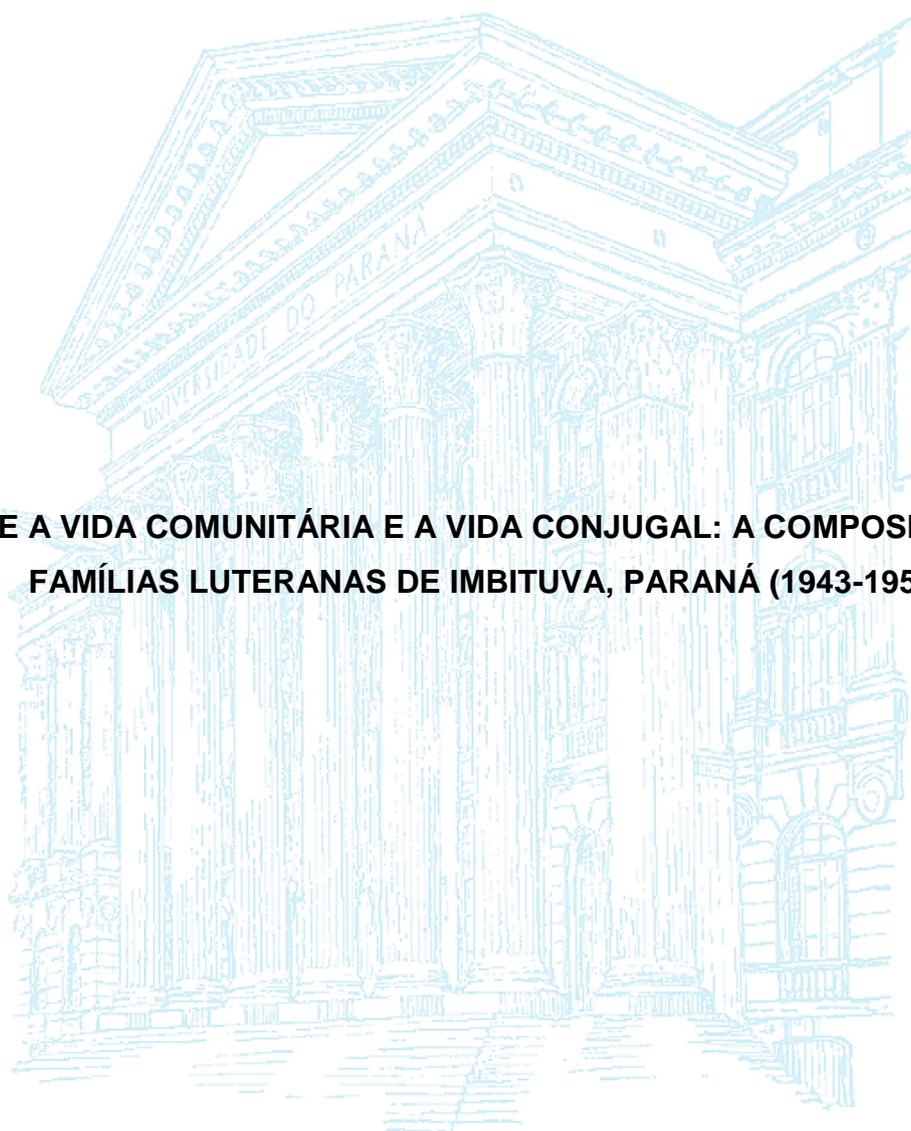


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JANAINA CRISTIANE DA SILVA HELFENSTEIN

**ENTRE A VIDA COMUNITÁRIA E A VIDA CONJUGAL: A COMPOSIÇÃO DAS
FAMÍLIAS LUTERANAS DE IMBITUVA, PARANÁ (1943-1959)**



CURITIBA

2014

JANAINA CRISTIANE DA SILVA HELFENSTEIN

**ENTRE A VIDA COMUNITÁRIA E A VIDA CONJUGAL: A COMPOSIÇÃO DAS
FAMÍLIAS LUTERANAS DE IMBITUVA, PARANÁ (1943-1959)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em História, no Curso de
Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas
da Universidade Federal do Paraná,

Orientador: Professor Dr. Sergio Odilon Nadalin

CURITIBA

2014

Aos jovens casais luteranos que, muito além de se unirem em matrimônio e formarem uma família, acabaram por se tornar o objeto dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Quando decidimos nos aventurar a encarar os desafios de uma vida acadêmica e a realização de um curso de pós-graduação, muitas são as horas em que passamos sozinhos em meio aos livros e em frente à tela do computador. Contudo, um trabalho desta monta só pode ser concretizado com o auxílio de muitas pessoas e instituições. Mencioná-los aqui nestes agradecimentos é apenas a forma mais singela de demonstrar meu reconhecimento e gratidão pela ajuda recebida nesses mais de dois anos.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo custeio de minha pesquisa através das bolsas recebidas durante 24 meses.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa. À secretária da pós-graduação Maria Cristina, por sempre quebrar nossos galhos e por nos lembrar de nossas obrigações.

Em especial gostaria de agradecer aos professores Dr. Antonio Cesar Almeida Santos, Dra. Andreia Doré, Dra. Martha Hameister pelas disciplinas ministradas durante o curso. Aos meus colegas de disciplina, pelas discussões empreendidas, os cafés animados após as aulas, os passeios por Curitiba, a companhia nos eventos e a amizade recebida nesse ano de convivência.

À professora Dra. Martha Hameister pela participação na banca de qualificação. À professora Dra. Maria Luiza Andreazza pela participação nas bancas de qualificação e de defesa e ao professor Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar pela participação na defesa desse trabalho. Tê-los presentes em momentos tão significativos desse trabalho foi de suma importância para a realização dessa versão final. Suas considerações me fizeram crescer e aprender cada vez mais.

Ao meu orientador Sergio Odilon Nadalin, um agradecimento mais que especial. Muito obrigada pela sua paciência e confiança em mim, mesmo eu tendo falhado contigo em vários momentos. Obrigada pelas leituras atentas e principalmente pelos puxões de orelha tão merecidos. O senhor é o exemplo de profissional que pretendo me tornar.

À Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição de Imbituva por ter me concedido livre acesso à documentação utilizada para a realização dessa pesquisa. Em especial quero agradecer a Eliziane Diedrichs, secretária da comunidade, por ter me aturado nas muitas

tardes em que fui fotografar a documentação e aos pastores Odil Sonntag e Wanderley Maycon Lange pelas informações adicionais a respeito das peculiaridades da comunidade.

À professora Cleusi Bobato Stadler, pesquisadora da história de Imbituva. Inicialmente, seus livros me auxiliaram a conhecer um pouco dessa cidade e da comunidade luterana que me aventurei a pesquisar. Posteriormente, tive o grato prazer de conhecê-la pessoalmente, e mais uma vez, a partir de seu pleno conhecimento dessa cidade e seus moradores a senhora me guiou na busca de pessoas que pudessem ajudar minha investigação através das entrevistas.

Ao professor Aglacir Igenes de Miranda (professor Miranda) membro da Academia de Letras, Artes e Ciências da Região Centro-Sul do Paraná (ALACS) por ter dividido comigo suas informações a respeito de algumas figuras ilustres de Imbituva. Ao senhor Otoniel Darlan Scheidt, também pelas contribuições feitas a esse trabalho, na forma de indicações de fontes de investigação.

Não poderia deixar de agradecer a senhora Leony Scheidt, por ter me recebido tantas vezes em sua casa e partilhado comigo momentos de sua vida íntima e também da vida da comunidade luterana através das entrevistas. Da mesma forma, estendo meu agradecimento a mais dois entrevistados, Dolores Venske e Henrique Leopoldo Grollmann Filho. Obrigada por me fornecerem informações a respeito de seus pais e parentes mais próximos. Cada contribuição foi fundamental para o entendimento desse grupo de luteranos que tanto me intrigou durante esses anos de pesquisa.

Ao Arquivo Público do Paraná da cidade de Curitiba pelo envio dos Arquivos da DOPS referente ao processo de Imbituva. Ao Arquivo da Igreja Evangélica Luterana do Brasil na cidade de Porto Alegre, em especial ao senhor Paulo Udo Kunstman pela acolhida e principalmente pelo auxílio nas pesquisas.

À equipe do curso de História (UAB/ UNICENTRO) na modalidade a distância, obrigada pela parceria tão animada nesses anos de tutoria. Aos professores Dr. Carlos Eduardo Schipanski e Ms. Milton Staczyck Filho, mais que chefes, vocês foram amigos e incentivadores. Aos colegas de tutoria que alegravam minhas tardes, em especial às colegas que se tornaram amigas: Kety e Maria Gisele, obrigada pela nossa parceria!

À minha família que sempre me ajudou como pôde, mas em especial, gostaria de citar minha tia Nena e meu tio Nelson e as primas Eloara e Gisele, que gentilmente me acolheram durante um ano em sua casa enquanto eu cumpria os créditos do curso. Muito obrigada por cederem a mim um lugar no lar de vocês e por me adotarem durante esse ano.

Os amigos que fiz durante a minha trajetória não poderiam ser deixados de lado. Cada um a seu modo e no momento certo apareceram em minha vida e foram cruciais nessa minha caminhada. Maria Elvina obrigada por ser a irmã que escolhi, por me emprestar a sua mãe, por estar presente nos momentos mais importantes da minha vida, por sempre torcer por mim, por me colocar nos eixos quando necessário e principalmente por me proporcionar horas de conversas e risadas que sempre me animavam nos momentos de dificuldades. Obrigada por tudo. Você sabe o quanto sua amizade é importante pra mim!

Não poderia deixar de mencionar as amigas que surgiram em minha vida por acaso, nessa reta final da dissertação, mas que apareceram no momento em que eu mais precisei. Rosana e Darcléia, a amizade de vocês foi o que me sustentou nos momentos mais difíceis que passei, vocês me estenderam a mão e me ajudaram a trilhar os caminhos mais tortuosos. Obrigada por surgirem na minha vida, me acolherem em suas famílias, enxugarem minhas lágrimas, mas principalmente por fazerem dos meus dias francanos mais alegres e valerem a pena.

E por fim, mas sem dúvida o mais importante, o meu mais sincero agradecimento ao Dr. Ricardo Alexandre Ferreira, para mim apenas Ricardo. Durante todo o período em que nossas vidas foram compartilhadas você se tornou um exemplo a ser seguido e um companheiro de jornada, mas acima de tudo um amigo. Obrigada por me mostrar o caminho e principalmente por ter segurado minha mão e me ajudado a trilhá-lo. Este trabalho se deve a você. Obrigada por tudo, mesmo apesar de tudo!

RESUMO

A partir da análise dos registros paroquiais dos 223 matrimônios realizados na Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição localizada na cidade de Imbituva, na região centro-sul do Estado do Paraná, no período compreendido entre os anos de 1943 a 1959, a presente dissertação tem por objetivo verificar a partir da formação da família conjugal aspectos que demonstrem características particulares desse grupo de descendentes de imigrantes europeus que se estabeleceu no interior no Paraná ainda no final do século XIX, mas que sofreu fortes abalos durante a década de 1940 por conta das políticas varguistas. Pretende-se, portanto, à luz de métodos extraídos da Demografia História, compreender o fenômeno social e cultural da reprodução de um grupo étnico-religioso, considerando que a célula fundamental deste constituir-se-ia na família nuclear, ou família conjugal. À vista disso, a partir do laço matrimonial, e da análise dos registros de batismos oriundos dessas coortes de casais, da buscaremos verificar, nessa primeira geração de casais formados após a mudança de Sínodo religioso, traços de elementos que possam vir a constituir uma identidade pautada por elementos étnicos no grupo em questão.

Palavras-chave: Família; Luteranismo; Matrimônio, Batismo; Comunidade.

ABSTRACT

From the analysis of parish records of 223 marriages performed in the Evangelical Lutheran Community of the Resurrection located in Imbituva, in the south central region of the state of Paraná, in the period between the years 1943-1959, this thesis aims verify from the formation of the conjugal family aspects that demonstrate particular characteristics of this group of descendants of European immigrants who settled within the Paraná in the late nineteenth century, but suffered severe concussions during the 1940s because of varguistas policies. Therefore, it is intended in the light of methods drawn from Demographics history, understand the social and cultural phenomenon of playing an ethno-religious group, whereas the fundamental cell of this would be the marital family. In view of this, from the marriage bond, and the analysis of records of baptisms arising from these cohorts of couples, the seek, this first generation of couples formed after the change of religious synod, check trace elements that may be a identity ruled by ethnic elements in the group in question.

Keywords: Family; Lutheranism; Marriage, Baptism; Community.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|--------|
| Gráfico 01 – Distribuição Anual dos Casamentos | p. 60 |
| Gráfico 02 – Idade dos Noivos ao casar | p. 63 |
| Gráfico 03 – Diferença de idade entre os noivos | p. 64 |
| Gráfico 04 – Intervalo entre casamento civil e religioso | p. 75 |
| Gráfico 05 – Distribuição mensal dos casamentos | p. 79 |
| Gráfico 06 – Distribuição semanal dos casamentos | p. 83 |
| Gráfico 07 – Distribuições sazonais das concepções | p. 107 |
| Gráfico 08 – Intervalo entre casamento e o nascimento do primeiro filho | p. 109 |
| Gráfico 09 – Idade da mãe no nascimento do primeiro filho | p. 114 |
| Gráfico 10 – Distribuição sazonal dos batismos - meses | p. 115 |
| Gráfico 11 – Distribuição sazonal dos batismos – dias da semana | p. 116 |
| Gráfico 12 – Intervalo entre nascimento e a realização do batismo | p. 117 |
| Gráfico 13 – Quantidade de padrinhos arrolados nos registros de batismo | p. 122 |
| Gráfico 14 – Sexo das crianças nascidas na Comunidade Luterana | p. 128 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|--------|
| Tabela 01 – Local de Procedência dos Noivos | p. 67 |
| Tabela 02 – Procedência dos Noivos (%) | p. 68 |
| Tabela 03 – Origem dos Noivos | p. 70 |
| Tabela 04 – Origem dos Noivos – Imbituva e suas regiões | p. 72 |
| Tabela 05 – Distribuição mensal dos casamentos | p. 79 |
| Tabela 06 – Distribuição semanal dos casamentos | p. 83 |
| Tabela 07 – Relação de testemunhas do sexo masculino e quantidade de casamentos em que participou | p. 89 |
| Tabela 08 – Relação de testemunhas do sexo feminino e quantidade de casamentos em que participou | p. 94 |
| Tabela 09 – Distribuição mensal das concepções e nascimentos | p. 106 |
| Tabela 10 – Distribuição mensal dos batismos | p. 115 |
| Tabela 11 – Distribuição semanal dos batismos | p. 116 |
| Tabela 12 – Relação de padrinhos e madrinhas e quantidade de batismos em que participou | p. 124 |
| Tabela 13 – Escolha dos nomes de batismo extraídos de um estoque “imigrante” | p. 129 |
| Tabela 14 – Escolha dos nomes de batismo extraídos de um estoque teuto-brasileiro e de um estoque brasileiro | p. 130 |

SUMÁRIO

| | |
|---|--------|
| INTRODUÇÃO | p. 12 |
| CAPÍTULO 1 - DO VOLGA AO INTERIOR DO PARANÁ: O ESTABELECIMENTO DO LUTERANISMO NA CIDADE DE IMBITUVA | p. 26 |
| 1.1 - Os alemães do Volga nas paragens dos Campos Gerais e a formação da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição em Imbituva | p. 27 |
| 1.2 - O luteranismo americano chega ao Brasil: A Lutheran Church Missouri Synod e a criação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil | p. 33 |
| 1.3 - A política de Nacionalização de Vargas e seus efeitos no interior do Paraná: o caso de Imbituva | p. 41 |
| CAPÍTULO 2 - “O QUE DEUS UNE, NÃO SEPRE O HOMEM”: OS CASAMENTOS NA COMUNIDADE LUTERANA DE IMBITUVA | p. 52 |
| 2.1 - De sacramento a Acordo Civil – Notas sobre o casamento para católicos e luteranos | p. 54 |
| 2.2 - As alianças matrimoniais no interior do Paraná: os casamentos na comunidade luterana de Imbituva | p. 59 |
| 2.2.1 - Em que época casar? A distribuição sazonal dos casamentos luteranos | p. 77 |
| 2.3 - Porque este e não aquele? A escolha das testemunhas de casamento | p. 85 |
| CAPÍTULO 3 - “CRESEI E MULTIPLICAÍ-VOS”: OS NASCIMENTOS E BATISMOS NA COMUNIDADE LUTERANA DE IMBITUVA | p. 97 |
| 3.1 - O Sacramento do Batismo para católicos e luteranos | p. 99 |
| 3.2 - Na pia batismal: As características dos nascimentos e dos batismos entre os luteranos de Imbituva | p. 104 |
| 3.3 - Assumindo um compromisso para a vida: as relações de compadrio | p. 118 |
| 3.4 - Processos de nominação – os nomes de batismos das crianças luteranas | p. 125 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | p. 132 |
| ANEXOS | p. 136 |
| RELAÇÃO DE FONTES | p. 142 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | p. 143 |

INTRODUÇÃO

“A família está na moda”. Com esta frase, François Lebrun inicia a apresentação de seu livro, “*A vida conjugal no Antigo Regime*”,¹ entre as décadas de sessenta e setenta do século passado.² Nesse período, os estudos sobre a família realmente estavam em alta, impulsionados, sobretudo, pelas novas abordagens trazidas pela Demografia Histórica. A metodologia de reconstituição de famílias proposta pelo demógrafo Louis Henry e pelo arquivista Michel Fleury, por exemplo, foi determinante para uma nova utilização de acervos documentais que, antes, eram explorados principalmente por genealogistas – que davam ênfase às famílias de elite: no caso, os registros paroquiais.³

Além dos avanços proporcionados pela escola francesa, devemos também destacar os esforços empreendidos pelos estudiosos provenientes do Grupo de Cambridge, que trouxeram inovações às pesquisas com o uso de listas nominativas de habitantes como fontes para a escrita da história da família.⁴ Estas fontes, por sua vez, passaram a ser exploradas por historiadores e demais pesquisadores das ciências sociais, possibilitando que fossem investigados aspectos da vida privada e do cotidiano das famílias dos mais diversos estratos sociais. Dessa maneira, podemos considerar que a História da Família, como a conhecemos hoje, com seus múltiplos enfoques, tem seu nascimento e amplo desenvolvimento ligados aos avanços proporcionados pelos métodos da Demografia Histórica.

Da mesma forma, no Brasil, a Demografia Histórica também tem sido de suma importância para o desenvolvimento das pesquisas na área da história da família, cujos temas mais comumente privilegiados foram os relacionados à tradição escravista brasileira, aos indígenas, às mulheres, às crianças entre outros. E, para isso, os historiadores demógrafos perceberam a necessidade de se aliarem também aos especialistas em História da Igreja, tendo em vista “a profunda ligação que a história social e demográfica de nosso país tem com os

¹ LEBRUN, François. **A vida conjugal no Antigo Regime**. Lisboa, Edições Rolim, s/d.

² Com este livro Lebrun pretende analisar não apenas as características das estruturas populacionais, como qualquer manual de demografia histórica de sua época, mas ir além e demonstrar aspectos muito mais complexos de se compreender apenas com os dados demográficos, para isto, o autor se utiliza de outras tipologias de fontes.

³ Segundo Maria Luiza Marcílio: “As características únicas transformaram os Registros Paroquiais em fontes de primeira linha para se chegar as populações e às sociedades do passado, passando por seus traços culturais particulares. Estas séries documentais, com acuidade especial podem ser fontes inestimáveis para o conhecimento das mentalidades, dos comportamentos, das sensibilidades de sociedades do passado.” In: MARCILIO, Maria Luiza. Os Registros Paroquiais e a História do Brasil. **Revista Varia História**, n. 31, jan.2004, p.17.

⁴ Conforme: FÁRIA, Scheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.350-375.

cânones, as normas, a disciplina, a educação, a política, e os mores impostos pela Igreja às populações ao longo de nossa história.”⁵

Estudar a história dos arranjos familiares é um desafio, pois primeiramente, devemos compreender que família não tem como referência um conceito único, tendo em vista que existem diversos tipos de arranjos que podem constituir uma relação familiar. Uma definição de família que poderia ser utilizada é a seguinte:

Termo utilizado sem qualquer outra qualificação [que] designa habitualmente um grupo social que compreende, *no mínimo*, um homem e uma mulher unidos pelos laços socialmente reconhecidos e mais ou menos duradouros do casamento, e um ou vários filhos nascidos desta união ou adotados.”⁶

Esta é a definição da chamada família conjugal ou família nuclear, formada pelos pais e seus filhos. No entanto, sabe-se que outras formas de família podem ser encontradas, como a família poligâmica⁷ e a família extensa, por exemplo. Esta última, por sua vez, foi considerada durante algum tempo, a partir da obra de Gilberto Freyre,⁸ sobretudo, como o perfil ou modelo familiar predominante no Brasil.⁹ No entanto, a partir de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores tanto nacionais como de fora do país foi possível verificar que essa não era uma constante nacional. O modelo freyriano de família não era uma realidade de nosso país como um todo, uma vez que:

[...] As pesquisas comprovaram ainda que o padrão de família patriarcal extensa não foi predominante na maioria da população, sendo mais comuns as nucleares com estruturas mais simplificadas e menor número de integrantes, especialmente no Sudeste, no final do período colonial, o que era um forte indicativo das diferenças na estrutura das famílias em áreas

⁵ MARCILIO, Maria Luiza. A demografia histórica brasileira nesse final de milênio. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Brasília, 14 (1/2), 1997. p. 132.

⁶ De acordo com Michel Aghassian, Nicole Grandin e Alain Marie “este AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain. Filiação, consanguinidade, alianças matrimoniais. In: AUGÉ, Marc (org.). **Os domínios do parentesco**. Filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa, edições 70, 2003, p. 44. (grifo no original)

⁷ Resultado de um casamento plural. Cf. AGHASSIAN et al, p. 45.

⁸ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

⁹ A respeito dessa definição Eni de Mesquita Samara, afirma que “a organização da família foi analisada sob esse prisma, permanecendo ainda intocável a idéia de que a família brasileira era uma vasta parentela que possuía fins comuns. Solidariedades, deveres, obrigações mútuas e parentesco fictício integravam os indivíduos em verdadeiras redes de dependência.” SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: História e Historiografia no século XX. In: JIMENEZ, Francisco Chacón (et al). **Família y tendencias historiográficas em el siglo XX**. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2003, p. 101.

rurais e urbanas, por regiões e categorias sociais, já que as elites continuavam preservando o modelo de domicílios extensos.¹⁰

A família, portanto, é objeto principal deste trabalho; contudo, a nossa análise irá se pautar especificamente no modelo de família conjugal ou nuclear. E, mais ainda, num grupo religioso restrito, localizado no pequeno município de Imbituva, no interior do Estado do Paraná. Para além de compreendermos e analisarmos o conceito de família, faz-se necessário ampliarmos nossa análise para o conjunto formado por estas famílias conjugais, ou seja, o grupo religioso a que pertencem, a comunidade em que estão inseridos; assim sendo, não podemos deixar de pensar nessas famílias inseridas num contexto comunitário, uma vez que,

[...] a comunidade encontrava-se intimamente envolvida nos três acontecimentos vitais da vida de uma pessoa: o nascimento, o casamento e a morte. Simbolicamente, esse tipo de participação da comunidade assevera o modo como os membros individuais da família eram parte de uma coletividade maior que a família.¹¹

A comunidade, sobretudo, religiosa vivencia e participa de todos os momentos importantes da vida de uma família; dessa maneira, para que possamos compreender as características de formação dessas novas famílias conjugais, não podemos extraí-las de sua conformação comunitária. Para Ferdinand Tönnies, a comunidade, ou *Gemeinschaft*, é um grupo social demarcado, que conta com um elevado grau de integração afetiva e também coesão entre seus membros através de suas práticas cotidianas e tradições. Para o sociólogo, podemos entender a comunidade a partir de três instâncias: a comunidade de sangue, de lugar e de espírito:

A comunidade de sangue acha-se regularmente ligada às relações e participações comuns, quer dizer, à possessão comum dos próprios seres humanos. Na comunidade de lugar, as relações vinculam-se ao solo e à terra; e, na comunidade de espírito, os elos comuns com os lugares sagrados e com as divindades honradas. As três espécies de comunidades estão estreitamente ligadas entre si no espaço e no tempo, e, em conseqüência, em cada um de seus fenômenos particulares e seu desenvolvimento, como na cultura humana geral e sua história.¹²

¹⁰ SAMARA, op. Cit, p. 104.

¹¹ SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Lisboa: Terramar, 1995, p. 228-229.

¹² TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade. In: MIRANDA, Orlando de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995, p. 239.

Estas três instâncias, sangue, lugar e espírito, podem ser igualmente entendidas como comunidade de parentesco, vizinhança e amizade. A primeira, diz respeito à vida familiar e à autoridade que os membros da família possuem. A segunda refere-se à vida em comum, do território que se partilha com os vizinhos, e a partir da convivência há um compartilhamento dos hábitos, dos conhecimentos e, sobretudo, das tradições. E, por fim, a última está relacionada às semelhanças de interesses e formas de pensar. Esta deve ser sempre alimentada por encontros freqüentes muito comum nas pequenas cidades.

Assim sendo, pretendemos verificar a partir da formação da família conjugal aspectos que demonstrem características particulares desse grupo de descendentes de imigrantes europeus que se estabeleceu no interior no Paraná, e que deu origem posteriormente à Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição, pertencente à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB),¹³ formada, ainda no final do século XIX, por imigrantes e descendentes dos chamados Alemães do Volga, ou *Wolgadeutschen*.

Durante a segunda metade do século XIX, as províncias do Sul do Brasil tornaram-se o destino de milhares de emigrantes, oriundos das mais diversas nações européias que, por inúmeras razões, deixaram sua terra natal em busca de melhores condições de vida. Na então recém criada Província do Paraná desembarcaram, a partir do ano de 1877, imigrantes russo-alemães que vieram à província para cumprir com o intuito do Estado, que era expandir os núcleos colonizatórios para a região dos Campos Gerais. Este grupo foi estabelecido entre os municípios de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa.¹⁴

Como poderemos ver mais adiante (no primeiro capítulo), o estabelecimento desses imigrantes foi um fracasso, o que ocasionou um movimento de remigração, interna e, sobretudo externa. Os *Wolgadeutschen* que permaneceram no país procuraram novas paragens para reorganizar suas vidas, e o município de Imbituva foi um desses lugares. Neste município fundaram, no ano de 1886, uma Igreja Luterana; esta, por sua vez, foi atendida espiritualmente por pastores alemães filiados a um sínodo confessional luterano que tinha seus trabalhos voltados para as regiões do Paraná e Santa Catarina, a *Gotteskasten Synode*, também conhecida como “A Caixa de Deus” (década de 1940).

Com o advento da política do Estado Novo e a Campanha de Nacionalização do governo Vargas, que tinha por objetivo extinguir as influências estrangeiras em território nacional, os grupos de imigrantes e descendentes, sobretudo de alemães e de italianos,

¹³ Inicialmente conhecida como *Der Brasilianische District der Deutschen Evangelisch Synod von Missouri, Ohio und Anderen Staaten*, o 15º Distrito do Sínodo de Missouri.

¹⁴ Conforme SCHWAB, Carlos Alberto. **Resumo Histórico e Genealogia dos Alemães do Volga**. Ponta Grossa: C.A. Schwab, 1997, p.37-38.

passaram por alguns momentos complicados, como, por exemplo, a proibição do uso de sua língua materna.

Na Comunidade de Imbituva não foi diferente, e as conseqüências da política varguista foram severas. A igreja foi fechada, o pastor foi preso, e a congregação foi impedida de realizar suas atividades religiosas.¹⁵ Dessa maneira, para poder reabrir suas portas, a congregação filia-se à IELB, por se tratar de uma igreja que possuía neste momento um discurso mais afinado¹⁶ à política varguista. É neste ponto que, para nós, a história da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição começa.

Sabemos que o grupo em questão é formado por teuto-brasileiros,¹⁷ ou, pelo menos, por descendentes de teuto-brasileiros;¹⁸ portanto, é possível aferir que, em razão da vinculação da igreja, este possuía características germanistas. Por este motivo, sofreu um forte abalo com a política varguista, o que os levou a mudar de sínodo religioso, o que pode vir a ter modificado seus costumes e identidade.

Podemos considerar o termo teuto-brasileiro como uma categoria de identificação que visa,

[...] traduzir uma germanidade brasileira (*Deutschbrasilianertum*) – modo de afirmação da cidadania mediante a integração econômica, política e patriótica, ancorada no pressuposto de que não existe, propriamente, uma nação brasileira. A definição da categoria teutobrasileiro (*Deutschbrasilianer*) combina *jus sanguinis* e *jus soli*: origem alemã e cidadania brasileira, pertencimento à nação alemã e ao Estado brasileiro visualizado como multirracial ou multiétnico.¹⁹

Este conceito, como qualquer outro, foi construído, e com o passar do tempo acabou sofrendo modificações em seu significado, sobretudo, em decorrência dos acontecimentos oriundos da Segunda Guerra Mundial e da Política de Nacionalização de Vargas. Durante o final do século XIX e início do XX era possível aceitar a coexistência de dois nacionalismos,

¹⁵ Além disso, toda a documentação paroquial em língua alemã da comunidade foi perdida, impossibilitando, assim, pesquisas nos períodos anteriores à década de 1940.

¹⁶ A Igreja Luterana – Sínodo de Missouri mantinha, pelo menos oficialmente, a posição de rejeitar o rótulo de fomentadora e propagadora do germanismo, uma vez que não caberia à esfera eclesiástica propagar o germanismo. Conforme MARLOW, Sergio Luiz. **Nacionalismo e Igreja: A Igreja Luterana, Sínodo de Missouri nos “porões” do Estado Novo.** Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Espírito Santo, 2006, p. 103.

¹⁷ SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo Teuto-Brasileiro. In: **Revista MANA** 5, 1999 p.75.

¹⁸ Na década de 1940 a congregação seria, portanto, formada pela terceira geração dos imigrantes que fundaram a Igreja Luterana do município.

¹⁹ SEYFERTH, op cit, p. 74.

ou dois sentimentos de pertencimento. Contudo, a partir do final da década de 1930 esse posicionamento muda completamente e há um momento de ruptura.

A denominação teuto-brasileiro é completamente desvinculada do ato de reivindicar a cidadania alemã entre seus descendentes, nas décadas que se seguem após as guerras mundiais e a derrota da Alemanha nazista. Associada à necessidade de reforçar seus traços peculiares como uma forma de contribuir para a formação atual e o desenvolvimento futuro do país, o teuto-brasileiro torna-se a designação de um grupo social com características populacionais, culturais e socioeconômicas próprias em território nacional, tornando-se uma categoria sociológica, usada para definir um grupo perfeitamente integrado ao ‘mosaico cultural’ brasileiro, destacado como grande contribuição à formação nacional.²⁰

Dessa forma, devemos compreender que a mudança no tempo do conceito de teuto-brasileiro deve também ter modificado a sua forma de apropriação pelos descendentes. Como já mencionado – e mais adiante aprofundaremos a questão um pouco mais –, a Comunidade luterana à qual as famílias que são objeto dessa pesquisa pertencem, possuía inicialmente uma identificação com o germanismo. Entretanto, em função da política varguista muda seu comportamento ao assumir uma vertente do luteranismo um pouco mais “abrasileirada”. A partir disso, algumas perguntas nos vêm à mente. Com a mudança de Sínodo religioso, o grupo abandona completamente o sentimento germanista, ao optar por uma igreja que não partilha desse discurso? Este grupo opta pelo Sínodo brasileiro por demonstrar uma identidade luterana mais arraigada que uma identidade teuto-brasileira?

Assim, a presente dissertação visa compreender alguns fenômenos relativos à reprodução social e cultural de um grupo étnico-religioso, considerando que a célula fundamental deste constituir-se-ia na família conjugal. À vista disso, a partir do laço matrimonial, buscaremos verificar, nessa primeira geração de casais formados após a mudança de Sínodo, traços de elementos étnicos no grupo em questão, como, por exemplo, de que maneira se caracteriza o mercado matrimonial no interior dessa comunidade, e se as escolhas são ou não realizadas em função de uma identidade étnica.

Assim, é interessante pensarmos não necessariamente num conceito de geração que explique ou determine o comportamento do grupo em cada período específico, mas sim, devemos pensar, sobretudo, em compreender “que a reconstrução das trajetórias sociais das

²⁰ VOIGT, André Fabiano. **A invenção do Teuto brasileiro**. Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2013, p. 13.

gerações anteriores torna-se imprescindível para a análise e compreensão das ações coletivas empreendidas pelas novas gerações, bem como dos desafios que as mesmas enfrentam.”²¹

Esse, por sua vez, será o fio condutor do trabalho, uma vez que, se compreendermos de que maneira a comunidade cria e constrói as uniões e grupos familiares, poderemos compreender também sua mentalidade, suas tradições e, principalmente, como atuaram em prol da religião que professavam, partindo assim de uma análise da vida privada dos 223 jovens casais unidos na congregação no período compreendido entre os anos de 1943 a 1959, para o entendimento de suas estratégias coletivas de organização no cotidiano da vida comunitária.

Pensando ainda em como o grupo constrói e organiza sua vida comunitária, Karl Mannheim compreende que é possível pensar numa situação de classe econômica que determine seus comportamentos:

A situação de classe e a situação geracional (a comunidade que pertence a anos de nascimentos próximos) tem algo em comum, devido a posição específica que os indivíduos afetados por ela ocupam no âmbito sócio-histórico. Essa característica comum consiste em limitar os indivíduos a um determinado terreno do jogo dos acontecimentos possíveis que sugerem uma modalidade específica de vivência e pensamento, uma modalidade de encaminhamento no processo histórico.²²

No caso específico de nossa pesquisa, não são situações de classe que aglutinam o grupo, mas é possível pensar em uma situação étnica ou uma situação religiosa que tende a afetar o comportamento da comunidade. Lançamos a hipótese de que este último, por sua vez, venha a ser o fator mais determinante.

Será possível verificar também a existência de um “mercado” de testemunhas de casamento, de onde os noivos ou pais dos noivos escolheriam seus padrinhos, possibilitando, assim, a percepção dos espaços de sociabilidade desses casais dentro e, talvez, também fora

²¹ MOTTA, Alda Britto da; WELLER, Wivian. Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. In: **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010, p. 175.

²² No original: “La situación de clase y la situación generacional (la comunidad de pertenencia a años de nacimiento próximos) tienen algo en común, debido a la posición específica que ocupan en el ámbito sociohistórico los individuos afectados por ellas. Esa característica común consiste en que limitan a los individuos a determinado terreno de juego dentro del acontecer posible y que les sugieren así una modalidad específica de vivencia y pensamiento, una modalidad específica de encajamiento en el proceso histórico.” In: MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **REIS - Revista española de investigaciones sociológicas**, n. 62, abr/jun. 1993, p. 209.

da comunidade luterana a que pertenciam. Além dessas questões, pretendemos também adentrar um pouco na intimidade desses jovens casais que contraíram matrimônio da comunidade.

Parte desses casais tiveram filhos e, assim, nosso interesse seria saber em que momento do ano, mais ou menos, as crianças eram concebidas. Isso pode ser verificado traçando-se a distribuição sazonal dos nascimentos, retroagindo nove meses. Esses dados são interessantes do ponto de vista de que podemos, assim, compreender melhor a comunidade em questão.

Da vida íntima, passamos novamente à vida comunitária. Os filhos deviam ser batizados. Quando, em que momento do ano? Havia uma determinada idade para batizá-los? Considerando, aqui também, a existência de um mercado de padrinhos de batismo, como se determinariam as características desse mercado? Quais as diferenças do mercado de padrinhos de casamento e de padrinhos de batismo? Finalmente, como os pais escolhiam os nomes para os seus filhos? Os critérios de escolha seriam diferentes, considerando meninos e meninas? A análise dessa primeira geração de descendentes será fundamental para verificarmos a existência ou não de elementos étnicos no interior do grupo.

As balizas temporais que delimitam a pesquisa foram escolhidas a partir da documentação disponível, tendo em vista que os registros de casamento iniciam-se no ano de 1943.²³ A opção por definir o encerramento da análise no ano de 1959 proporcionará uma apreciação da organização do grupo, que podemos considerar como constituinte da primeira geração de casais formados na comunidade após a mudança de sínodo.

Assim sendo, o sucesso de tal empreitada de estudo depende, dentre outros fatores, do adequado tratamento da documentação escolhida para a definição do *corpus* principal da pesquisa; nesse caso, os registros paroquiais da comunidade já citada. Como vimos anteriormente, os registros paroquiais se constituem como fonte privilegiada para as pesquisas na área de Demografia Histórica e História das Famílias, principalmente pelo fato de possibilitar análises de períodos pré-estatísticos, ou seja, anterior aos primeiros censos nacionais e listas nominativas de habitantes, de meados do século XVIII, bem como, anteriores a institucionalização do registro civil no Brasil, que só ocorreu a partir do final do século XIX. Desta forma, as fontes paroquiais são fundamentais para os estudos desses períodos.

²³ Conforme Livro Rol de Membros nº 1 (1942-1958) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição de Imbituva.

O Brasil, durante os períodos Colonial e Imperial, teve a religião católica como oficial. Cada indivíduo nascido nesse país deveria ter seu nascimento, batismo, casamento e óbito registrados por uma paróquia. Ou seja, nesse período os assentamentos realizados na Igreja revestiam-se também de um caráter civil, tendo em vista que estes eram os únicos registros existentes.²⁴ Maria Silvia Bassanesi destaca que a Igreja Católica “instituiu formas para conhecer e controlar a população católica; fixou, regulamentou e generalizou a prática do registro nas paróquias de toda a Catolicidade (no que foi seguida por algumas igrejas reformistas, como a luterana, por exemplo).”²⁵ Dessa forma, grande parte dos trabalhos empreendidos por pesquisadores da Demografia Histórica se utiliza de fontes paroquiais advindas da Igreja Católica.

Para que possamos responder a todas as questões mencionadas anteriormente, os registros paroquiais serão imprescindíveis. Pois, assim como já dito anteriormente, esse tipo de fonte permite que o pesquisador tenha acesso a todos os momentos primordiais dos indivíduos pertencentes àquela comunidade. Assim,

os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos são uma documentação que permite, além da recuperação genealógica, o trabalho de reconstituição de famílias e, conseqüentemente, o estudo dos padrões de fecundidade, nupcialidade e mortalidade de uma dada população.²⁶

Não podemos deixar de destacar que, assim como qualquer outro tipo de fonte, essa documentação também é excludente, uma vez que traz as informações de apenas uma parcela da população, ou seja, apenas dos membros da Comunidade a ser estudada. Outra questão importante a se destacar, é o fato de que cada fonte possui características próprias, e mesmo que se trate de uma mesma tipologia de fontes, o conteúdo e até a mesma a forma destas podem variar. Por exemplo, quando falamos de registros paroquiais da Igreja Católica, há uma norma estabelecida pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que de modo geral, permanece até hoje:

²⁴ De acordo com Carlos Bacellar somente na década de 1870, com a chegada dos primeiros imigrantes pertencentes a religiões de matriz protestante que os registros civis foram instaurados. Devido à necessidade dessas populações se registrarem fora dos âmbitos da Igreja Católica. Somente com a Proclamação da República que se estabeleceu a obrigatoriedade do registro civil a todos os brasileiros. BACELLAR, Carlos. *Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 74.

²⁵ BASSANESI, Maria Silvia. *Registros Paroquiais e Civis. Os eventos vitais na reconstituição da história*. In: PINSKY, Carla; DE LUCA, Tânia Regina (orgs). **Os historiadores e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p.146.

²⁶ TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *Fontes para uma História da Família*. **Revista MÉTIS: história & cultura**, v. 3, n. 5, jan./jun. 2004, p. 130.

[...] ordena o Sagrado Concílio Tridentino, que em um livro se escrevam seus nomes, e de seus pais, e mães, e dos padrinhos. Pelo que conformando-nos com a sua disposição, mandamos que em cada Igreja de nosso Arcebispado haja um livro encadernado e feito às custas da fabrica da Igreja.²⁷

Além de estabelecer que cada Igreja tivesse o seu livro de registros, as Constituições Primeiras também davam instruções quanto à forma do registro. Assim, todas as paróquias deveriam registrar batismos, casamentos e óbitos seguindo uma mesma fórmula. Simplificando, o registro de batismo, por exemplo, era basicamente uma ata, onde constavam, além do nome, data de nascimento e batismo da criança, os nomes de seus pais e padrinhos. Todavia, outros elementos também poderiam ser mencionados nesse registro, como, por exemplo, a condição de legitimidade da criança, se esta era legítima ou exposta, como também trazia a condição social (livres, forros ou escravos) de todos os mencionados, pais e padrinhos inclusive.

Se para a Igreja Católica existe uma norma para a confecção dos registros, quando nos referimos ao luteranismo as coisas são diferentes. Acredita-se que a Igreja Luterana simplesmente continuou com as práticas católicas nesse sentido. No entanto, no que diz respeito à forma dos registros, essa costuma ser diferente dos registros católicos. Na Comunidade Evangélica Ressurreição de Imbituva, a partir de 1943 e inicialmente, todos os registros eram feitos em um único livro, o Rol de Membros, e este possuía capítulos distintos para cada ocasião (batismo, confirmação, casamento e óbito); somente a partir da década de 1980 é que foram adotados livros de registros separados por tipo de evento.

A primeira parte do “Rol de Membros” contém os registros de todas as famílias pertencentes à comunidade, separadas por domicílio; constam, nestes registros, o nome e a data de nascimento de todos os membros da família. Essa é uma parte peculiar do livro, pois traz informações muito relevantes, uma vez que dá acesso à composição dos domicílios pertencentes à comunidade. Não podemos deixar de destacar que, tanto esses quanto os outros registros, estão submetidos a quem os escreve; assim, a fonte também está limitada ao seu produtor.

Com relação aos registros de batismos, o livro traz o nome da criança, o nome dos pais, local e data de nascimento e de batismo e o nome dos padrinhos. Basicamente, os

²⁷ VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p. 28-29.

mesmos dados que fazem parte do registro de batismo na Igreja Católica; contudo, com uma diferença muito importante, o registro luterano é realizado como se fosse uma ficha, uma espécie de formulário; ou seja, existem campos específicos a serem preenchidos. Dessa forma, essa fonte contém dados muito mais restritos, uma vez que somente os dados solicitados são preenchidos, ao contrário do registro católico, que, em forma de ata, permite que mais informações sejam extraídas. No entanto, por mais que a fonte seja um pouco “engessada”, é possível extrair dela elementos relevantes para a compreensão da comunidade a ser estudada, uma vez que, nas páginas dos livros de registros, estão contidos os momentos mais importantes – do ponto de vista social e religioso –, da vida de cada membro.

A quarta parte do livro de Rol de Membros traz os registros de casamentos. Assim, como o de batismo, este também é um formulário onde constam o nome, data e local de nascimento dos noivos, nome e residência dos pais dos noivos, data e local dos casamentos civil e religioso, nome das testemunhas dos casamentos civil e religioso. Esses dados, por exemplo, permitem-nos analisar qual a média de idade dos noivos ao contraírem matrimônio, trazendo também informações que permitem recuperar as redes de sociabilidade estabelecidas no interior dessa comunidade.

É preciso enfatizar que outros tipos de fontes foram necessários para preencher as lacunas existentes nos registros paroquiais, sobretudo a respeito das testemunhas arroladas nos assentos de matrimônio, uma vez que não constam informações acerca desses indivíduos. Dessa forma, tivemos de recorrer ao “Diário Oficial da União”,²⁸ a periódicos como, por exemplo, o “Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Rio de Janeiro (1891-1940)”, que constitui uma publicação estatística e de consulta, contendo informações mercantis e industriais dos Estados brasileiros. Neste almanaque, encontramos várias referências à cidade de Imbituva que tratam a respeito de seus estabelecimentos comerciais, bem como de seus negociantes. Assim, foi possível cruzar os dados a partir dos nomes dos indivíduos arrolados nos registros. Além dessas fontes impressas, foram realizadas algumas entrevistas com membros da comunidade luterana que possuem parentesco ou conheciam alguns desses personagens, e que foram imprescindíveis para o conhecimento de aspectos importantes da vida da comunidade no período estudado.

Tendo em vista os objetivos anteriormente levantados, a presente dissertação foi estruturada em três capítulos. Tal divisão está relacionada aos questionamentos que

²⁸ No Diário Oficial da União foi possível encontrar informações a respeito de um dos membros da comunidade de Imbituva que foi arrolado como testemunha em vários matrimônios no período compreendido pela pesquisa. Essas informações são relativas a pedidos de naturalização especialmente.

pretendemos responder ao longo do texto. Dessa maneira, o objetivo central do primeiro capítulo é apresentar ao leitor o contexto geral em que o objeto da pesquisa está inserido. Os temas tratados neste primeiro capítulo serão importantes para se compreender os elementos que formam a identidade das famílias que são o objeto de estudo.

Primeiramente, iremos tratar do estabelecimento, no Estado do Paraná, dos chamados Alemães do Volga e a formação das colônias na região dos Campos Gerais. Estas colônias instaladas no Paraná não prosperaram, e por conta disso, parte desses imigrantes acabaram por migrar novamente, dessa vez para localidades mais ao interior do Estado. Esse foi o caso de Imbituva, que recebeu um pequeno contingente de alemães do Volga, que lá fundou uma comunidade evangélica, que posteriormente denominou-se como luterana.

Além disso, vamos abordar a criação da *Lutheran Church Missouri Synod* em meados do século XIX nos Estados Unidos e a ampliação do trabalho missionário dessa entidade religiosa para o Brasil, que propiciou a criação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) no início do século XX. Pretende-se, também, abordar as principais diferenças entre essa vertente do luteranismo e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Essa seção será fundamental para que o leitor possa compreender toda a dinâmica religiosa em que as famílias que são o objeto da pesquisa estão inseridas.

E, por fim, pretendemos apresentar brevemente as ações da Política de Nacionalismo de Getúlio Vargas e de que maneira essas ações repercutiram, sobretudo, nos Estados no Sul do Brasil, onde se localizava a maior concentração de imigrantes, principalmente italianos e alemães. Ademais, vamos demonstrar como essa política afetou e, conseqüentemente, modificou o cotidiano das pessoas de religião luterana do município de Imbituva entre os anos de 1941 a 1943.

No segundo capítulo trataremos especificamente do trabalho com as fontes; ou seja, a partir dos registros contidos nos livros 1 e 2 de Rol de Membros da Comunidade Luterana de Imbituva, pretendemos compreender a dinâmica e, principalmente, a composição das famílias conjugais pertencentes a essa instituição religiosa. Dessa maneira, neste capítulo, serão analisados os 223 matrimônios ocorridos na comunidade que constituem a coorte, ou conjunto de casais, selecionados para a pesquisa durante o período de 1943 a 1959.

Primeiramente, será apresentado, ainda que de forma breve, qual a função do casamento. Podemos pensar que o ato de casar envolve inúmeros elementos, e durante muito tempo a função primordial do casamento estava em regular a união entre um homem e uma mulher ou, até mesmo, entre grupos sociais, legitimar as relações sexuais e, por conseguinte a reprodução. Vamos apresentar também a importância teológica e religiosa do casamento.

Contudo, será necessário destacar as diferenças no entendimento desse ato para as Igrejas Católica e Luterana, uma vez que a primeira considera o casamento um sacramento e a segunda apenas um acordo civil.

Em seguida, pretendemos apresentar algumas características do mercado matrimonial luterano do município de Imbituva, como, por exemplo, as predileções dos noivos em relação à época de realização do casamento e a distribuição sazonal, a média e a diferença de idade dos noivos no momento do matrimônio, bem como qual o raio de alcance desse mercado matrimonial; ou seja, em que localidades os pares eram formados. De outra modo, pretendemos elaborar um perfil desses jovens que contraíram matrimônio na congregação luterana analisada.

Tencionamos, também, investigar quais as mais frequentes relações comunitárias construídas pelos nubentes a partir do laço do casamento, investigar os critérios e razões adotados pelos noivos e seus familiares na escolha das testemunhas. Tais questões são fundamentais para que possamos estudar os costumes da população analisada.

No segundo capítulo da dissertação o objetivo é demonstrar aspectos relativos às 223 novas famílias formadas pelo matrimônio na Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição da cidade de Imbituva. Estes casais, após o enlace matrimonial, produziram filhos que, posteriormente ao seu nascimento, passaram pelo primeiro rito de passagem da vida – do ponto de vista social e religioso –, o batismo. Para as religiões cristãs, o Sacramento do Batismo é ato mais importante na vida de uma criança, uma vez que este sacramento confere perdão ao pecado original, torna-a filha de Deus e, sobretudo, insere e apresenta este novo indivíduo à comunidade religiosa que seus pais pertencem.

Dessa maneira, o terceiro e último capítulo da dissertação tratará da análise dos nascimentos e batismos oriundos dos ciclos matrimoniais estabelecidos na comunidade, no período compreendido pela coorte de casais selecionada para a pesquisa e já trabalhados no segundo capítulo. Foi possível localizar na documentação disponível os nascimentos e batismos dos filhos de 171 casais da coorte delimitada para esta pesquisa, o que representou 567 nascimentos no período compreendido entre os anos de 1943 a 1964. Como já mencionado, o batismo é o primeiro rito de passagem que uma criança cristã recebe. Além de ser um dos mais importantes sacramentos – tanto para católicos como para luteranos – esse ato constitui uma satisfação religiosa ao dom da reprodução e também é uma forma de apresentar e agregar uma nova alma à comunidade. Para além de somente uma prática religiosa, o batismo tornou-se também uma prática social.

Dessa forma, a partir dos dados contidos nos registros de batismo, poderemos adentrar também na intimidade desses casais e verificar questões concernentes à reprodução do grupo, como por exemplo, as épocas em que as crianças nasceram e foram concebidas, a idade das mães no momento no nascimento do primeiro, e também compreender aspectos que envolvem a vida da comunidade, pois ao se analisar a época e a idade com que as crianças eram levadas à pia batismal podemos verificar qual era a importância dada pelos pais ao ato do batismo.

Por fim, pretendemos analisar o mercado dos padrinhos de batismo, comparado ao mercado das testemunhas de casamento. As questões concernentes aos nascimentos e batismos no interior da comunidade nos permitirão adentrar na intimidade desses casais e compreender outros aspectos referentes à religião, cultura, identidade e bens simbólicos do grupo.

CAPÍTULO 1

DO VOLGA AO INTERIOR DO PARANÁ: O ESTABELECIMENTO DO LUTERANISMO NA CIDADE DE IMBITUVA.

*Adeus, pátria mal agradecida/ Vamos partir
agora/ Para o belo país Brasil/ [...] O carro já
está à porta,/ Partimos com a mulher e a
filharada/ Emigramos para a terra prometida/
Ali se encontra ouro como areia/ Logo, logo,
estaremos no Brasil.²⁹*

Durante a segunda metade do século XIX, a antiga colônia portuguesa das Américas tornou-se o destino de milhares de imigrantes. Homens e mulheres oriundos das mais diversas nações europeias³⁰ deixaram suas terras natais em busca de melhores condições de vida. O Paraná recebeu, sobretudo no último quartel do século XIX, um contingente significativo de imigrantes provenientes da região do Rio Volga, na Rússia, que constituíram suas colônias na região dos Campos Gerais. Para lá, levaram sua cultura, sua língua, sua religião, seu trabalho, suas práticas cotidianas e suas famílias os quais, dia após dia, moldaram-se e remodelaram-se em contato com as práticas e costumes locais.

Neste primeiro capítulo, concentramos nosso foco em um contingente específico destes imigrantes. Voltamos nossa atenção àquelas famílias que se estabeleceram no município paranaense de Imbituva e lá fundaram a Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição. Para melhor compreender as práticas familiares construídas por esses indivíduos no Brasil, abordamos a criação da *Lutheran Church Missouri Synod*, em meados

²⁹No original: “*Leb wohl, du undankbares Vaterland/ Wir ziehen in ein andres Land/ Wir wandern nach Brasilien [...] der Wagen steht schon von der Tür./ Mit Weib und Kindern ziehen wir/ Wir ziehen ins gelobte Land./ da findet man das Gold wie Sand/ Bold sind wir in Brasilien.*” In: FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974, p. 68-69.

³⁰A grande emigração europeia do século XIX deve ser compreendida dentro do amplo arco de transformações sociais, econômicas e políticas vividas por [...] diferentes países. O processo de industrialização, englobando a modernização dos transportes e as transformações técnicas e sociais na agricultura, propiciou uma incrível mudança no cotidiano de milhões de europeus. MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999, p. 43. O debate historiográfico a respeito do tema é vasto e bastante familiar aos pesquisadores especializados, assim, acreditamos que reconstruí-lo em todas as suas complexidades escaparia aos limites do presente capítulo.

do século XIX, nos Estados Unidos e a ampliação do trabalho missionário dessa entidade religiosa para o Brasil, que propiciou a criação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) no início do século XX.³¹ A partir de uma perspectiva comparativa, damos prosseguimento ao capítulo apontando pontos de contato e distanciamento entre duas das principais vertentes do luteranismo estabelecidas no sul do Brasil: a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), à qual pertencia a maioria dos luteranos da cidade de Imbituva, e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Para finalizarmos o capítulo, abordaremos as ações da política nacionalista de Getúlio Vargas e de que maneira essas ações repercutiram, sobretudo, nos Estados no Sul do Brasil. Além disso, pretendemos demonstrar como essa política afetou e conseqüentemente modificou o cotidiano das pessoas de religião luterana do município de Imbituva, no Estado do Paraná, entre os anos de 1941 a 1943, tendo em vista que, esta comunidade inicialmente era atendida por pastores alemães filiados ao Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados (atual IECLB). Devido às circunstâncias decorrentes dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial e das políticas do Estado Novo relacionadas aos imigrantes estrangeiros, e seus descendentes, filiou-se a outra vertente do luteranismo, a atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). Após compreendermos o estabelecimento e as práticas religiosas destes imigrantes, além das pressões representadas pelas políticas estatais de meados do século XX, poderemos aprofundar a compreensão da importância da religião na constituição das práticas familiares vivenciadas por esses imigrantes e seus descendentes na porção centro-sul do atual Estado do Paraná.

1.1– Os alemães do Volga nas paragens dos Campos Gerais e a formação da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição em Imbituva.

A chegada de imigrantes europeus no Brasil, durante o século XIX, para se tornarem colonos em pequenas propriedades ou trabalhadores nas lavouras de café, em substituição aos cativos de origem africana, foi um índice importante do direcionamento político que o país tomara naquele momento.³² Nas províncias do Sul do Brasil – que receberam o maior

³¹ A Igreja Evangélica Luterana do Brasil foi fundada no ano de 1904.

³² Segundo Luiza Horn Iotti, a política imigratória brasileira, no período imperial, teria sido marcada por quatro diferentes momentos, delimitados, em grande medida, pelos interesses dos diferentes grupos que se sucederam no poder. O primeiro momento, que corresponde ao período compreendido entre os anos de 1822 e 1830, é

contingente de imigrantes das mais diversas nacionalidades –, a colonização foi fortemente caracterizada pela agricultura familiar, organizada em pequenas propriedades voltadas exclusivamente para a produção de gêneros alimentícios.³³

A então recém-criada Província do Paraná³⁴ necessitava com urgência de braços para o trabalho; todavia, enfatizava-se que estes deveriam ser incentivados ao trabalho no campo para o desenvolvimento de uma agricultura de abastecimento, “para solucionar a escassez e a carestia de produtos agrícolas que não eram apenas regionais, mas de todo o país.”³⁵ Assim, “desde os primeiros tempos de sua emancipação administrativa, se procurou promover uma política imigratória adaptada às condições particulares da Província.”³⁶

A partir do ano de 1877, após a verificação dos “resultados satisfatórios alcançados na colonização das cercanias de Curitiba”³⁷ houve o estímulo para a expansão dos núcleos colonizatórios para o litoral e para a região dos Campos Gerais. Esta porção da Província – mais precisamente os atuais municípios de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa –, foi escolhida para uma tentativa de expansão dos núcleos colonizatórios da Província do Paraná, uma vez que, “é fácil compreender que uma região pobre de capitais e de elementos humanos dependesse, para sua renovação, de intervenções externas, mais do que de iniciativas locais”.³⁸ Desta maneira, a região recebeu um contingente de imigrantes de etnia alemã oriundos da região do rio Volga no sul do atual território russo.³⁹

caracterizado pelo início do projeto imigratório por D. Pedro I e, de certa forma, representou uma continuidade da política adotada por seu pai, D. João VI, até aquele momento. O segundo — que corresponde ao período regencial (1831-1840) —, foi marcado pelo abandono dos projetos de colonização subsidiados pelo governo e representou a vitória dos latifundiários e escravocratas que não possuíam interesse no tipo de mão de obra imigrante por considerá-la muito dispendiosa. A retomada da política imigratória seria então efetuada – de acordo com a periodização antes mencionada – no terceiro período, correspondente ao intervalo balizado pelos anos de 1841 e 1874. Esta fase da política nacional de imigração foi fortemente caracterizada pela implantação de diversas colônias de imigrantes, com grande ênfase para as três províncias do sul do país. E por fim o quarto e último período, que corresponde ao intervalo compreendido entre os anos de 1874 e 1889, em que houve um fortalecimento do fluxo imigratório para o Brasil, sobretudo de estrangeiros oriundos da Itália, principalmente em função da diminuição e posterior fim da utilização de mão de obra escrava. IOTTI, Luiza Horn. A política imigratória brasileira e sua legislação: 1822-1914. **Anais do X Encontro Estadual de História**. Santa Maria/RS, 2010.

³³ Giralda Seyferth afirma: “[...] que aos governos interessava estabelecer [...] colonos que fossem pequenos proprietários livres, que utilizassem exclusivamente a mão de obra familiar e não estivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação do gado, essa a principal atividade econômica no Sul até o início da colonização com imigrantes europeus.” SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990. p. 14.

³⁴ O Paraná desmembrou-se da Província de São Paulo em 1853.

³⁵ BALHANA, Altiva Pillati. **Un Mazzolino de Fiori**. Vol.1. Curitiba: Imprensa Oficial: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2002, p. 125.

³⁶ BALHANA, op cit, p. 124.

³⁷ NADALIN, op cit, p. 77.

³⁸ BALHANA, 2002, op cit, p. 123.

³⁹ Ao iniciar a pesquisa a respeito da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição da cidade de Imbituva – comunidade da qual as famílias aqui estudadas pertencem e que será mais detalhadamente apresentada ainda neste capítulo – a partir da leitura do trabalho “*Imbituva – uma cidade dos Campos Gerais*” de autoria de Cleusi

A primeira notícia que se tem da chegada de um grupo de imigrantes alemães oriundos do sul da Rússia se dá pelo jornal londrino *Times*, do dia 18 de abril 1877, que trazia as seguintes informações:

Duzentos mil colonos alemães do sul da Rússia estão determinados a emigrarem para o Brasil e outras partes da América, para evitar serem colocados sob as leis dos tribunais russos e no exército russo. Embora eles e seus ancestrais permanecessem na Rússia por mais de 100 anos e irão empobrecer devido à emigração, a abolição de seus privilégios, em consequência das exigências incessantes do Partido Nacional, foi suficiente para afastá-los. A emigração já começou.⁴⁰

A expectativa era imensa, pois se esperava a chegada de um grupo de aproximadamente vinte mil pessoas,⁴¹ que seriam responsáveis por “estender, até o segundo planalto, os benefícios do sistema de colonização que estava sendo posto em prática na marinha e no primeiro planalto.”⁴² A primeira expedição para a região dos Campos Gerais, formada por mais de mil de colonos russos, foi efetivada a partir de novembro de 1877 e seguiu em direção a Ponta Grossa.

[...] uma vez em Ponta Grossa, Palmeira e Lapa, foram distribuídos pelos municípios nas colônias: Dona Luiza, Santa Gertrudes, Tavares Bastos (por eles denominada Strecknau) e Uvaia, em Ponta Grossa; Colônia Adelaide em Ipiranga, Papagaios Novos, Quero-Quero, Capão D’anta, Lago, Pugas, em Palmeira; Guaraúna (Valinhos) e Faxinalzinho, em Teixeira Soares; Mariental, Virmond e Johannisdorf, na Lapa: **Cupim (hoje Imbituva)** e Cachoeira em Rebouças.⁴³

Bobato Stadler foi possível descobrir que alguns dos fundadores da Comunidade Luterana eram imigrantes alemães oriundos da região do Rio Volga. Em função desta informação, fez-se necessário compreender e também conhecer um pouco mais a respeito desse grupo que deixou a Rússia em busca de novas paragens no interior da então Província do Paraná. Para maiores informações a respeito da imigração dos Alemães do Volga ver: MÜLLER, Estevão. **Além dos mares a liberdade. Alemães do Volga: a epopeia de um povo**. São Paulo: Loyola, 1998. SCHWAB, Carlos Alberto. **Resumo Histórico e Genealogia dos Alemães do Volga**. Ponta Grossa: C.A. Schwab, 1997. SAFFRAIDER, Luiz Fernando. **A saga dos alemães do Volga**. Curitiba: Juruá, 2010, p. 21.

⁴⁰ *Times*, 18 de abril de 1877, Londres. Tradução Livre. No original: “Two hundred thousand German colonists in Southern Russia have determined to emigrate to Brazil and other parts of America, to avoid being placed under Russian Courts of Law and draughted into Russian Army. Though they and their ancestors have been in Russia over 100 years and will be impoverished by emigration, the abolition of their privileges, in consequence of the incessant demands of the National Party, has sufficed to drive them away. The emigration has already begun.” In: BALHANA, op cit, p. 127-128.

⁴¹ Segundo Luiz Fernando Saffraider “dos vinte mil imigrantes esperados no Brasil, todavia, vieram apenas três mil oitocentos e nove, sendo que dois mil, trezentos e oitenta e um se estabeleceram nos núcleos da Colônia Octávio em Ponta Grossa”. p. 110.

⁴² BALHANA, op cit, p. 129.

⁴³ SCHWAB, op cit, p. 37-38.

O assentamento dos “*Wolgadeutschen*” na Província do Paraná foi dividido de acordo com a crença religiosa dos imigrantes; como já havia sido feito na Rússia, essa foi uma das exigências destes ao escolherem o Paraná – como podemos verificar no mapa a seguir.

Mapa 1 – Assentamentos dos Alemães do Volga no Paraná



Fonte: BREPOHL, Friedrich; FUGMANN, Wilhelm. *Die Wolgadeutschen in Brasilianischen State Paraná*. Stuttgart: Ausland und Heimat Ferlags, 1927, *apud* MÜLLER, Estevão. *Documentário da Imigração Alemã nos Estados do Paraná e Santa Catarina*. Curitiba: Editora Champagnat, 2009, p. 24 (a).

Todavia, a terra virgem era muito ácida, e a primeira colheita fracassou completamente. A partir disso, prontamente se iniciou um processo de retirada, e muitos imigrantes desejaram voltar para as estepes russas. Em 1879, apenas um ano após o estabelecimento do grupo nos Campos Gerais, o número de imigrantes russos saídos da Província pelo Porto de Paranaguá foi tão alarmante que mereceu uma nota explicativa no *Mappa Estatístico da Emigração no Porto da Cidade de Paranaguá durante o anno de 1879*, que demonstrava as entradas e saídas de estrangeiros: “Pela presente demonstração V.Ex. se dignará ver que houve na emigração uma diferença para mais de 1.189 estrangeiros, sendo a

causa principal desta diferença a repatriação dos russos alemães em número de 1.960, que se achava nos Campos Geraes.”⁴⁴

Uma quantidade significativa optou por retirar-se do país; quanto aos que ficaram, decidiram se dirigir mais ao interior da província. “Os retirantes da década de oitenta fixaram-se em outras regiões do Estado, muitos deles no município de Imbituva, [ou Pouso do Cupim, como era conhecido no período]. Os colonos alemães fixaram residência na direção da estrada que mais tarde ligaria Imbituva a Guarapuava. Ao todo eram 50 famílias mais ou menos.”⁴⁵

A localidade era um dos pontos de pouso das tropas vindas do sul e que traziam gado para venda na Província de São Paulo, tendo em vista a distância entre as freguesias de Ponta Grossa e Guarapuava. Em 1871 foi fundado o povoado. A freguesia foi criada em 1876, com a denominação de Santo Antônio de Imbituva, pela lei provincial n.º 441, de 21 de fevereiro de 1876, subordinado ao município de Ponta Grossa. Em 1881, foi elevada à categoria de vila, com denominação de Santo Antônio de Imbituva por lei provincial n.º 651, de 26 de março de 1881, sendo, portanto, desmembrado de Ponta Grossa. Neste período, foi que se deu a chegada e estabelecimento desse grupo de imigrantes russos, que haviam deixado as colônias na região de Ponta Grossa.

Após o malogro da produção de trigo, uma das principais atividades desenvolvidas pelos *Wolgadeutschen* no Paraná – e, neste caso, no município de Imbituva também não foi diferente –, foi no ramo dos transportes, por meio de carroções que escoavam a produção, sobretudo de erva mate, do interior da Província até o Porto de Paranaguá.

Os carroções, muito utilizados no Volga, foram desenvolvidos aqui e utilizados como meio de transporte. Eram puxados por oito cavalos, dispostos numa fileira dupla, de quatro cavalos cada. Os alemães viajavam em comboios de 10 a 20 carroções para fazer o transporte de produtos.⁴⁶

No final do século XIX e, sobretudo até os anos quarenta do século XX, as principais atividades econômicas do município eram a extração de madeira e a produção de erva mate. “Imbituva não era só um centro produtor de erva-mate, mas também região de passagem entre as zonas produtoras e os centros consumidores.”⁴⁷ Possuía muitas empresas voltadas a

⁴⁴ Relatório apresentado ao Presidente da Província Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, pelo juiz de Direito, Barreto Correa de Menezes, Chefe da Polícia da Província, em 03 de janeiro de 1880, p. 43, apud BALHANA, op. cit, p. 136.

⁴⁵ STADLER, op cit, p. 54.

⁴⁶ SAFFRAIDER, op. cit, p. 120.

⁴⁷ MATOS, Edemê de. **Imbituva: uma viagem de retorno à terra natal**. Curitiba: s/ editora, 2013, p. 160.

extração de madeira, uma cooperativa de produtores de erva-mate, bem como uma frota com mais de 800 carroções que possibilitavam o escoamento da produção.

A década de 1920 foi o período de maior desenvolvimento da cidade, com a criação de inúmeros empreendimentos como fábricas de telhas, de farinha e de carroças, curtumes, selarias, sapatarias, marcenarias, farmácias, oficinas mecânicas e hotéis – além das várias casas de comércio. Havia, portanto, uma grande concentração populacional na zona urbana da cidade, uma vez que as pequenas propriedades, que se localizavam na área rural do município, dedicavam-se exclusivamente à produção para subsistência.

Como mencionado, os alemães do Volga organizaram as suas colônias levando em consideração a identidade religiosa e os russos que se estabeleceram em Imbituva professavam a religião evangélica luterana. A organização de uma comunidade evangélica no município só foi efetuada a partir de 1886, em decorrência de um falecimento.⁴⁸ Como não era permitido o sepultamento de protestantes em cemitério católico, algumas famílias que professavam as religiões luterana e presbiteriana, uniram-se para a construção de um cemitério protestante na cidade. A partir dessa união, formou-se também a Comunidade Evangélica. Inicialmente, a comunidade não possuía uma identidade confessional definida, sendo atendida durante os dez primeiros anos por pastores presbiterianos.

Somente no ano de 1895 o pastor Johannes Dehmlov – da Igreja Luterana da Rússia –, passou a atender a comunidade da Ressurreição; foi desse modo, o primeiro pastor residente em Imbituva. Este, por sua vez, foi responsável pela fundação da Escola Paroquial na cidade. Dehmlov permaneceu na comunidade até o ano de 1905. Com sua saída, os luteranos filiaram-se então a um sínodo confessional luterano alemão, que tinha seus trabalhos voltados para as regiões do Paraná e Santa Catarina.

O Gotteskasten Synode, também conhecido como Caixa de Deus Luterana, deu origem no mesmo ano de 1905, ao “Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e Outros Estados do Brasil”.⁴⁹ No ato de sua fundação o sínodo já contava com a adesão de cinco comunidades, dentre elas a comunidade do Cupim – posteriormente Imbituva –, e expandiu seus domínios muito rapidamente. “Em 1905, estavam relacionadas com o Sínodo Evangélico Luterano ao todo 2.527 famílias com cerca de 15.404 almas.”⁵⁰

A “Caixa de Deus” atendeu a comunidade de Imbituva até o ano de 1938. Nesse período, vários pastores atenderam o grupo, o templo foi construído, e a congregação contava

⁴⁸ Cf. FUGMANN, op cit, p. 89.

⁴⁹ Atualmente a “Caixa de Deus” pertence à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB).

⁵⁰ PRIEN, op. cit, p. 174.

com mais fiéis. No entanto, as circunstâncias da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, a política do Estado Novo instaurada por Getúlio Vargas, ocasionou uma significativa mudança nos costumes da comunidade, tendo em vista que, para manter suas atividades religiosas, a congregação acabou por filiar-se a outra vertente do luteranismo presente no Brasil, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, formada a partir de um Sínodo Luterano proveniente dos Estados Unidos. É a respeito do estabelecimento deste sínodo no Brasil e das principais diferenças existentes entre esta e a vertente mais conhecida do luteranismo no Brasil – a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – que trataremos a seguir.

1.2 – O luteranismo americano chega ao Brasil: A *Lutheran Church Missouri Synod* e a criação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil.

Até o final do século XIX, o catolicismo foi a religião oficial do Brasil; todavia, com a chegada dos imigrantes europeus, das mais diversas nacionalidades, e que trouxeram consigo culturas distintas e também novos ritos religiosos de matriz protestante, houve a necessidade de adaptação e possível aceitação desses novos credos. A Constituição de 1824 determinava em seu artigo 5º que: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo.”⁵¹ Dessa maneira, podemos considerar que era garantido aos não católicos a liberdade de confessar uma outra crença, atendidas as disposições legais. De qualquer forma, não ser católico neste período representava um estado de semi cidadania, uma vez que estes fiéis de outras igrejas não podiam gozar de todos os privilégios da cidadania.

De outra forma, é possível considerar que ser protestante neste período no Brasil representava passar por algumas dificuldades. Os três momentos mais significativos da vida de uma pessoa, nascimento, casamento e óbito deveriam necessariamente ser registrados e logicamente oficializados pela Igreja Católica para serem validados. Além disso, a Constituição também previa, no parágrafo terceiro do artigo 95, que “os que não professarem a Religião do Estado” não poderiam ser eleitores e tampouco eleitos para a Assembleia Geral e Conselhos de Província.

⁵¹ Constituição Política Do Imperio Do Brazil (De 25 De Março De 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm

Para que possamos compreender um pouco melhor o fenômeno do protestantismo brasileiro, é necessário frisar que este é classificado em três grupos distintos: Protestantismo de Imigração ou Étnico, Protestantismo de Missão e Pentecostalismo.⁵² As vertentes protestantes são assim distinguidas de acordo com o caráter do trabalho realizado pela instituição religiosa, ou pela forma como esta se estabeleceu no país. Esta seção tratará, especificamente, da inserção e posterior estabelecimento da religião luterana no Brasil; esta, por sua vez caracteriza-se pela primeira tipologia, já que as primeiras comunidades surgiram entre os grupos étnicos de origem germânica.

Os primeiros luteranos que aqui chegaram vieram com as correntes imigratórias iniciais de alemães, ainda no primeiro quartel do século XIX, como já visto anteriormente.

Os imigrantes alemães evangélicos que no Brasil aportaram a partir de 1824 procediam não de uma, mas, basicamente, de três confessionalidades. O maior número, provavelmente, pertencia à confessionalidade luterana. Contudo, havia um bom número de pessoas adeptas de igrejas com tendências calvinistas e muitos eram da igreja unida, ou seja, da igreja alemã que comungava e unia as duas tendências teológicas, luterana e calvinista.⁵³

Como a Constituição brasileira do Império não permitia aos imigrantes professar publicamente sua religião, muitos deixaram de praticá-la. Entretanto, podemos destacar que vários grupos se organizaram em comunidades e formaram “Igrejas Livres” – *Freigemeinden* – não institucionalizadas eclesiasticamente. Várias vertentes teológicas e confessionais eram agrupadas numa mesma comunidade, já que não havia uma divisão eclesiástica. A maioria dessas comunidades não possuía pastores ordenados; assim, pessoas da localidade, com um pouco mais de instrução faziam às vezes de sacerdotes.⁵⁴ Estes, por sua vez, foram conhecidos como pastores-colonos, leigos que desempenhavam todas as funções de um pastor ordenado, realizavam os ofícios religiosos e ministravam os sacramentos. Com o passar do tempo, e da chegada de alguns pastores devidamente instruídos e ordenados, os pastores-colonos passaram

⁵² Conforme: WIRTH, Lauri Emílio. **O protestantismo brasileiro de rito luterano**. In: Revista USP. São Paulo, n. 67, p. 68-77, setembro/novembro 2005.

⁵³ PORTELLA, Rodrigo. Fé, Cultura e Norma Eclesiástica: A gênese da Igreja Luterana no Brasil – Organização Popular e Tutela Eclesiástica. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 7/8, jul/ago 2006, p. 595.

⁵⁴ Segundo Joachim Fischer, “havia entre eles condes e barões, mas também homens que mal sabiam ler e escrever. Em sua profissão original haviam sido oficiais e suboficiais, marinheiros, funcionários florestais, de correio, alfaiates, serralheiros, tecelões; havia também um ginásio e um bom número de professores, que via de regra exerciam o pastorado ao lado de sua profissão letiva.” FISCHER, Joachim. A luta contra os pastores-colonos no Rio Grande do Sul no século XIX. In: Idem. **Ensaio Luteranos. Dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal, 1986, p.39.

a ser chamados de pseudo-pastores. Apesar de ter ocorrido também em outras Províncias, o fenômeno dos pastores-colonos foi muito recorrente na Província do Rio Grande do Sul.

Este período é chamado pelos pesquisadores especialistas nas religiões luteranas brasileiras de “Período Pré-Sinodal”, uma vez que não havia unidades confessionais e tampouco comunidades organizadas eclesiasticamente. Com o passar do tempo, esse isolamento das comunidades passa a dar lugar às primeiras tentativas de criação de grupos confessionais.

A tentativa de organização mais bem sucedida na Província do Rio Grande do Sul só foi efetivada no ano de 1886 com a criação de um sínodo independente, o “Sínodo Rio-Grandense”.⁵⁵ Este sínodo “não se denominou como alemão nem tinha um claro enunciado confessional em correspondência à sua constituição, mas referiu-se apenas em termos gerais à Sagrada Escritura e aos Escritos Confessionais da Reforma alemã.”⁵⁶ Assim, o Sínodo recém-criado não possuía uma base confessional clara; no entanto, ficava subentendido que este sínodo pautava-se por uma identidade étnica sendo, portanto, alemão. Esta posição ficaria bem marcada, nos anos posteriores, com a nova denominação do sínodo em 1901 para Igreja Evangélica Alemã do Rio Grande do Sul. O Sínodo Rio-Grandense se definia como uma Igreja Cristã, Evangélica e Alemã:

Igreja Cristã em sua confissão a Jesus Cristo [...]; Igreja Evangélica por aceitar apenas a Bíblia como fonte de todo o conhecimento da fé cristã; uma Igreja Alemã não só no sentido de usar a língua alemã, mas também no sentido de conscientemente limitar-se à população de ascendência teuta em nosso Estado, mantendo laços espirituais com as Igrejas Territoriais Evangélicas da Alemanha e cultivando conscientemente o protestantismo de tipo alemão.⁵⁷

Para conseguir unificar mais comunidades e, assim, atender um número maior de imigrantes alemães, o Sínodo Rio-Grandense instituiu a chamada “pregação itinerante”. Essa iniciativa se fez necessária principalmente em função da chegada de novas levas de imigrantes

⁵⁵Que em conjunto com outros três Sínodos, a saber: Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados do Brasil (1905), Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina e Paraná (1911), e Sínodo das Comunidades Evangélicas do Brasil Central (1912), formaram em 1962 o Sínodo Evangélico Luterano Unido, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Conforme: BAADE, Joel Haroldo. **Da guerra à união: uma abordagem histórica da caminhada da Associação Evangélica de Comunidades e do Sínodo Evangélico-Luterano até sua fusão e formação do Sínodo Evangélico Luterano Unido.** Dissertação (Mestrado em Teologia). EST, São Leopoldo, 2007.

⁵⁶PRIEN, Hans-Jürgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil.** Das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 98.

⁵⁷DREHER, op cit, p. 89.

à região norte do território da Província do Rio Grande do Sul. Estes “pastores da diáspora” tinham a missão de convencer as muitas *Freigemeinden* ainda existentes e que eram resistentes a uma unificação, a se agregar ao sínodo.

Apesar de todos os esforços empreendidos pelo Sínodo Rio-Grandense, não foi possível uma presença maciça na Província; desta maneira, não havia atendimento a todos os imigrantes que se diziam luteranos. Uma alternativa à solução deste problema viria da opção missionária de uma vertente do luteranismo desenvolvida nos Estados Unidos da América, o *Deutsche Evangelisch-Lutherische Synode von Missouri, Ohio und anderen Staaten* – ou Sínodo Evangélico-Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados.⁵⁸

O Sínodo de Missouri foi fundado no ano de 1847, por um grupo de imigrantes alemães oriundos da Saxônia, que por razões políticas e econômicas decidiram emigrar.⁵⁹ É possível apontar também outro fator determinante para este movimento imigratório para a América, que foi o descontentamento com a unificação das Igrejas Luterana e Presbiteriana durante o período conhecido como “União Prussiana” cujos “[...] métodos para efetuar a união eram principalmente a celebração conjunta sobre o Sacramento e a introdução de uma nova liturgia neutra [...] e pela supressão de qualquer forte posição confessional e de opiniões desfavoráveis à união.”⁶⁰

O sínodo recém-criado em solo norte americano posicionou-se de forma severa em seguir apenas os preceitos confessionais luteranos e a bíblia, ao contrário do que estava sendo proposto na Alemanha, e dessa forma, adotou como princípio: “Sem unidade doutrinária não pode haver unidade sinodal. E fiel a esta norma não se alia com outras igrejas enquanto estas não se posicionarem doutrinária e confessionalmente com ela.”⁶¹

Este posicionamento, como poderemos ver adiante, marcará profundamente os trabalhos deste sínodo em território brasileiro no início do século XX, e demonstra claramente que estes se reconheciam como detentores do puro luteranismo; dessa maneira, tendo uma identidade definida, portanto, através da doutrina. E para preservar esta identidade, o grupo

⁵⁸ Sínodo Evangélico-Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados, atualmente *Lutheran Church Missouri Synod* (LC-MS), A Igreja Luterana – Sínodo de Missouri.

⁵⁹ Para maiores informações a respeito da criação do Sínodo de Missouri ver: FORSTER, Walter O. **Zion on the Mississippi**. The Settlement of the Saxon Lutherans in Missouri 1839-1841. Saint Louis: Concordia Publishing House, 1953. MEYER, Carl S (org.). **Moving Frontiers: Readings in the history of the Lutheran Church – Missouri Synod**. Saint Louis: Concordia Publishing House, 1964.

⁶⁰ No original: “*The methods of effecting the union were chiefly the joint celebration on the sacrament and the introduction of a new, neutral liturgy [...] by the suppression of any strong confessional position and of opinions unfavorable to the union*”. (Tradução livre). FORSTER, op. cit, p. 16.

⁶¹ STEYER, op cit, p. 20.

utilizou-se do isolamento e do conservadorismo. Este último, presente na doutrina “missouriana” até hoje.

Rapidamente o sínodo expandiu suas fronteiras dentro dos Estados Unidos. Esta rápida e eficaz expansão permitiu que o Sínodo lançasse seu olhar para o grande contingente de imigrantes alemães estabelecidos no Brasil e que poderia ser um terreno fecundo para maiores expansões. Assim, no ano de 1900 foi enviado um pastor, Christian J. Broders, para o sul do Brasil, mais precisamente para a Província do Rio Grande do Sul. Este pastor veio com a função de prospector, ou seja, sua tarefa tinha a finalidade de avaliar as oportunidades missionárias no país. Sua missão teria um tempo determinado de no máximo dois anos, e suas impressões seriam decisivas para o estabelecimento ou não dos trabalhos do Sínodo em território brasileiro. Inicialmente, o trabalho proposto não teve um caráter de missão entre não cristãos, ou entre católicos. O motivo do trabalho não era a conversão à fé luterana, mas sim atender aos luteranos e pessoas que se denominavam luteranas.⁶² Nesse momento inicial dos trabalhos, a missão do sínodo seria, portanto, seletiva e excludente.

As primeiras impressões do prospector no norte da província do Rio Grande do Sul não foram animadoras;⁶³ somente com sua ida ao sul do atual Estado – nos arredores da cidade de Pelotas, mais precisamente na localidade de São Pedro – que um grupo de imigrantes teuto-russos demonstrou interesse e um comportamento “mais afinado” aos preceitos do sínodo norte americano. Imediatamente o pastor decidiu começar ali uma comunidade, que contou inicialmente com a adesão de 17 famílias.

A partir disso, novos pastores foram enviados e os trabalhos foram se expandindo. Novas comunidades foram fundadas, e outras acabaram por desligar-se do Sínodo Rio-Grandense. Além disso, foi possível a fundação, no ano de 1903, de um instituto para a formação de professores e pastores, o atual Seminário Concórdia.⁶⁴ E, também, um periódico começou a ser editado no Brasil:

O Evangelisch-Lutherisches Kirchenblatt fuer Suedamerika, precursor do Mensageiro Luterano, que tinha por objetivo apresentar as posições doutrinárias e práticas eclesiais do grupo, bem como defender o trabalho missionário das críticas feitas pelos concorrentes. [...] O periódico servia

⁶² Conforme: REHFELDT, Mário Luis. **Um grão de mostarda**: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. 1 vol. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

⁶³ Para maiores informações a respeito das primeiras impressões de Christian Broders no Brasil ver: REHFELDT, op. cit, p. 39-47.

⁶⁴ Para maiores informações a respeito do Seminário Concórdia, ver: REHFELDT, op. cit, p. 52; STEYER, op. cit, p. 78 seq.; bem como <http://www.seminarioconcordia.com.br/seminario/historico.php>.

também para divulgar o trabalho nos EUA, a fim de levantar recursos financeiros para a continuação da obra.⁶⁵

Houve muita rivalidade, inicialmente, entre os dois Sínodos, o Rio-Grandense e o de Missouri. A vinda dos americanos prejudicou a expansão dos riograndenses que desejavam a formação de um único sínodo evangélico-alemão no Estado. Os sínodos confrontaram-se mutuamente em seus respectivos periódicos por vários anos:

Periódicos locais e periódicos eclesiásticos alertavam em relação aos invasores ianques, que poriam em risco o sucesso econômico dos colonos e sua identidade cultural germânica. Também integrantes do Sínodo Riograndense criticaram publicamente a presença de pastores do Sínodo de Missouri no RS, considerada como concorrência desleal. Os do SM, por sua vez, contra-atacavam apontando para os chamados a eles enviados pelas comunidades e declarando o Sínodo Riograndense incapaz de atender os colonos luteranos devido à sua indefinição confessional.⁶⁶

Estes dois sínodos atualmente se constituem como as duas maiores vertentes⁶⁷ do luteranismo presente no Brasil e, apesar de professarem uma mesma fé religiosa, possuem algumas divergências bem marcantes. A primeira característica de distinção que podemos destacar sobre essas duas igrejas, e já mencionado anteriormente, diz respeito à sua origem, uma vez que esse fator é determinante para compreendermos a posição doutrinária e até mesmo política de ambos os sínodos.

Como já mencionado, o Sínodo Rio-Grandense que deu origem à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil tem suas raízes diretamente ligadas à igreja luterana alemã e sempre pautou-se por defender uma identidade germânica, considerando o luteranismo indissociável da cultura e identidade étnica alemã. Desde o começo de seus trabalhos esta igreja entendia “sua religiosidade como limitada à sua própria etnia e, portanto, em princípio não extensiva às demais que compunham a sociedade nacional.”⁶⁸ Em contrapartida, o Sínodo de Missouri condenava veementemente a utilização da Igreja como instituição de culto à

⁶⁵ HUFF JUNIOR, op. cit, p. 133.

⁶⁶ RIETH, Ricardo Willy. Raízes históricas e identidade da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). **Revista Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 49 n. 2 jul./dez. 2009, p. 214.

⁶⁷ De acordo com Martin Norberto Dreher, no Brasil, os luteranos estão divididos em diversas denominações. São elas: Igreja Evangélica Luterana do Brasil, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Associação de Comunidades Luteranas Livres, Igreja Evangélica Congregacional do Brasil e Comunidades Luteranas Livres, sendo as duas primeiras as que possuem mais membros. DREHER, Martin Norberto. **História do povo luterano**. São Leopoldo: Sinodal, 2005. p. 49.

⁶⁸ JUNGBLUT, Airton Luiz. O protestantismo luterano dos teuto-brasileiros: algumas considerações necessárias para uma abordagem antropológica. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira. **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Editora ULBRA, 1994, p. 142.

germanidade e sempre postulou sua religiosidade como necessariamente transétnica e, portanto, não restrita à etnia:

Essa postura é, de certa forma, compreensível se levada em consideração a origem dos missionários que aqui introduziram esse luteranismo. Oriundos dos Estados Unidos, a grande nação protestante, fundada a partir da religião civil e da liberdade de culto, esses luteranos teuto-norte-americanos provavelmente tiveram suas doutrinas transformadas no contato com o tipo de protestantismo lá existente. Protestantismo esse que historicamente, passou a se caracterizar pela valorização dada, pela maior parte de suas igrejas, ao trabalho missionário-evangelizador e pela separação que estas mantêm entre as coisas religiosas e as coisas seculares.⁶⁹

Esses dois posicionamentos distintos, de um lado o culto à germanidade e de outro a condenação dessa prática dentro das igrejas, foram durante várias décadas os fatores que mais distinguiam os grupos de luteranos brasileiros. Esse posicionamento, inclusive, ficará bastante evidenciado nos anos trinta do século XX, com o advento da política de nacionalização varguista, como veremos mais adiante.

Além dessas questões relacionadas à identidade étnica, que é fundamental para compreendermos o caráter dos trabalhos desenvolvidos por essas igrejas, esses dois sínodos também apresentam diferenças bem acentuadas no que diz respeito à questão doutrinária, que está, da mesma forma, diretamente ligada aos posicionamentos étnicos dessas vertentes religiosas. É possível considerar que a atual IELB partilha de um luteranismo mais ortodoxo, tendo em vista que adota uma interpretação mais literal dos textos bíblicos e admite como base confessional todos os Documentos Confessionais reunidos no Livro de Concórdia,⁷⁰ de 1580.⁷¹

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ O Livro de Concórdia ou Fórmula de Concórdia é um escrito confessional de 1580 que dá atenção especial aos erros surgidos dentro do luteranismo. Possui quatro dimensões: eclesiástico, simbólico, teológico e político, uma vez que serviu como consenso e convicção em questões doutrinárias, demonstrou como a segunda geração entedia a doutrina da reforma, colocando-se contra as posições de Melanchton e aceitando somente os escritos de Lutero e por fim, conferiu aos luteranos certos direitos políticos e religiosos no Império germânico da época. Conforme: SEIBERT, Erní Walter. **Introdução às Confissões Luteranas**. Sua atualidade e relevância. Porto Alegre: Concórdia, 2000, p. 124-143.

⁷¹ De acordo com a doutrina da atual IELB não permitindo, por exemplo, o ministério feminino e principalmente a celebração aberta do sacramento da santa ceia, ou seja, a IELB ao contrário da IECLB não permite que pessoas que não sejam membros (confirmados ou convertidos) da comunidade participem da celebração da santa ceia. Atualmente existe uma cooperação entre as duas vertentes luteranas, firmada no ano de 1997 pelo “Convênio de Cooperação IELB – IECLB”. Para maiores informações a respeito dos elementos acordados no convênio, ver: <http://www.ielb.org.br/posicionamentos-oficiais-da-ielb/convenio-de-cooperacao-ielb-ieclb>.

A atual IECLB, ao contrário, tem como base confessional apenas a Confissão de Augsburgo.⁷² Além disso, podemos destacar que

a identidade confessional da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) se originou de duas vertentes. A mais antiga alinhava-se com o modelo de uma Igreja Unida constituída por luteranos e reformados (calvinistas), mas com uma inclinação implícita para o luteranismo. A outra estava comprometida com o luteranismo confessional. Ambas as vertentes estavam ligadas a Igrejas Unidas, respectivamente Luteranas da Alemanha. A IECLB, ao se constituir em 1949, definiu-se claramente como luterana. Seu luteranismo é aberto para a presença em seu meio de cristãos e cristãs oriundos de Igrejas Unidas e Reformadas; colabora, por sua vez, com Igrejas de outras confissões “que confessam Jesus Cristo como único Senhor e Salvador.”⁷³

Conhecer minimamente alguns aspectos a respeito da doutrina ou confissão dessas duas vertentes luteranas se faz necessário para que possamos compreender o trabalho empreendido por elas em território brasileiro. Por mais que alguns autores afirmem que, inicialmente, os trabalhos do Sínodo de Missouri não tenham tido um caráter missionário, é possível considerar, sim, esta vertente luterana como Protestantismo de Missão. E este caráter determinou, portanto, que tipo de Igreja seria criada no Brasil, ou seja, uma Igreja Luterana brasileira, que formasse seus próprios pastores e que, posteriormente, fizesse uso da língua portuguesa em seus cultos. Este fator foi determinante para a continuidade e também expansão dos trabalhos desta vertente principalmente nos períodos das duas Guerras Mundiais.

Após a fundação da IELB e do Seminário Concórdia, os trabalhos se expandiram pelo Estado do Rio Grande do Sul e foram encaminhados pastores para iniciar um trabalho de missão na Argentina. Entretanto, no que diz respeito à expansão para os outros Estados da região Sul do Brasil, podemos considerar que só foi pensada posteriormente, pois, em Santa Catarina e no Paraná, já havia um Sínodo Luterano realizando seus trabalhos – no caso a *Gotteskasten Synode*, ou simplesmente Caixa de Deus, que deu origem, em 1905 ao “Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e Outros Estados do Brasil”.

⁷² “A confissão de Augsburgo, apresentada diante do Imperador Carlos V em 25 de junho de 1530, pode ser considerada a ‘cédula de identidade’ da Igreja Luterana. Constitui um dos principais documentos de fé interpretativo das Sagradas Escrituras, sintetizando o conteúdo da fé cristã na forma como é confessada pelas igrejas luteranas.” Conforme: **A Confissão de Augsburgo**. Edição Comemorativa 1530-2005. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993, p.5.

⁷³ FISCHER, Joachim H. Identidade Confessional: Lições da História. **Estudos Teológicos**, v. 43, n. 1, 2003, p. 29.

Nos Estados de Santa Catarina e Paraná, só há informação da expansão do Sínodo de Missouri a partir dos anos 20 do século XX. Especificamente no Paraná, os trabalhos têm início na região sul do Estado. No ano de 1921, foi fundada a primeira Igreja Luterana na cidade de Cruz Machado que, até o ano de 1937, permanecia sendo a única paróquia atendida pelo Sínodo de Missouri em todo o Estado. A partir de então, novas comunidades foram sendo formadas, e também muitas outras se filiaram à IELB em razão dos acontecimentos políticos das décadas de 1930 e 1940. É neste contexto que a Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição de Imbituva filia-se à Igreja Evangélica Luterana do Brasil no ano de 1943, como veremos a seguir.

1.3 – A política de Nacionalização de Vargas e seus efeitos no interior do Paraná: o caso de Imbituva

Os anos finais da década de trinta do século XX foram fortemente marcados pelos acontecimentos que culminaram em grandes transformações, tanto no cenário nacional, como principalmente mundial. A eclosão da Segunda Mundial, que colocou em lados opostos os países Aliados e os países do Eixo,⁷⁴ influenciou a política e, sobretudo, o cotidiano de vários outros países. No Brasil, Getúlio Vargas assumia pela segunda vez, no dia 10 de novembro de 1937, o cargo máximo da nação através de um golpe de Estado. Inicialmente, demonstrou um posicionamento de neutralidade em relação aos conflitos que estavam sendo travados na Europa. Contudo, a partir de 1942, posiciona-se ao lado dos Aliados na guerra. Neste seu segundo mandato como presidente da nação brasileira, Vargas instaura, então, o Estado Novo, e com ele impõe a chamada Campanha de Nacionalização, que tinha

[...] a premissa de erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente, nos três Estados do sul, e incutir nas populações de origem europeia (especialmente alemães, poloneses e italianos) o sentimento de brasilidade. Esse programa, portanto, pretendia a assimilação compulsória ou forçada das minorias acima mencionadas, através de uma legislação específica, que colocou à margem da lei a maior parte das instituições (sociedades assistenciais, imprensa, escola, etc.) consideradas “estrangeiras” – e que atingiu principalmente as comunidades teuto-brasileiras.⁷⁵

⁷⁴ Os Aliados eram formados por Reino Unido, Estados Unidos, União Soviética, França e Polônia e o Eixo por Alemanha, Itália e Japão.

⁷⁵ SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis, FCC edições, 1982, p. 175.

Desta maneira, para que fosse possível a extinção dessas influências estrangeiras, principalmente germânicas, as ações tomadas pela Campanha de Nacionalização, nas décadas de 1930 e 1940, deram-se, sobretudo, na proibição – a partir do Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939⁷⁶ – do uso da língua alemã nas associações culturais e recreativas e, também, nas igrejas, e do ensino desta nas escolas particulares. Além disso, foi proibida a veiculação de jornais e periódicos em língua germânica.

Houve um grande trabalho – já iniciado anos antes – de reforma na educação e a partir disso, de transformação das escolas estrangeiras em escolas nacionais, que tivessem como princípio o desenvolvimento do patriotismo brasileiro. Dessa forma, as escolas eram incentivadas a desenvolver atividades e festejos cívicos nas datas consideradas mais importantes como, por exemplo, o Dia da Bandeira:⁷⁷

No final dos anos 30, o Estado centralizou o controle do ensino, proibiu o ensino domiciliar e o uso da língua estrangeira nas aulas, fiscalizando rigorosamente as práticas escolares através dos inspetores e superintendes. Posteriormente, os Serviços de Inspeção dos Estabelecimentos de Ensino ficaram subordinados ao Departamento Nacional de Ensino.⁷⁸

O Estado compreendia que todas as formas de cultivo do germanismo,⁷⁹ ou sentimento de identidade étnica, eram perigosos à integridade da nação brasileira. Não seria permitido, portanto, dois nacionalismos no Brasil. O alemão teria que se “abrasileirar”. “Os militares pretendiam infundir a compreensão do *jus soli*⁸⁰ como fundamento da nacionalidade,

⁷⁶ Decreto este que dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>.

⁷⁷ Conforme: RENK, Valquiria Elita. **Aprendi falar português na escola!** O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2009, p. 148-150.

⁷⁸ CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil.** Campinas: Editora Unicamp, 2006, p. 108.

⁷⁹ Uma vez que “de todos os grupos estrangeiros presentes nas zonas de colonização, o alemão foi o que, sem dúvida, despertou a maior atenção e a maior preocupação das autoridades governamentais. Reconhecido como o núcleo estrangeiro mais fechado em torno de sua própria cultura, de sua própria língua e de sua própria nacionalidade, eram os alemães acusados sistematicamente de impedir o processo de nacionalização pela insistência com que mantinham suas próprias características étnicas.” BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org) **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 152.

⁸⁰ Atribuição de Nacionalidade em que é considerado por princípio o território onde a pessoa nasce.

em substituição à noção de *jus sanguinis*⁸¹, desqualificada como exótica, estranha, evocadora de pátrias que não podem ser visualizadas.”⁸² A partir de então, o que

[...] se viu no período do Estado Novo, por parte do Estado Brasileiro, foi uma ação massiva de fomentação de uma identidade brasileira para com todos os grupos étnicos aqui residentes, ação esta que passava por uma formação lingüística e educacional que motivasse o apego à pátria brasileira, e que, se necessário fosse, seria repressora para aqueles que possuíssem outros pensamentos e ideologias que, no entender do Estado, fossem perigosos para o seu projeto de “identidade” brasileira.⁸³

Com todas as proibições vigentes e com a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa,⁸⁴ as Igrejas Luteranas em que a celebração de seus cultos era toda realizada em língua alemã foram – além das escolas e associações – os órgãos mais prejudicados. Sergio Odilon Nadalin destaca que, entre os anos de 1939 e 1940, em Curitiba, capital do Estado do Paraná, os posicionamentos das autoridades em relação ao uso da língua alemã nos cultos mudavam constantemente.

Se, em abril de 1939, as autoridades policiais haviam ordenado que, até segunda ordem, os cultos fossem realizados em português, em setembro do mesmo ano permitiu-se que a liturgia fosse feita na língua da Igreja, mas a pregação no vernáculo. Quase um ano depois, em julho de 1940, comentava-se acerca de uma contra-ordem das autoridades, especificando que o culto fosse todo ele realizado em idioma nacional.⁸⁵

Imposições semelhantes devem ter sido também sentidas na pequena cidade de Imbituva. Neste período, a Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição era filiada, como vimos, a *Gotteskasten Synod* (Caixa de Deus) e, por sua vez, estava sendo atendida pelo

⁸¹ Atribuição de Nacionalidade em que é considerado, por outro lado, o vínculo consanguíneo com os ascendentes.

⁸² SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: In: PANDOLFI, Dulce (org) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 220.

⁸³ MARLOW, Sergio Luiz. **Nacionalismo e Igreja: A Igreja Luterana, Sínodo de Missouri nos “porões” do Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Espírito Santo, 2006, p. 46.

⁸⁴ “[...] a marcha do nazismo na Alemanha, seu crescimento, e a simples presença de elementos destes sendo identificados em diversos círculos no Brasil, era motivo suficiente para o surgimento de suspeitas e cautelas entre os nacionalistas e as autoridades brasileiras. Estes elementos escolhiam especialmente as associações, clubes e escolas, onde o alemão era o idioma oficial, para lá se infiltrarem e propagarem seus ideais. A igreja evangélica alemã era também um destes fóruns.” PETRY, Rui. **Da *Gemeinde* à Comunidade: uma análise das mudanças de paradigma geradas pelas crises dos anos 30 e 40, entre os imigrantes alemães luteranos e seus descendentes em Curitiba**. Trabalho de Conclusão de Curso (História), Curitiba: UFPR, 2002, p.37.

⁸⁵ NADALIN, Sergio Odilon. **A respeito de uma demografia histórica de contatos culturais**. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu-MG, 2006, p. 6.

pastor alemão Adolph Bachimont que, no ano de 1942, posicionando-se contrário à proibição do uso da língua alemã em seus cultos, acabou sendo preso e encaminhado para Curitiba:

Adolfo Bachimont:

Está prontuariado nesta D.O.P.S. desde janeiro de 1939. A Delegacia de Imbituva teve que interferir, severamente, no sentido de que Adolf Bachimont deixasse de fazer pregações, na igreja e no cemitério, em idioma alemão, - transgressão que Bachimont vinha praticando com arrogância, declarando a própria autoridade que pregava em alemão porque sua igreja era alemã e que ele “não era nacionalizado brasileiro, nem queria se nacionalizar por ser alemão.”⁸⁶

Com a prisão do pastor Bachimont, a Igreja Luterana de Imbituva foi obrigada a fechar suas portas e, com isso, teve que suspender completamente suas atividades, uma vez que havia a suspeita de que tanto o pastor, como também membros da comunidade, fossem simpatizantes do nazismo. Dessa maneira, a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) do Estado do Paraná emitiu o seguinte comunicado:

A igreja referida não está em funcionamento, a fim de evitar se reúnam súditos dos países do ”eixo” e por haver sido preso o referido pastor, Adolfo Jorge Bachmont, que exercia, ali, propaganda nazista, e que se encontra, desde 15-9-42, recolhido à casa de detenção desta capital.⁸⁷

Além do fechamento da igreja, outras sanções legais foram impostas à população de imigrantes e seus descendentes de Imbituva, como o confisco de aparelhos de rádio e armas de fogo e a permissão para se ausentar da cidade somente com salvo-conduto expedido pela Delegacia de Ordem Pública e Social do Estado. Havia também uma grande preocupação com a bibliografia que circulava na cidade, sobretudo a respeito de livros relacionados à guerra.⁸⁸ No entanto, os membros da comunidade luterana sofreram também as sanções impostas pela própria vizinhança, uma vez que haviam seguidas denúncias de que os “alemães” residentes no município estavam desobedecendo às leis, tendo em vista que um casamento havia sido realizado na congregação luterana, após o fechamento da mesma, como

⁸⁶ ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê: 780b. Top. 89. Período: 1935, 1939 a 1945. 1948, 1951 a 1953. 1958, 1965 a 1968. p. 173.

⁸⁷ ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social. Dossiê 515 – caixa 57, p. 186.

⁸⁸ “Pelo presente, solicito de v.s. providências no sentido de que sejam procedidas observações discretas, juntamente com o Agente Postal dessa cidade, afim de que fique constatado se prossegue as distribuições dos livros “Inglaterra ou Alemanha” e “Os antecedentes da Guerra Soviética.” ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê 515 – caixa 57, p.70.

poderemos ver no trecho da seguinte carta enviada em dezembro de 1942 ao Interventor do Estado, Manoel Ribas:

[...] Aqui nesta cidade de Imbituva, no dia 12 do corrente (sábado) realizou-se na Igreja protestante alemã o casamento de uma filha de Alberto Diedrichs, e no mesmo dia e na mesma Igreja realizaram-se muitos batizados, sendo que a dita Igreja fora “lacrada” por autoridade competente, por ela pertencer à 5ª coluna. E como agora, senhor Presidente, **fora aberto o mencionado templo protestante, que pertence aos ínfimos, aos sórdidos, aos traidores eixistas, que tanto tem flagelado o mundo, como causado também ao nosso caríssimo Brasil tantos prejuízos com suas traições e guerras**, para realizar-se o casamento da filha de um forte capitalista desta cidade, cujo nome é Alberto Diedrichs?

No meu coração de brasileiro, que ama esta mui estremecida Terra Brasileira, que recebeu outrora tão carinhosa, quão hospitaleira, imigrações de muitas nacionalidades, inclusive alemã, suponho ser impatriotismo de algumas autoridades brasileiras consentirem que se realizasse num templo “eixista” o matrimônio que acima me referi. Isso, senhor Interventor, não só é um afronta aos brasileiros desta cidade, como também o é a V. Excia e aos Decretos do nosso Grandioso senhor Getulio Vargas e, enfim, a todos que são brasileiros de coração.⁸⁹

Além dessa carta, um abaixo-assinado organizado por alguns moradores da cidade foi encaminhado para a Delegacia de Ordem Pública e Social do Estado exigindo providências para que a ordem fosse mantida no município, uma vez que, de acordo com o grupo, o senhor Alberto Diedrichs era “alemão de origem e elemento suspeito de partidário do nazismo”⁹⁰ sobretudo, por ser acusado de organizar encontros em horários inoportunos para ouvir programas radiofônicos em língua alemã. A partir desse episódio, um inquérito policial foi instaurado e mesmo sem ter acusações conclusivas contra o senhor Alberto Diedrichs – como poderemos ver no trecho abaixo; ainda assim, suas atitudes eram suspeitas e mereciam ser acompanhadas mais de perto:

Pela conclusão das averiguações policiais a que mandei proceder verifica-se que o **fato apurado não constitui crime nem transgressão disciplinar**; entretanto ha fortes indícios de atividades suspeitas, contrarias as atividades nacionais brasileiras, por parte de um grupo de civis – estrangeiros ou nacionais descendentes de alemães – que se reúnem, pela madrugada, na casa de um amigo e compadre do pastor luterano já preso por nocivo aos interesses brasileiros. Tais reuniões são tanto mais suspeitas porque, realizadas, além da hora por demais matinal, em uma casa situada dentro de

⁸⁹ ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê 515 – caixa 57, p. 147-148.

⁹⁰ ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê 515 – caixa 57, p. 187.

um terreno defendida por cães (apesar de ser Imbituva uma pequena e pacata cidade, onde não há notícia de qualquer assalto a transeunte ou propriedade) são negadas pelo proprietário da casa, embora testemunhadas até por pessoas estranhas ao meio local, insuspeitas, portanto, e confessadas pelos que a elas compareciam. Há ainda a aumentar as suspeitas de qualquer ação contrária aos interesses nacionais, em tais reuniões, a circunstância de serem realizadas em casa de um ex membro da sociedade de atiradores fechada por suas atitudes nazistas, homem descendente de alemães e apontado como um dos chefes nazistas de Imbituva, a ponto de causar revolta a uma parte da população da cidade a abertura da Igreja Luterana para a cerimônia de realização de casamento de sua filha.⁹¹

Da mesma forma, o responsável pela delegacia de Imbituva, Capitão Oziel Cavalcante de Gusmão, também foi investigado, por suspeita de ter amizade com pessoas ligadas às ideias nazi-fascistas, dentre elas, o próprio senhor Alberto Diedrichs.

[...] Que o cap. Oziel mantém relações amistosas com o snr. Alberto Didrichs e família não porque sua senhora seja descendente de alemães, como é na verdade, mas porque é vizinho de genros e filhos do snr. Alberto Driedrichs, mora em casa e terreno de propriedade de parentes do mesmo Alberto Diedrichs, casa essa ocupada anteriormente pelo seu antecessor, cap. Naihm Restum, seu medico e de sua família é o dr. Diedrichs, o seu fornecedor de gêneros é o seu vizinho, snr. Godofredo Grolmann, genro do snr. Alberto Diedrichs ou em outras de sua família (do snr. Diedrichs) atos ou idéias que os tornem suspeitos de atividades nazi-fascistas (folhas 12 e verso, 13 e 21).

O inquérito contra o Capitão Oziel também foi inconclusivo. Todavia, demonstra tamanha a desconfiança por parte da população do município, bem como das autoridades policiais em relação aos membros da Comunidade Luterana de Imbituva. Toda e qualquer manifestação dita contrária aos preceitos estabelecidos pela política varguista era vista com maus olhos. Durante o inquérito, o Capitão Oziel tentou demonstrar que, tanto ele e, sobretudo, Alberto Diedrichs, estavam sofrendo uma perseguição motivada por inveja, ou até mesmo vingança, como podemos ver no relato encaminhado pelo Capitão à Delegacia da capital:

Cumpre-me informar a Va. Exa. que o Snr Alberto Diedrichs é brasileiro nato, grande industrial de madeira. É membro da Legião Brasileira de Assistência a cuja instituição tem feito relevante auxílio material; nunca tive conhecimento de qualquer fato que o indicasse como elemento do Eixo, e

⁹¹ ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê 515 – caixa 57, p. 190. (grifo nosso).

nunca o mesmo se manifestou sobre assuntos de Guerra. Os signatários da representação são, ao contrário, modestos operários de construção de estradas de rodagem, e agem insuflados por inimigos encobertos do Sr. Alberto. Pretenderam desacatar a polícia e provocar desordens.⁹²

Podemos perceber que a tensão do período, a constante repressão e as duras leis impostas ocasionaram uma polarização da sociedade de Imbituva afastando e, portanto, colocando em lados opostos “brasileiros” e “alemães”, também constantemente chamados de “nazistas” e “quinta colunas”.⁹³

Alguns meses após a denúncia efetuada por conta da realização do matrimônio, a Diretoria da comunidade luterana de Imbituva entra em contato com a DOPS pedindo permissão para que o pastor da comunidade luterana de Ponta Grossa, Wilhelm Fugmann, pudesse atender às necessidades da congregação, uma vez que todas as atividades da igreja haviam sido suspensas:

Em 02/06/1943

Por deliberação da Diretoria da Congregação religiosa, é que venho mui respeitosamente a presença de V. Excia., na qualidade de seu secretário, levar ao vosso conhecimento que, em virtude de estarmos sem pastor durante 9 meses que se prolongou a prisão do pastor Adolfo Bachimont, tendo com isso acumulado os serviços e ofícios cristãos dessa Igreja. E como este pastor não vira mais para esta cidade, embora já esteja em liberdade, e sobre este assunto, a Congregação, agradece sinceramente a V. Excia. o que foi feito em favor do mesmo, para que voltasse ao convívio de sua família.

Quanto a nossa situação em vista disso, como disse acima acumulou os serviços e assim estamos por realizar mais de trinta Batizados e temos grande número de “creanças” preparadas para receberem a Primeira Comunhão e a graça sacramental de acôrdo com o rito luterano. E como se torna necessário levarmos a efeito esses Ofícios de Consagração religiosa para preservar a fé de nossos Congregados e para levar-se a efeito essas finalidades e normas Cristãs, precisamos da vinda de um ministro de nossa seita até esta cidade, por não contarmos ainda com a assistência de um ministro.

E lembramo-nos então do pastor Guilherme Fuchmann, da Igreja Luterana de Ponta Grossa, por ser da cidade mais próxima à nossa e assim pedimos encarecidamente a V. Excia. que concedesse ao mesmo uma autorização especial para que este pastor pudesse vir até Imbituva para os dias 19 a 21 de junho corrente, para aqui proceder as cerimônias acima expostas.

⁹² ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê 515 – caixa 57, p 189.

⁹³ Em várias localidades, em especial nos Estados do Sul do Brasil, se verificou esse mesmo fenômeno. Em Brusque/SC Giralda Seyferth destaca que “[...]qualquer teuto-brasileiro cujo comportamento fugisse às regras estabelecidas pela nacionalização - por exemplo, falar a língua alemã – podia ser chamado de alemão nazista ou simplesmente nazista. As pessoas não eram simplesmente chamadas de nazistas, eram *acusadas* de sê-lo.” SEYFERTH, 1981, op. cit, p. 194. (grifo no original)

Pedimos a V. Excia. a fineza de comunicar a autoridade de Ponta Grossa, sobre a licença especial a ser fornecida ao pastor Guilherme Fuchmann, para se locomover até esta cidade e bem assim o grande favor de nos comunicar também por ofício, sobre a concessão da licença pedida, para que avisemos com tempo os interessados nos Batizados e Comunhão, para estarem presentes nesses atos de construção do Bem.

Esperando merecer a acolhida de V. Excia. a nossa solicitação, e se necessário a apreciação do S. Excia. o Sr. Cap. Secretario, renovamos os nossos agradecimentos sinceros, e firmo-me com elevada estima e toda consideração.⁹⁴

Podemos verificar que a comunidade estava preocupada com o andamento de suas atividades, uma vez que fazia quase um ano que seu antigo pastor havia sido preso e as atividades religiosas da comunidade ainda não estavam sendo realizadas. Além disso, a mencionada congregação tencionava ser atendida por um pastor de sua vertente religiosa. A esta solicitação a DOPS respondeu da seguinte maneira:

Em 9/06/1943

Acusando o recebimento do memorando, datado de 2 do corrente, dessa congregação, informo **não ser permitida** a ida do padre Guilherme Fuchmann, a essa localidade, devendo providenciar a ida de um **pastor de nacionalidade brasileira**.⁹⁵

A recusa da solicitação da Comunidade de Imbituva se deu, sobretudo, pelo fato do referido pastor ter escrito e publicado na década de 1920 um livro a respeito da presença alemã no Estado do Paraná,⁹⁶ como podemos ver neste informe da DOPS enviado à Comunidade de Imbituva:

Wilhelm Fugmann, esta fichado nesta DOPS desde 27-12-1938, por ser considerado nocivo ao regime e por ser partidário de Hitler, de acordo com o comprovante fornecido pelo Serviço de Nacionalização da 5a R.M. Editou, em Ponta Grossa, um livro “Die Deutschen in Paraná” – “ Os alemães no Paraná” Curitiba 4 de Junho de 1943.⁹⁷

⁹⁴ ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê 515 – caixa 57, p.70

⁹⁵ ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê 515 – caixa 57, p. 72. (grifo nosso)

⁹⁶ O livro citado foi traduzido no ano de 2010 e foi publicado pela editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). FUGMANN, Wilhelm. **Os alemães no Paraná: livro do centenário**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

⁹⁷ ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê 515 – caixa 57, p. 69.

Seguindo a recomendação da DOPS, a solução encontrada pela comunidade para dar continuidade aos trabalhos da congregação foi a filiação a outra vertente do luteranismo presente no Brasil; no caso, ao Sínodo Evangélico Luterano do Brasil, a atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), pois este “tinha seminário próprio e pastores nascidos e formados no Brasil.”⁹⁸ Dessa forma, a comunidade envia um pedido a IELB e ainda no ano de 1943 recebeu a visita do então presidente da organização que firmou a filiação ao Sínodo.⁹⁹

Podemos perceber que a busca por uma nova vertente do luteranismo se deu principalmente em função da formação de pastores brasileiros, tendo em vista que, possivelmente, a comunidade temia que a vinda de outro pastor de origem alemã, dadas as circunstâncias da época pudessem resultar em um novo fechamento da Igreja. Mesmo após a filiação a outra vertente do luteranismo e a vinda de um novo pastor, as desconfianças em relação aos membros da comunidade luterana persistiram até os anos finais da Segunda Guerra, como podemos ver a partir de dois documentos de janeiro de 1944 em que a comunidade é acusada de usar o idioma alemão em seus cultos:

Ofício 16/44 – Ilmo. Sr. Sub-delegado de Polícia – Imbituva
Tendo chegado ao conhecimento desta DOPS, que na igreja protestante, desta localidade, as prédicas são feitas em idioma alemão, deveis proceder uma sindicância a respeito, comunicando a esta DOPS.¹⁰⁰

A resposta encaminhada pelo delegado de Imbituva foi a seguinte:

Em cumprimento ao seu ofício de número 16/44, data de 5 do corrente, passo a informar a V.S. que fiz diversas averiguações na referida igreja, e em diversos logares, nada tendo apurado a respeito, mas fico de prontidão para qualquer cousa que aja de anormal a esse respeito, o qual tomarei as providências que o caso exige e vos comunicarei imediatamente.¹⁰¹

É possível que as desconfianças que recaíram sobre os membros dessa comunidade nunca foram desfeitas completamente, considerando que, neste período, as relações entre parentes, amigos e vizinhos devem ter ficado um tanto estremecidas. O fato é que a

⁹⁸ STADLER, op cit, p. 92.

⁹⁹ Conforme ata n. 07 da Assembleia Extraordinária realizada no dia 18 de junho de 1943. Livro Ata n.01 da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição de Imbituva.

¹⁰⁰ ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê 515 – caixa 57, p. 50.

¹⁰¹ ARQUIVO DA D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê 515 – caixa 57, p. 39.

Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição teve que recomeçar seus trabalhos e iniciar uma reorganização da vida comunitária, que havia sido tumultuada em decorrência dos últimos acontecimentos.

A documentação mencionada parece demonstrar que o grupo poderia ser considerado, generalizadamente, como formado por “teuto-brasileiros”;¹⁰² ou, pelo menos, por descendentes de teuto-brasileiros, que sofreram com as imposições do governo varguista e que, para continuar professando sua religião, tiveram que se adaptar a uma nova vertente religiosa. Não é possível afirmar categoricamente – a partir das poucas fontes que nos restam¹⁰³ – que o grupo em questão possuía algum sentimento germanista. Todavia, a partir da vinculação institucional da congregação antes da prisão do pastor, é possível considerar a hipótese de que estes dois signos, a língua mãe e a religião luterana, eram parcialmente aglutinadores de um germanismo (*Deutschtum*) ainda característico entre muitos, ou alguns, membros da comunidade:

A palavra *Deutschtum* tem dois sentidos que convergem para compor a etnicidade teuto-brasileira: expressa o sentimento de superioridade do “trabalho alemão” — e, neste caso, remete ao progresso trazido pelos pioneiros à “selva” brasileira — e define o pertencimento à etnia alemã, estabelecendo seus critérios — língua, raça, usos, costumes, instituições, cultura alemães.¹⁰⁴

Dessa maneira, devemos nos perguntar a respeito dos motivos que levaram essa comunidade a optar por uma mudança de sínodo religioso, sendo que casos próximos aos ocorridos em Imbituva foram comuns em outros municípios e, até onde se sabe, não houve mudança de confissão religiosa.¹⁰⁵ Além do mais, a mudança foi, justamente, para uma vertente do luteranismo que, pelo menos em seus discursos oficiais, pregava justamente um afastamento da igreja de questões políticas e também étnicas, como podemos ver a partir do texto “Posição do Sínodo sobre Etnia e a Associação 25 de Julho”, publicado em março de

¹⁰² “Teuto-brasileiro é a designação genérica que se atribui aos grupos de descendentes dos imigrantes alemães que colonizaram, a partir do século XIX, os espaços destinados pelo Governo brasileiro ou por empresários particulares para sua ocupação sistemática, sobretudo nos Estados do Sul.” VOIGT, André Fabiano. O teuto-brasileiro: a história de um conceito. In **Espaço Plural**, Ano IX, Nº 19, 2008, p. 75.

¹⁰³ No período em que a Igreja ficou sem atendimento pastoral, a maior parte dos documentos da comunidade escritos em língua alemã se perdeu. Não há livros de atas e muito menos livros de registros de batismos, casamentos e óbitos. Não se sabe o que foi feito dessa documentação, provavelmente os próprios membros tenham se desfeito do material, temerosos com a proibição da língua alemã nas comunidades.

¹⁰⁴ SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. In: Revista **MANA**, n. 5, 1999, p. 74.

¹⁰⁵ Podemos verificar o exemplo da Comunidade Evangélica Luterana de Curitiba, que sofreu várias sanções nesse período, contudo, apenas manifestou um silêncio perante a situação e após a guerra continuou suas atividades sem a necessidade de uma mudança de sínodo religioso. Conforme NADALIN, op. cit, p. 7.

1937, no Periódico Luterano “*Evangelisch-Lutherisches Kirchenblatt für Süd-Amerika*” (em tradução livre “Folha da Igreja Evangélica Luterana da América do Sul):

Nossa Igreja reconhece a existência de etnia e o cultivo de coisas pertinentes ao povo, manutenção do idioma e costumes. Tais são assuntos da vida dos cidadãos e, portanto, atribuição do arranjo da vida em sociedade (governo, partido, associação, ect.).

A Igreja como tal não tem o direito nem incumbência de praticar etnicidade. Em vista disso, nossa igreja desaprova toda forma de etnicidade, como sendo missão sua, deixando-a entregue aos arranjos que o exercício da cidadania venha a criar. [...] Nossa igreja concede liberdade aos seus congregados, professores e pastores quanto à sua vida como cidadãos na questão do cultivo das coisas do povo, enquanto se mantiverem afastados do espírito mundano. [...] De seus pastores e professores nossa igreja espera evidentemente, que se abstenham de atividades políticas.¹⁰⁶

A partir disso, algumas perguntas nos vêm à mente. Com a mudança de Sínodo religioso, o grupo abandona completamente o sentimento germanista ao optar por uma igreja que não partilha desse discurso? Ou este grupo opta pelo Sínodo brasileiro por demonstrar uma identidade luterana mais arraigada que uma identidade teuto-brasileira? Levando em consideração estes questionamentos, podemos afirmar que, para nós, a história desse grupo (re) começa, então, no ano de 1943 quando, em meio a muitas incertezas, jovens casais resolveram se unir em matrimônio e, assim, criar novos laços familiares, agora inseridos também numa nova confissão luterana.

Em consequência, pretendemos verificar a criação ou, até mesmo, a manutenção de uma identidade teuto-brasileira, ou quem sabe, uma identidade apenas confessional luterana a partir da formação – pelo laço do matrimônio – das novas famílias, buscando, sobretudo, compreender como se caracterizaria o “mercado matrimonial” que determinaria, em grande parte, as escolhas dos cônjuges na comunidade. Esse será fio que nos conduzirá ao longo do próximo capítulo do trabalho, uma vez que, se compreendermos de que maneira a comunidade cria e constrói suas uniões e seus grupos familiares, poderemos avançar na compreensão de sua mentalidade, de suas tradições e principalmente, da maneira como atuaram em prol da religião que professavam, partindo, assim, de uma análise da vida privada para o entendimento de suas estratégias coletivas de organização no cotidiano da vida comunitária, temas abordados no desdobrar da dissertação.

¹⁰⁶ Título original: “*Unsere Synode zu Volkstum und 25 Juli*”. *Kirchenblatt*, 15 de março de 1937, p. 44-45. Tradução de Edgar Rudi Muller. Instituto Histórico da IELB apud MARLOW, op. cit, p. 90.

CAPÍTULO 2

“O QUE DEUS UNE, NÃO SEPARE O HOMEM”:

OS CASAMENTOS NA COMUNIDADE LUTERANA DE IMBITUVA

Matrimônio começado/ com prudência, em oração,/ é por Deus abençoado/ com sua graça e proteção./ Vinculados pelo amor seguem ambos o Senhor./ Para a vida assim ligados,/ nunca sejam separados.¹⁰⁷

Conhecer os aspectos da formação das famílias é o objetivo que pretendemos alcançar ao estudar os 223¹⁰⁸ matrimônios ocorridos na peculiar¹⁰⁹ comunidade luterana da cidade de Imbituva. Para que possamos esmiuçar, contudo, as relações conjugais oficializadas entre os anos de 1943 e 1959, é necessário compreender configurações mais amplas que envolvem esses jovens casais, uma vez que o ato de casar possui significados importantes, tanto sob o prisma religioso, quanto, e principalmente, sob o aspecto social.

Antropólogos, sociólogos e historiadores definem o casamento de distintas formas; no entanto, há, pelo menos, um ponto de consenso entre suas definições: todas, de uma maneira ou outra, pelo menos quando se referem à chamada cultura ocidental, admitem que o casamento é uma união pautada pelo consentimento mútuo, cuja principal finalidade é a de gerar filhos legítimos.¹¹⁰ Todavia, podemos afirmar que o casamento não se limita apenas à união de duas pessoas com o fim único de procriar; para além dessa função, é possível destacar que ainda hoje o matrimônio pode ser considerado como uma instituição social que envolve, além dos noivos, suas famílias e a comunidade que os cerca.

¹⁰⁷ Segunda estrofe do hino 449 do Hinário Luterano. IELB. Porto Alegre: Editora Concórdia, s/d.

¹⁰⁸ Em anexo há uma tabela com a quantidade de casamentos realizados por ano.

¹⁰⁹ A comunidade de Imbituva é peculiar do ponto de vista da filiação congregacional. Como vimos no capítulo anterior, os luteranos de Imbituva passaram por momentos delicados durante a década de 1940 e tiveram que reorganizar seus trabalhos filiando-se a outra vertente do luteranismo.

¹¹⁰ Para maiores informações ver: MACFARLANE, Alan. **História do Casamento e do Amor**: Inglaterra: 1300-1840. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p 162.

O casamento pode ser compreendido, ainda, como um dos principais ritos de passagem¹¹¹ da vida de uma pessoa, uma vez que esta deixa a casa paterna, para então, formar um novo núcleo familiar. Levando em consideração estes outros aspectos que envolvem a união matrimonial, podemos definir o casamento da seguinte maneira:

É um complexo de normas sociais que sancionam as relações sexuais entre um homem e uma mulher e que os liga por um sistema de obrigações e direitos mútuos; por meio desta união, os filhos que a mulher dá a luz são reconhecidos como a prole legítima de ambos os pais. **Em toda a parte o casamento é objecto de cerimônias rituais públicas, dirigida por um ou por vários membros da comunidade, o que anuncia e significa não só que o marido, a mulher ou a sociedade reconhecem a mudança de estatuto dos novos esposos, mas ainda a criação de laços – jurídicos, sociais, econômicos – entre o grupo de filiação do marido e o da mulher.**¹¹²

Como podemos ver a partir desse excerto, a união de duas pessoas em matrimônio carrega consigo elementos que são primordiais para se conhecer rituais e características específicas de uma comunidade. Dessa forma, este capítulo tem a pretensão de compreender de que maneira se davam as uniões oficializadas¹¹³ no interior da comunidade luterana. Tencionamos investigar quais as mais frequentes relações comunitárias construídas pelos nubentes a partir do laço do casamento e investigar os critérios e razões adotados pelos noivos e seus familiares na escolha das testemunhas; por fim, elaborar um perfil desses jovens que contraíram matrimônio, para que seja possível analisar o mercado matrimonial constituído na congregação luterana analisada, bem como verificar a manutenção ou criação de elementos que possam indicar a existência de uma identidade baseada pelo germanismo. Tais questões são fundamentais para que possamos estudar os costumes da população analisada; mesmo assim, primeiramente, acreditamos ser útil discutir, ainda que de maneira preliminar, algumas considerações sobre o casamento vistas sob o prisma do luteranismo, estabelecendo, a título de exemplo, algumas comparações com o catolicismo.

¹¹¹ Göran Therborn destaca que em várias regiões da Europa, por exemplo – e que de certa forma foi seguido no Brasil no período colonial, - “[...] o casamento era o status central da idade adulta, no qual se esperava que todas as pessoas normais entrassem.” THERBORN, Göran. **Sexo e Poder**. A família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2011, p. 239.

¹¹² AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain. Filiação, consanguinidade, alianças matrimoniais. In: AUGÉ, Marc (org.). **Os domínios do parentesco**. Filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa, edições 70, 2003, p. 38. (grifo nosso)

¹¹³ Analisaremos somente as uniões oficializadas, ou seja, registradas nos assentos de matrimônios da comunidade em questão. Como sabemos, a fonte paroquial, como outra qualquer é uma fonte excludente, ou seja, remete-se apenas a uma parcela da população de um determinado local. Nesse caso, nossa fonte não permite que analisemos as outras formas de uniões que ocorreram no interior da comunidade, como as uniões consensuais, por exemplo.

2.1 – De sacramento a Acordo Civil – Notas sobre o casamento para católicos e luteranos

Sabemos que o ato de casar envolve inúmeros fatores, que podem ser econômicos, sociais e também culturais, uma vez que o matrimônio serve para consolidar laços de amizade, de parentesco e, sobretudo, para unificar e proteger patrimônios. Dessa maneira, além dos fatores mencionados, o aspecto religioso também deve ser levado em consideração ao analisarmos o fenômeno do casamento. Cada religião compreende e classifica o matrimônio de maneira distinta¹¹⁴, o que determina, por exemplo, alguns comportamentos dos casais antes, durante e depois da união dos noivos; todavia, podemos considerar que, para a maior parte das religiões, a cerimônia de casamento consiste em um rito de passagem e também de apresentação da nova família que está sendo formada e que integrará a comunidade. O casal recebe então uma bênção espiritual, para que, assim, a nova célula familiar prospere. A administração da bênção é uma tópica em todas as religiões; entretanto, entre as religiões cristãs, por exemplo, podemos verificar algumas diferenças significativas na caracterização desse ato.

Para Igreja Católica, o matrimônio consiste em um dos sete sacramentos.¹¹⁵ No entanto, nem sempre o casamento teve a relevância que conhecemos hoje. Podemos enfatizar que o casamento foi ganhando importância, principalmente na Igreja Católica, de maneira gradual. A transformação do matrimônio em sacramento foi um processo longo. Houve uma luta teológica, uma vez que havia posicionamentos distintos quanto a fazer do casamento uma união sagrada. “O grande problema continuava sendo o ato carnal: como sacramentá-lo através do casamento sendo ele um pecado?”¹¹⁶ Somente a partir do século XII esta pergunta obteve uma resposta, e a conjunção carnal passou a ser respaldada pela Igreja. Ficou estabelecido que o ato sexual era necessário à reprodução e, portanto, instituído por Deus, para que os homens se multiplicassem. Assim, a relação sexual passou inclusive a ser parte obrigatória da relação conjugal.

¹¹⁴ Citaremos alguns exemplos de como diferentes religiões compreendem o casamento. De acordo com Göran Therborn “para o hinduísmo, o casamento é uma obrigação religiosa e uma instituição sagrada, um sacramento, e como tal, em princípio indissolúvel, mesmo após a morte. [...] O budismo, como cânone clássico, contrastando com todas as outras religiões ou com os principais ensinamentos éticos, tem muito pouco a dizer sobre o casamento, algo completamente mundano. [...] Tanto o islã quanto o confucionismo veem o casamento como um contrato mundano dissolúvel, mas como tal, governado por regras severas de procedimentos e limites.” In: THERBORN, op. Cit, p. 202.

¹¹⁵ A saber: Batismo, Confirmação, Santíssima Eucaristia, Penitência, Unção dos Enfermos, Ordem e Matrimônio. Conforme **CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO**. São Paulo: Loyola, 2010.

¹¹⁶ VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão**. São Paulo: Ática, 1992, p.30.

O casamento, por conseguinte, passou a ser aceito e, até mesmo, encorajado entre os cristãos, mas ainda se fazia necessário transformá-lo definitivamente em um ato sagrado,¹¹⁷ que demonstrasse claramente sua ligação entre homem e Deus.

[...] Foi Pedro Lombardo, nas suas famosas *Sentenças* de 1150, quem deu o passo decisivo, incluindo o matrimônio no rol dos sete sacramentos: entre os esposos, dizia o teólogo, havia uma dupla conjunção, isto é, ‘segundo o enlace dos corpos’. E, ainda, a *desponsatio* era o símbolo da união espiritual entre a Igreja e Cristo, ao passo que o enlace dos corpos era símbolo de sua união corporal. Assimilado ao mistério da encarnação, o matrimônio impôs-se definitivamente como um verdadeiro sacramento.¹¹⁸

Por outro lado, destaca-se que após todos os esforços em transformar a união matrimonial em algo sagrado, a Igreja Católica obteve êxito em “impor universalmente uma cultura familiar pautada na livre escolha de cônjuges que se comprometem com a monogamia e com a indissolubilidade do vínculo.”¹¹⁹ Construía, dessa forma, um modelo de organização da cultura familiar que ultrapassou os limites da religião, instaurou-se no plano secular, e introduziu o “modelo monógamo, estabelecido pela livre escolha dos cônjuges e responsabilizando pais e mães pela criação de seus filhos.”¹²⁰

De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* – compilação de normas, que serviu como a principal legislação eclesiástica no Brasil, datada do começo do século XVIII – a Igreja Católica definia o sacramento do matrimônio da seguinte maneira:

O ultimo Sacramento dos sete instituidos por Christo nosso Senhor é o do Matrimonio. E sendo ao principio um contracto com vinculo perpetuo, e indissolúvel, pelo qual o homem, e a mulher se entregão um ao outro, o mesmo Christo Senhor nosso o levantou com a excellencia do Sacramento, significando a união, que ha entre o mesmo Senhor, e a sua Igreja, por cuja razão confere graça aos que dignamente o recebem. A materia deste Sacramento é o domínio dos corpos, que mutuamente fazem os casados, quando se recebem, explicado por palavras, ou signaes, que declarem o

¹¹⁷ Para o catolicismo, o matrimônio é considerado um sacramento, pois de acordo com o *Código do Direito Canônico*, “a natureza sacramental do matrimônio entre cristãos não é algo artificialmente acrescentado à instituição natural, mas a uma realidade que flui do ser cristão. Pelo batismo, os cristãos recebem uma natureza crística. Por isso, a entrega de sua pessoa no matrimônio é, por seu próprio ser sinal sacramental da entrega de Cristo à sua Igreja.” **CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO**, op cit, p. 269.

¹¹⁸ VAINFAS, op cit, p. 31.

¹¹⁹ ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura familiar e registros paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo; BOTELHO, Tarcísio R. (org.). **Linhas e Entrelinhas**: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos. Belo Horizonte: Veredas e Cenários, 2009, p. 140.

¹²⁰ Idem, p. 141.

consentimento mutuo, que de presente tem. A forma são as palavras, ou signaes do consentimento, em quanto significação a mutua aceitação.¹²¹

O casamento foi, portanto, elevado a uma categoria superior ao ser considerado como algo sagrado; contudo, inúmeras regras foram impostas a quem gostaria de se unir com outra pessoa e formar uma família. Dessa maneira, foram criados – no código de direito canônico do século XII e consolidado no século XVI –, dezoito razões para impedir ou até mesmo anular uma união matrimonial. Dentre estas razões temos, por exemplo, o voto de castidade¹²², o parentesco consanguíneo¹²³ e, até mesmo, o parentesco espiritual, ou seja, ficava proibido o casamento entre padrinhos e afilhados, tanto de batismo como de confirmação.

Podemos perceber que, mesmo após categorizar o casamento como uma união sagrada e incentivá-lo entre os fiéis para que assim pudessem evitar o pecado carnal, o casamento ainda era considerado um sacramento de menor importância, quando comparado aos outros, sobretudo ao sacramento da Ordem¹²⁴. No entanto, ainda assim, a Igreja Católica conseguiu impor um modelo universal de família, composto pelos pais e filhos legítimos, oriundos de uma relação abençoada tanto pela comunidade quanto por Deus.

A Igreja Luterana,¹²⁵ por sua vez, compreende o casamento apenas como um contrato firmado entre duas pessoas, que se estabelece pelo consentimento mútuo e a união vitalícia para a procriação de filhos. Ou seja, ao contrário da Igreja Católica, o luteranismo não considera o matrimônio como sacramento, pois, segundo sua doutrina, sacramentos “são meios visíveis de bênçãos espirituais, ritos religiosos instituídos por Cristo. [...] De acordo com nossa definição e entendimento do termo, há apenas dois sacramentos: o Batismo e a Ceia do Senhor.”¹²⁶ pois este ato não confere ao fiel perdão dos pecados.¹²⁷

¹²¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, P. 107.

¹²² Não era permitido o casamento às pessoas que haviam efetuado voto de castidade, tanto dentro como fora dos conventos.

¹²³ De acordo com Ronaldo Vainfas inicialmente era considerado até o sétimo grau de consanguinidade, após o século XIII passou para o quarto grau, e atualmente “qualquer grau em linha reta ou no segundo grau de linha colateral”. **CÓDIGO DIREITO CANÔNICO**, op cit, p. 274.

¹²⁴ A Ordem é um dos sete Sacramentos da Igreja Católica que confere poder de exercer funções eclesiásticas a alguns escolhidos dentre os fiéis. São portanto, consagrados a viverem uma vida dedicada à Igreja. Conforme **CÓDIGO DIREITO CANÔNICO**, op cit, p. 258.

¹²⁵ Em vários momentos desse trabalho será realizada uma comparação doutrinária em relação às Igrejas Católica e Protestante (Luterana), essa comparação é necessária em vista de que a doutrina luterana foi toda fundamentada numa tradição construída pela Igreja Católica, uma vez que seu mentor Martinho Lutero era um monge agostiniano e propunha inicialmente uma reforma na doutrina apostólica romana, que acabou culminando num grande cisma durante o século XVI. Assim, não como dissociar essas duas religiões.

¹²⁶ KOEHLER, Edward W. A. **Sumário da Doutrina Cristã**. Porto Alegre: Concórdia, 2002, p. 146-148.

No texto “Da Vida Matrimonial”, datado de 1522, o reformador Martinho Lutero apresenta o seu posicionamento e, por conseguinte, o posicionamento de sua recém criada Igreja a respeito do casamento:

Cada terra tem seu costume, diz o ditado popular. Sendo casamento e matrimônio assuntos seculares, não é da alçada de nós clérigos ou servidores eclesiásticos determinarmos ou prescrevermos qualquer coisa a esse respeito, e, sim, devemos deixar a cada cidade e província seu uso e costume em vigor. [...] Se, no entanto, nos pedem que os abençoemos na frente da igreja ou dentro da igreja, que oremos por eles ou também lhes demos a bênção matrimonial, temos a obrigação de fazê-lo.¹²⁸

É possível, portanto, verificar que o posicionamento da Igreja Luterana difere em grande medida da doutrina católica. Para os luteranos, o casamento nada mais é que um assunto secular e que diz respeito principalmente à identidade cultural do grupo. Assim, cabe ao grupo determinar a forma e as regras que irão reger o matrimônio. Dessa maneira, a Igreja Luterana (Sínodo do Missouri) define o casamento da seguinte forma:

O matrimônio é instituição divina [...] não é sacramento. Os cristãos certamente santificaram também seu matrimônio com a palavra de Deus e oração. O matrimônio, todavia, não lhes confere quaisquer bênçãos espirituais particulares. [...] À semelhança do governo civil, o matrimônio pertence ao reino do poder, não ao reino da graça. **Não é, por isso, essencial para o matrimônio que o casamento seja solenizado por um ministro ou sacerdote.** Pessoas cujo enlace foi solenizado por autoridades civis estão casadas tão própria e validamente diante de Deus e das pessoas, como aquelas cuja união foi abençoada por um ministro ou sacerdote de uma igreja.¹²⁹

Apesar do *Sumário da Doutrina Cristã* — texto da década de 1950 que reúne os principais elementos da doutrina luterana e de onde o trecho acima citado foi extraído — enfatizar que não há a necessidade de haver um sacerdote para oficializar a união, na prática, os pastores sempre recomendam que nenhum cristão luterano se prive de receber uma bênção espiritual no ato de seu casamento; portanto, de realizar uma cerimônia religiosa.

¹²⁷ De acordo com o *Sumário da Doutrina Cristã*, como o casamento foi “[...] Instituído antes da queda do homem, não podia oferecer perdão de pecados, e não há texto na Bíblia que mostre haver essa virtude sido adicionada desde então.” KOHLER, op. Cit, p. 203.

¹²⁸ LUTERO, Martinho. **Obras Selecionadas**: ética: fundamentos – oração – sexualidade – educação – economia. V.5. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2011, p. 283.

¹²⁹ KOEHLER, Edward W. A. **Sumário da Doutrina Cristã**. Porto Alegre: Concórdia, 2002, p. 203. (grifo nosso)

Como vimos anteriormente, a Igreja Católica estabeleceu inúmeros motivos que poderiam impedir uma união matrimonial. Com relação a este ponto específico, a doutrina luterana também se posiciona completamente contrária à doutrina romana. No mesmo texto do século XVI em que discorre a respeito do casamento, Martinho Lutero dedica várias páginas para comentar e expor seu posicionamento completamente contrário¹³⁰ a respeito de cada uma das dezoito razões apresentadas pela Igreja Católica no Código do Direito Canônico para se impedir um casamento.

É preciso, portanto, enfatizar que, para a religião reformada de Lutero, o casamento é uma instituição divina, que deve ser desejada e almejada por todas as pessoas; no entanto, como este ato não confere perdão dos pecados, não pode ser considerado, de acordo com a doutrina luterana, como um sacramento. Dessa maneira, podemos verificar uma diferença crucial no entendimento do matrimônio para estas duas igrejas cristãs.

Todavia, não podemos deixar de destacar que, mesmo possuindo posicionamentos completamente distintos, do ponto de vista doutrinário, tanto a Igreja Católica quanto a Igreja Luterana compreendem que o casamento é um contrato de consentimento mútuo. Igualmente, que visa a formação de uma família que produza herdeiros e que, sobretudo, essa família crie seus filhos num lar que preze pelos preceitos da religião que professam.

Apresentar, ainda que de maneira introdutória, estas diferenças, é primordial para que se possa compreender o posicionamento doutrinário da igreja reformada por Lutero, e como estes elementos são constitutivos da identidade de um grupo. Desta forma, pode-se concluir que, para os luteranos, mesmo não sendo um sacramento, o matrimônio é considerado como um momento importante na vida do fiel, pois representa o cumprimento, por parte dos homens, de um mandamento divino.

É possível constatar, também, que o casamento, para as religiões cristãs, sobretudo, é um fator condicionante para a formação de uma família. Desta forma, do ponto de vista religioso, é praticamente impossível pensar em família sem que antes tenha havido matrimônio. A Igreja, portanto, construiu e consagrou o modelo de família conjugal.

Nas páginas a seguir, pretendemos verificar, nos 223 registros de casamentos ocorridos entre os anos de 1943 a 1959 na Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição de Imbituva, de que maneira as novas famílias eram construídas e, em especial, quais elementos caracterizam o grupo. Pretendemos, a partir da análise dos dados encontrados nos

¹³⁰ “[...] Pois no direito canônico, o papa inventou dezoito razões para impedir e romper o matrimônio. Rejeito e condeno a quase todas.” In: LUTERO, op, cit, p. 165.

livros de registros paroquiais da comunidade,¹³¹ apresentar alguns gráficos que serão fundamentais para a compreensão dos números levantados.

2.2 – As alianças matrimoniais no interior do Paraná: os casamentos na comunidade luterana de Imbituva

Como vimos até aqui, o casamento é, sobretudo, no interior de comunidades religiosas, um dos mais importantes ritos de passagem que marcam a vida de uma pessoa. Casar significa mudar o *status* pessoal¹³² e até mesmo familiar e envolve variáveis que definem sua prosperidade ou fracasso. Além disso, no ato do casamento ficam evidenciados elementos constitutivos da cultura do grupo, com destaque, no caso aqui analisado, para os costumes religiosos. Dessa forma, pretendemos, a partir do estudo dos registros de casamentos realizados na Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição de Imbituva, entre os anos de 1943 a 1959, verificar alguns elementos da constituição da família conjugal no interior desse grupo de descendentes de teuto-brasileiros.

No capítulo anterior, foi possível perceber que, no período do Estado Novo, a comunidade luterana de Imbituva passou por um momento de tensão após ter as portas de sua igreja fechadas e seu pastor preso pela Delegacia de Ordem Pública e Social do Paraná (DOPS/PR). Após um período bastante conturbado, marcado por várias acusações de nazismo e sem a possibilidade de receber o costumeiro atendimento espiritual, a comunidade viu-se obrigada a convocar um pastor brasileiro e reorganizar os trabalhos, agora sob uma nova denominação luterana, para poder recomeçar. A partir disso, as próprias famílias tiveram que reorganizar suas vidas e dar continuidade a suas atividades cotidianas.

Com a ocorrência do fechamento da igreja entre os anos de 1942 e 1943, grande parte da documentação da comunidade foi perdida, como já mencionado anteriormente. Assim, os novos registros só foram efetuados a partir da chegada do novo pastor à congregação. É necessário comentar que os assentos paroquiais luteranos que conhecemos

¹³¹ Livros Rol de Membros 1 e 2 correspondentes aos anos de 1942 a 1964.

¹³² O casamento poderia mudar o status social de uma pessoa, pois era um excelente meio de se conseguir alianças familiares e até mesmo enriquecimento financeiro. Em vários países da Europa, e posteriormente no Brasil até meados do século XIX uma das formas mais comuns de se conseguir esse tipo de ascensão social era através do dote. Muriel Nazzari em seu livro “O desaparecimento do dote” demonstra como essa prática tão usual entre as famílias abastadas brasileiras foi se perdendo no tempo. No entanto, enfatiza também tamanha a importância que tinha essa prática, uma vez que os grandes dotes concedidos às filhas estimulavam os homens a se casar consolidando dessa forma, estratégias familiares. NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote.** Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

apresentam apenas elementos e informações estritamente necessárias para o registro. Dessa forma, nos registros de casamento analisados constam apenas os dados referentes às datas de casamento civil e religioso. Com relação aos noivos existem dados como nome, data e local de nascimento dos noivos, além dos nomes dos pais dos noivos e local de residência dos pais dos noivos; por fim, encontramos também o nome das testemunhas tanto do casamento civil como do religioso. Nenhuma outra informação a respeito desses indivíduos nos é apresentada nesse registro.

Desta forma, mesmo contando com poucas informações, foi possível montar gráficos que nos auxiliarão a compreender melhor os elementos que foram extraídos da documentação. Como já mencionado anteriormente, no período delimitado para esta pesquisa, que corresponde aos anos de 1943 a 1959, foram realizados na Comunidade Luterana de Imbituva um total de 223 matrimônios que estão distribuídos anualmente da seguinte maneira:

Gráfico 01 – Distribuição Anual dos Casamentos – Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição (1943-1959)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Como é possível verificar no gráfico, o ano de 1943 teve o menor número de casamentos registrados: apenas seis. Contudo, devemos levar em consideração que os registros de matrimônio só foram iniciados no mês de setembro daquele ano e, por esta razão, o valor aparece tracejado no gráfico. Podemos observar que, nos primeiros quatro anos, o índice de casamentos sofreu um aumento gradativo, alcançando seu ápice no ano de 1947, com a marca de 26 matrimônios realizados, o que pode demonstrar que a comunidade estava conseguindo se reorganizar depois do período em que esteve fechada e sem atendimento

pastoral. Assim é possível pensarmos que essa elevação significativa dos casamentos nos anos de 1947 e 1948 seja resultado de uma compensação pelos anos em que a igreja esteve fechada.

Podemos verificar que no ano de 1948, em relação ao ano anterior houve uma queda significativa dos casamentos; no entanto a partir dos anos seguintes podemos observar uma tendência a um leve crescimento até 1956, depois diminuindo novamente. Não foi possível explicar as razões das oscilações nos registros de casamentos a partir de 1948, embora seja possível aferir que os jovens da comunidade continuavam a se unir e, conseqüentemente a formar famílias; dessa maneira, a partir disso, podemos lançar algumas hipóteses: como na religião luterana o casamento não é considerado um sacramento, alguns dos jovens casais, neste período, poderiam ter optado apenas pela realização do casamento civil, sem receber, portanto, uma bênção espiritual na igreja.

A segunda hipótese que pode ser lançada, diz respeito à escolha pela união consensual, cujos índices podiam estar crescendo, a partir da década de 1950.¹³³ Elza Berquó destaca que “entre as décadas de 50 e 60 [...] as uniões consensuais tiveram uma ocorrência maior nos estratos mais pobres da população, além de constituírem, antes, do divórcio [...] a única alternativa para uma nova união após a dissolução de um casamento civil.”¹³⁴

É possível asseverar, também, que outro fator possa ter influenciado estes números. A partir de 1945 a comunidade de Imbituva já estava se reestruturando e começou a expandir seus trabalhos e fundou uma igreja luterana no município de Guarapuava. Inicialmente, o pastor residente em Imbituva visitava a nova comunidade bimestralmente,¹³⁵ e todos os registros eram realizados nos livros de Imbituva. A Comunidade Evangélica Luterana São Paulo de Guarapuava passa a registrar seus próprios eventos como casamentos, por exemplo, somente no final do ano de 1948.¹³⁶ Assim, a relativa queda dos registros matrimoniais da congregação de Imbituva a partir da década de 1950 possa talvez, ser explicada a partir dessa “divisão” originada pela fundação de uma nova comunidade.

¹³³ De acordo com Maria Stella Ferreira Levy, “Com base nos dados censitários de 1970, que são referentes à década de 1960, observa-se que a proporção de casamentos civis aumentou e a de religiosos decresceu, mas o maior crescimento se deu na categoria ‘consensual ou livre’, informação que desde o Censo de 1960 foi coletada e computada como um tipo de união conjugal.”p. 162.

¹³⁴ BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 420.

¹³⁵ Ver: HELFENSTEIN, Janaína. A Igreja Evangélica Luterana do Brasil em Guarapuava (1945-1973). In: **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 2 nº 2 p. 107-126 mai./ago. 2011.

¹³⁶ Conforme Livro Rol de Membros 1 (1947-1969) da Comunidade Evangélica Luterana São Paulo de Guarapuava.

Dessa maneira, levando em consideração os números apresentados no gráfico e as hipóteses levantadas, seria possível explicar essa diminuição nos índices de casamentos na comunidade de luterana de Imbituva, pelo fato de haver certo desinteresse por parte dos jovens na celebração religiosa do matrimônio. Contudo, acreditamos ser mais plausível creditarmos à última hipótese a relativa queda dos casamentos, uma vez que podemos considerar que, para a época, o casamento era algo importante e desejado.

Outro elemento importante para ser analisado a partir dos dados obtidos nos registros diz respeito à idade dos noivos ao contraírem o matrimônio, uma vez que esta informação pode demonstrar características próprias do grupo. Para a congregação de Imbituva foi possível, para o período abarcado pela pesquisa, verificar que as diferenças encontradas na idade entre homens e mulheres ao se casarem eram pequenas. Do ponto de vista historiográfico, este dado revela um aspecto interessante das relações conjugais, tendo em vista que “[...] uma maior *igualdade* das idades dos parceiros aponta para o amor romântico.”¹³⁷

Esse aspecto é interessante, sobretudo, pelo fato de que para nós o amor sempre foi um fator condicionante para a realização de um casamento. Ou seja, o amor entre as pessoas envolvidas seria o fator mais importante para a realização desse ato que transforma duas pessoas solteiras no cerne de uma nova família. Todavia, ao contrário do que se possa imaginar, esse ideal de amor romântico conhecido em nossos dias é um fenômeno relativamente recente. De fato, é somente a partir do final do século XVIII que o amor passa a ser associado ao casamento, sobretudo nas obras literárias, isso porque amor e casamento raramente andavam juntos, pois cada um possuía uma função diferente. Em contrapartida, “[...] historiadores britânicos afirmam que “o amor como base do casamento” talvez seja a mais importante mudança nas mentalidades, ocorrida no limiar da Idade Moderna ou, possivelmente, nos últimos mil anos da “história ocidental”.¹³⁸

Para algumas sociedades, todavia, “o amor [era] uma ameaça potencial ao sistema de estratificação e há vários modos de ele ser controlado. Ele pode romper os planos dos mais velhos de unir duas linhagens ou heranças de família.”¹³⁹ Priorizar o sentimento no momento da união matrimonial significava, na maioria das vezes, colocar em risco a transmissão de patrimônios da família, alianças familiares que representavam, muitas vezes, a perpetuação de determinados grupos no poder. Assim, o casamento não poderia ser pautado por algo tão

¹³⁷ SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Lisboa: Terramar, 1975, p. 168.

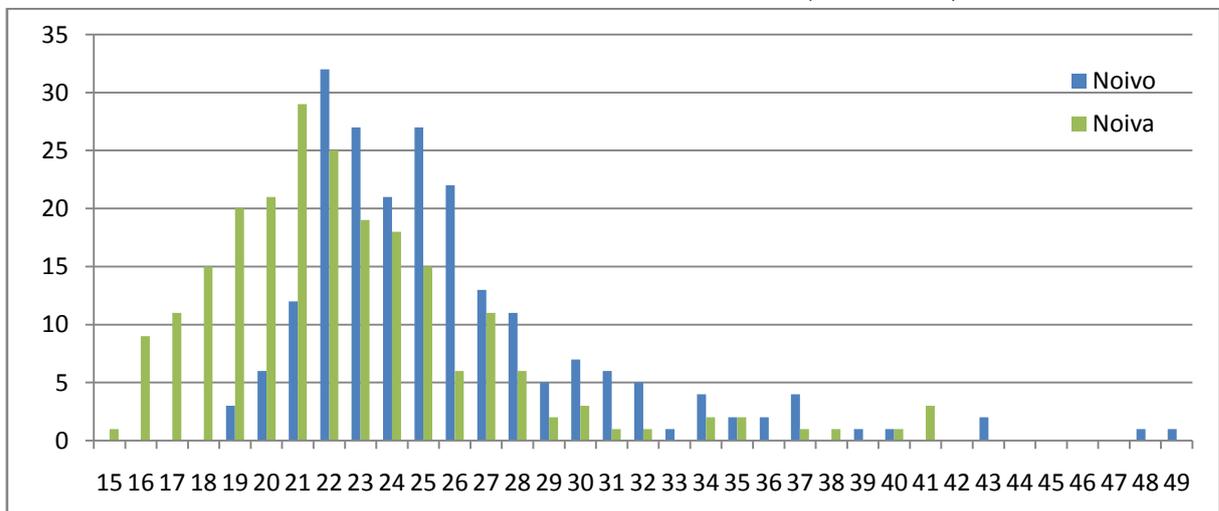
¹³⁸ PRIORE, Mary Del. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p.11.

¹³⁹ GOODE, Willian J. **A família**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970, p. 72

perigoso, e potencialmente volúvel. Contudo, como já mencionado, nos últimos dois séculos, principalmente no mundo ocidental, o amor tem sido um fator importante para a união de um casal; entretanto, só recentemente este “passou a ser considerado um elemento catalisador quase necessário na realização do casamento.”¹⁴⁰ As sociedades ocidentais e, em especial, a sociedade norte-americana, possui uma cultura voltada para o amor; ou seja, desde muito jovens as pessoas são socializadas¹⁴¹ de maneira a se apaixonarem e, por fim, a buscarem por uma união baseada em uma ligação romântica.

Dessa maneira, passaremos à análise dos dados encontrados nos registros paroquiais da comunidade de Imbituva conforme demonstrado nos gráficos a seguir:

Gráfico 02 – Idade dos Noivos ao casar (1943-1959)

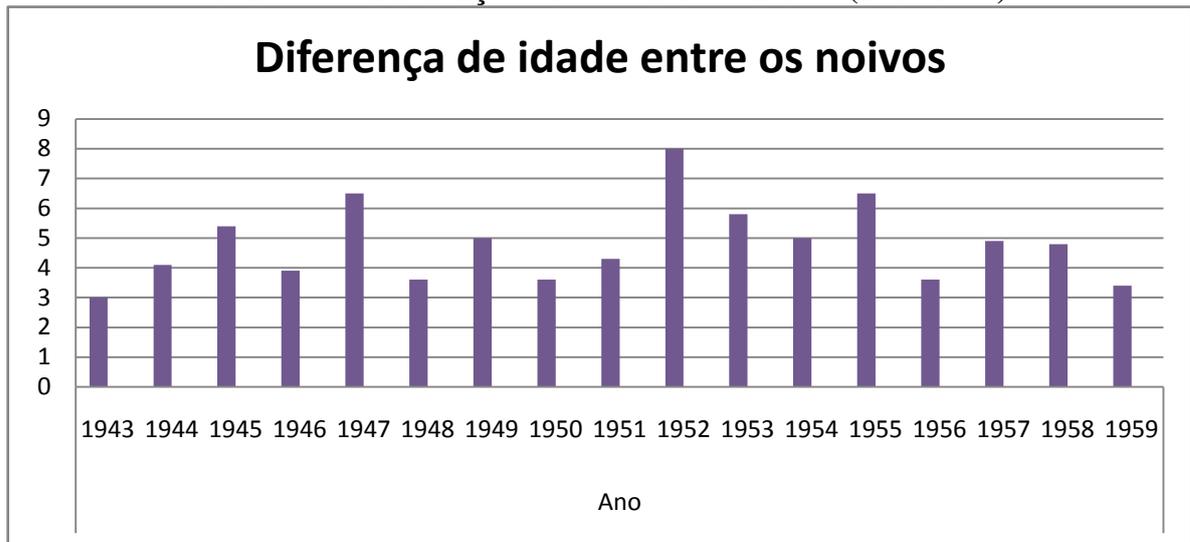


Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

¹⁴⁰ GOODE, op cit. p. 68

¹⁴¹ Segundo Goode “socialização é o processo através do qual a criança adquire os valores e conhecimentos de seu grupo e aprende os papéis sociais adequados à posição que ocupa.” GOODE, op cit, p. 25.

Gráfico 03 – Diferença de idade entre os noivos (1943-1959)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Vamos verificar, primeiramente, o gráfico que representa as idades dos noivos ao contraírem matrimônio. O gráfico masculino demonstra maior concentração das idades ao contrair casamento na faixa etária correspondente aos 22-26 anos, o que se traduz por uma média de idade de 25 anos. Já entre as mulheres podemos verificar que há uma distribuição mais homogênea na idade ao se casar. As moças, em sua maioria, casaram na faixa etária que vai dos 18 aos 25 anos, o que representou uma média de 22,3 anos.

Esses dados são correspondentes ao período compreendido entre os anos de 1943 e 1959, ou seja, as balizas temporais da pesquisa; todavia, podemos fazer uma comparação com os outros dados apresentados por outros pesquisadores. Primeiramente, podemos analisar os dados apresentados por Elza Berquó em seu texto “Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica”. De acordo com a autora, que analisou os casamentos civis no Brasil, nos anos 1940, a média de idade dos homens no casamento civil era de 27,1 anos e a das mulheres era em média aos 21,7 anos, nestes anos, a diferença era de 5,4 anos.

A partir dessas informações, deixando claro que por mais que o período analisado na presente pesquisa extrapole o período analisado por Berquó, e que a amostra analisada seja muito reduzida, é possível traçar uma análise comparativa e constatar, para o universo da comunidade luterana de Imbituva, médias etárias distintas das apresentadas pela autora citada. A média etária nacional masculina é superior à encontrada nos registros paroquiais luteranos, enquanto o inverso se deu nos números apresentados para as médias femininas.

Recuando um pouco no tempo, podemos analisar conjuntamente os dados explorados por Carlos de Almeida Prado Bacellar¹⁴² referentes às idades dos noivos para Curitiba e Lapa durante os séculos XVIII e XIX. As análises de Bacellar concentram-se, sobretudo em Sorocaba, interior do atual estado de São Paulo, contudo, como o Paraná até meados do século XIX pertencia àquela Província, foi possível ao autor explorar os dados relativos a essa porção da população.

Para as atuais cidades de Curitiba e Lapa, no final do século XVIII, podemos verificar médias etárias distintas das encontradas no universo de Imbituva do século passado. Em Curitiba as médias de idade dos noivos ao contraírem primeiras núpcias era de 26,6 anos para homens e 20,8 para mulheres enquanto que na Lapa era de 24,5 anos para os homens e 18,9 para as mulheres. Podemos verificar que há uma diferença significativa entre as idades dos nubentes nessas cidades. De acordo com o autor, podemos observar diferenças em relação médias de idades dos homens devido à classe social e a função que exercia, demonstrando assim que quanto mais alta a classe social, maior a idade do mesmo ao contrair matrimônio, entre as mulheres não é possível notar essa distinção, o autor menciona que “[...] havia uma forte tendência à uniformidade na idade feminina ao casar”¹⁴³ e a condição social não era um fator condicionante nesse caso.

Durante os primeiros anos do século XIX foi possível verificar uma pequena diferença em relação às idades que os nubentes contraíam suas primeiras núpcias: a média etária foi de 22,5 para os homens e 19,2 para as mulheres. Podemos perceber que houve uma redução na diferença de idade existente entre os noivos. Esses dados são interessantes para demonstrar que ao contrário do que se imagina para as populações do passado, os casamentos não eram tão precoces.

Popularmente, há uma firme tradição no sentido de atribuir genericamente às famílias do passado a prática de casamentos extremamente precoces, que resultariam em um número muito grande de filhos. Esta precocidade, no entanto, deve ser analisada com cuidado, principalmente ao diferenciar as idades masculinas e femininas ao casar.¹⁴⁴

Podemos verificar que, dois séculos depois, na pequena comunidade de Imbituva, houve um aumento na idade dos noivos ao se casarem, que estavam em consonância com as

¹⁴² BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2001.

¹⁴³ BACELLAR, op. cit, p. 55-56.

¹⁴⁴ BACELLAR, op. cit, p. 57.

médias nacionais, demonstrando dessa forma, que o comportamento dos jovens nubentes, foi sendo modificado em função do tempo e das novas formas de organização do trabalho e da vida cotidiana.

Foi possível, também, a partir dos elementos apresentados nos gráficos, verificar um fenômeno encontrado pela autora. Segundo Berquó, no Brasil há “o traço cultural de ser o homem mais velho do que a mulher no ato do casamento legal. [...] o fato de os homens se casarem com mulheres mais jovens é uma constante praticamente universal.”¹⁴⁵ Na comunidade de Imbituva esta característica foi igualmente encontrada, sendo que a diferença de idade entre homens e mulheres foi de apenas 2,7 anos, em média;¹⁴⁶ no entanto, a diferença encontrada para as médias nacionais dos anos 1940 foi de 5,4 anos.

Com relação à diferença de idade entre os noivos no momento do matrimônio, podemos verificar através do gráfico 3 poucas variações ao longo dos anos. Foi possível perceber um aumento na média de idade a partir da década de 1950; dessa maneira, os números apresentados podem evidenciar que, na comunidade de Imbituva, a média de idade com que se contraía matrimônio estava próxima, em alguns anos, aos números correspondentes à media nacional.

Além disso, outro fator pode ser levantado a partir da análise das idades dos noivos. É possível destacar que escolher o cônjuge pertencente à mesma faixa etária fazia parte dos três pilares da endogamia¹⁴⁷, que consiste basicamente em procurar o par na mesma localidade, congregação religiosa ou até mesmo dentro da própria família. Por conta disso, casamentos consanguíneos eram muito comuns, “o cônjuge ideal é aquele que é ao mesmo tempo um parente, um amigo, um vizinho.”¹⁴⁸ O casamento, portanto, servia para consolidar laços de amizade, de parentesco e sobretudo, para unificar e proteger patrimônios. Dessa forma, cada sociedade em seu tempo estabelecia, dentro de um determinado rol de possibilidades regras que deviam ser respeitadas no momento da escolha do cônjuge.

Partindo desse pressuposto podemos, portanto, analisar alguns aspectos relativos a escolha dos noivos. Dessa maneira e primeiramente, para que possamos verificar de que maneira se estabelecia o mercado matrimonial onde os cônjuges eram escolhidos, faz-se necessário analisar o local de residência destes. Sabemos que o principal elemento aglutinador

¹⁴⁵ BERQUÓ, Elza, op. cit, p. 416.

¹⁴⁶ De acordo com Shorter “[...] A união livre (união de facto) implica um discurso constante com o parceiro. E, para alimentarem a conversa, as pessoas tem de ter experiências em comum. A experiência de pertencer à mesma faixa etária constitui um poderoso contributo para esta comunhão.” SHORTER, op. cit, p. 168.

¹⁴⁷ Estas três bases, segundo o autor seriam formadas pela endogamia social e territorial, endogamia profissional e por fim a endogamia etária. SHORTER, op. cit, 164-168.

¹⁴⁸ SARACENO, Chiara. **Sociologia da Família**. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 95.

desses jovens é a religião luterana; no entanto, é evidente que, para além dos encontros realizados em função das atividades religiosas, outro elemento que pode caracterizar a endogamia do grupo consiste em escolher, como já vimos anteriormente, o noivo ou noiva que também resida na mesma localidade.

Os registros trazem apenas as informações a respeito do “local de residência dos pais dos noivos”, que conjecturamos seja, portanto, a mesma dos noivos. Dessa maneira, a partir das informações contidas nos assentos de casamento, foi possível montar os quadros abaixo, em que estão listadas o que entendemos ser as localidades de residência dos noivos no momento de seu matrimônio.

Tabela 01: Local de Procedência dos Noivos (1943-1959)

| NOIVO | | NOIVA | |
|----------------------|------------|----------------------|------------|
| Procedência | Quantidade | Procedência | Quantidade |
| Imbituva | 82 | Imbituva | 98 |
| Não Consta | 20 | Não Consta | 17 |
| Ribeira | 14 | Ribeira | 20 |
| Mato Branco | 9 | Guarapuava/PR | 18 |
| Morro das Pedras | 10 | Mato Branco | 11 |
| Guarapuava/PR | 10 | Faxinal dos Augustos | 7 |
| Aterrado Alto | 8 | Morro das Pedras | 6 |
| Faxinal dos Augustos | 7 | Colônia Bela Vista | 5 |
| Tigre | 6 | Colônia Maria Brava | 5 |
| Ipiranga/PR | 5 | Prudentópolis/PR | 3 |
| Colônia Maria Brava | 4 | Água Branca | 3 |
| Curitiba/PR | 4 | Aterrado Alto | 3 |
| Prudentópolis/PR | 4 | Faxinal dos Ávila | 2 |
| Restinga | 4 | Campinas | 2 |
| Apiaba | 4 | Faxinal dos Perdidos | 2 |
| Campinas | 3 | Palmar | 2 |
| Eralzinho | 3 | Tigre | 2 |
| Barro Preto | 2 | KM 12 | 2 |
| Colônia Bela Vista | 2 | Restinga | 2 |
| Faxinal dos Galvão | 2 | Faxinal dos Galvão | 1 |
| Jararaca | 1 | Eralzinho | 1 |
| Ponta Grossa/ PR | 3 | Caratuba | 1 |
| Rolândia/PR | 2 | São Miguel | 1 |
| Palmar | 1 | Lapa/PR | 1 |
| Caratuba | 1 | Rolândia/PR | 1 |
| Castro/PR | 1 | Teixeira Soares/PR | 5 |
| São Miguel | 1 | Ponta Grossa/PR | 1 |
| Faxinal dos Perdidos | 1 | Outros Estados | 1 |
| Pinho de Cima | 1 | | |
| Papagaios Novos/PR | 1 | | |

| | | | |
|----------------------|-----|--|-----|
| Piraí do Sul | 1 | | |
| São Mateus do Sul/PR | 1 | | |
| São Pedro | 1 | | |
| Teixeira Soares/PR | 3 | | |
| Outros Estados | 1 | | |
| Total | 223 | | 223 |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Tabela 2 – Procedência dos Noivos (%)

| Localidade | Noivo | % | Noiva | % |
|----------------------------|-------|-----|-------|-----|
| Imbituva (centro urbano) | 82 | 37 | 98 | 44 |
| Imbituva (periferia rural) | 85 | 38 | 78 | 35 |
| Outras regiões (PR) | 35 | 16 | 29 | 13 |
| Outros Estados | 1 | 0,4 | 1 | 0,4 |
| Não consta | 20 | 9 | 17 | 8 |
| Total | 223 | 100 | 223 | 100 |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Nestas tabelas estão listadas todas as localidades encontradas nos registros da comunidade e da maneira exata como estão registradas na fonte. Assim, a partir das informações dessa fonte e também de um mapa do município de Imbituva da década de 1960¹⁴⁹, foi possível, também, produzir duas outras tabelas, mais adiante, em que a procedência dos noivos ficou melhor apresentada. Primeiramente, podemos verificar que “Imbituva” representava, para o período, a sede do município, ou o centro urbano da cidade. As demais localidades também pertencem a Imbituva e na época seriam localidades rurais, algumas delas, como podemos ver no quadro, formadas a partir do sistema de faxinais.¹⁵⁰

Como mencionado no capítulo anterior, as pequenas propriedades rurais instaladas ao redor do município dedicavam-se, sobretudo, para produção de subsistência, uma vez que a economia principal da cidade estava voltada para a extração e beneficiamento de madeira e o plantio e produção de erva-mate. Todavia, o centro comercial de Imbituva era bem desenvolvido para o período, contando, com inúmeros estabelecimentos. Entre o início do século XX e os anos 1970 foram registrados na Junta Comercial do Paraná 72 contratos

¹⁴⁹ Mapa do município de Imbituva de 1966 em anexo ao final da dissertação. Serviço Geográfico do Exército. Brasil, 1967.

¹⁵⁰ “Que é tradicionalmente caracterizado pelo uso coletivo da terra para a criação de animais, sendo denominado “criadouro comum”, pelo fato dos animais serem criados em regime de compáscuo. O faxinal é dividido em terras de plantar, que são destinadas ao cultivo agrícola, sendo delimitadas por uma cerca construída coletivamente; e as terras de criar, destinadas à criação de animais de várias espécies.” SOCHODOLAK, Hélio; MANEIRA, Regiane. **Os Faxinais na região de Irati na década de 1940: A força de uma cultura tradicional**. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Ondina/BA, 2011, p.1.

sociais de comércios de secos e molhados, indústria e extração de madeira e farmácias, entre outros tipos de casas comerciais em Imbituva.¹⁵¹ Para o período específico da presente pesquisa foi possível localizar 29 contratos de estabelecimentos comerciais.

Para termos uma idéia da amostra com que estamos trabalhando, vamos apresentar alguns dados relativos ao Censo Demográfico realizado no ano de 1950. De acordo com as informações extraídas deste censo, Imbituva possuía naquele ano uma população total registrada de 17.548 habitantes, distribuídos entre a sede do município e seus três distritos, sendo que destes, 11,6% ou 2.036 habitantes residiam na sede.¹⁵² A partir desses dados, é possível verificar que o município contava com uma população rural muito significativa; todavia, no que se refere somente a população que professava a religião luterana, a partir dos dados observados no quadro acima podemos verificar uma concentração diferente da apresentada pelos dados do censo.

Analisando somente a amostra extraída das fontes paroquiais, ou seja, a população de luteranos assentados nos registros matrimoniais, podemos verificar, na tabela acima, que 61% dos nubentes residiam no município de Imbituva e ou em sua área rural; ou seja, um total absoluto de 166 homens e 176 mulheres possuíam residência no momento de seu casamento na cidade em questão. Se formos distinguir na amostra dos residentes do município somente os noivos que moravam na região urbana, ou no caso, na sede do município, podemos verificar uma porcentagem de 37% para os homens e 44% para as mulheres. Dessa maneira, portanto, podemos afirmar que boa parte da população luterana do município residia na região mais central da cidade.

Para que possamos verificar melhor a origem de cada um dos noivos, foi necessária a construção de uma tabela de dupla entrada em que foram distribuídas as localidades de origem de cada um dos nubentes no momento em que estavam se casando, possibilitando assim, a realização de um cruzamento dos dados. Assim, foi possível verificar de qual localidade cada um dos noivos era proveniente. Como poderemos ver na tabela abaixo, os dados foram organizados levando em consideração apenas os municípios do Paraná e demais Estados que apareceram na documentação. Importante destacar que, com relação aos outros dois Estados mencionados nas fontes, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, não havia o nome da cidade em que provinha o nubente. Além disso, para fins de agrupamento na tabela, quando vemos Imbituva, lê-se a sede do município e suas localidades rurais.

¹⁵¹ Conforme MATOS, Edemê de. **Imbituva**: Uma viagem de retorno à terra natal. Curitiba, s/ed, 2013, p. 176-187.

¹⁵² **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1950**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

Tabela 3 – Origem dos Noivos (1943-1959)

| Noiva Noivo | Paraná | | | | | | | | | | | | | | RJ | RS | N/C | Total |
|----------------|--------------|------------|--------------|----------|----------|----------|----------|-------|----------|----------|----------|----------|-------------|----------|----|-----------|------------|-------|
| | Imbituva | Guarapuava | Ponta Grossa | Prud. | Ctba | T.S | Rol. | P. N. | Castro | Piraf S. | Lapa | Ipiranga | S. Mat. Sul | | | | | |
| Paraná | Imbituva | 136 | 10 | | | 4 | 1 | | | | 1 | | | 1 | | 11 | 164 | |
| | Guarapuava | 7 | 3 | | | | 1 | | | | | | | | | 1 | 12 | |
| | Ponta Grossa | 3 | | | | | | | | | | | | | | | 3 | |
| | Prud. | 2 | 1 | | 1 | | | | 1 | | | | | | | | 5 | |
| | Ctba | 3 | | | | | | | | | | | | | | 1 | 4 | |
| | T. S | 2 | | 1 | | | | | | | | | | | | | 3 | |
| | Rol. | 2 | | | | | | | | | | | | | | | 2 | |
| | P. N. | 1 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| | Castro | | | | 1 | | | | | | | | | | | | 1 | |
| | Piraf S. | | 1 | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| | Lapa | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Ipiranga | 4 | 1 | | | | | | | | | | | | | | 5 | |
| | S. Mat. Sul | 1 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| | RJ | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| RS | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | 1 | |
| N/C | | 14 | 2 | | | | | | | | | | | | | 4 | 20 | |
| Total | 175 | 18 | 1 | 2 | 1 | 5 | 1 | | 1 | | 1 | | | 1 | | 17 | 223 | |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Para fins de compreensão da tabela. Os nomes dos municípios foram abreviados tendo em vista a otimização do espaço existente. Dessa maneira, os municípios listados na tabela são: Imbituva (Imbit.), Guarapuava (Gpuava), Ponta Grossa (P.G.), Prudentópolis (Prud.), Curitiba (Ctba), Teixeira Soares (T.S.), Rolândia (Rol.), Papagaios Novos (P.N.), Castro, Piraf do Sul (Piraf do S.), Lapa, Ipiranga e São Mateus do Sul (S. Mat. S.).

Como podemos verificar na tabela acima, os dados são muito pulverizados, mas nos permitem visualizar um panorama geral da origem dos noivos luteranos de Imbituva. Para que então pudéssemos verificar melhor a concentração dos noivos, o referido quadro foi organizado em função dos municípios, que na tabela têm seus nomes abreviados. Podemos constatar que a maioria dos noivos residia no Estado do Paraná, concentrando-se mais entre os municípios da região dos Campos Gerais, e apresentando também uma concentração massiva no município de Imbituva. Dessa maneira, podemos concluir preliminarmente que o “mercado matrimonial” dos luteranos de Imbituva era um tanto restrito. O que pode vir a demonstrar, portanto, que havia entre esse grupo de luteranos, um comportamento relativamente endogâmico, pelo menos no que diz respeito ao raio de abrangência da escolha dos noivos.

Como já mencionado anteriormente, a grande maioria tanto dos noivos como das noivas luteranas residia em Imbituva. Em seguida, podemos verificar que o município de Guarapuava apresenta, em comparação com as outras cidades citadas na tabela, um número significativo de indivíduos. Os 30 casamentos em que um dos noivos era proveniente de Guarapuava ocorreram no período compreendido entre os anos de 1943 a 1953. A maioria desses matrimônios foi realizada no período em que a comunidade de Imbituva expandiu seus trabalhos e fundou a comunidade de Guarapuava.

Além de apresentar a distribuição total da origem dos noivos luteranos, também foi produzida uma segunda tabela em que foram considerados apenas os nubentes provenientes de Imbituva e suas localidades rurais, como poderemos ver a seguir. Neste caso, o total absoluto dos registros é igual a 165 casamentos. Entre estes, estão incluídos os residentes na sede do município, nas localidades rurais, que foram agrupadas a partir de regiões geográficas (norte, sul, leste e oeste).¹⁵³ Além de localidades não identificadas (N.Id.), e também os registros em que não constava (N.C.) a localidade de origem de um ou de ambos os noivos, tendo em vista que, em vários casos, verificamos uniões em que um dos nubentes provinha da sede do município e o outro não havia a localidade. Assim, fez-se necessário enumerar estas ocorrências.

¹⁵³ Esse agrupamento foi realizado de maneira um tanto arbitrária em função do único mapa que encontramos do município que data do ano de 1966 e que se aproxima do período abarcado por esta pesquisa e dos limites geográficos atuais apresentados no site da Prefeitura Municipal de Imbituva, que estão definidos da seguinte maneira: “Norte – Ipiranga; Oeste – Guamiranga; Sul – Irati; Leste - Teixeira Soares; Noroeste – Ivaí; Sudeste - Fernandes Pinheiro; Sudoeste – Prudentópolis”. In: <http://www.imbituva.pr.gov.br/index.php/municipio/dados-geograficos/localizacao-geografica>.

Tabela 4 – Origem dos Noivos – Imbituva e suas Regiões (1943-1959)

| Noiva Noivo | IMBITUVA | | | | | | N. Id. | N.C | Total |
|----------------|----------|-----------|----------|-----------|-------|-----------|----------|-----------|------------|
| IMBITUVA | Sede | Norte | Sul | Leste | Oeste | | | | |
| | Sede | 45 | 4 | 10 | | 11 | 2 | 2 | 74 |
| | Norte | 4 | | | | 1 | | 2 | 7 |
| | Sul | 16 | | 6 | | 3 | | 3 | 28 |
| | Leste | 2 | 1 | | | | | | 3 |
| | Oeste | 12 | | 12 | | 2 | 2 | 3 | 31 |
| N. Id. | | 1 | | 1 | | | | 1 | 3 |
| N.C | | 5 | 1 | 7 | | 1 | 1 | 4 | 19 |
| Total | | 85 | 6 | 36 | | 18 | 5 | 15 | 165 |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição de Imbituva.

Legenda (em relação à sede do Município de Imbituva):

- **Norte:** Campinas, Faxinal dos Ávila, Faxinal dos Galvão, Jararaca e Palmar.
- **Sul:** Apiaba, Barro Preto, Colônia Bela Vista, Colônia Maria Brava,¹⁵⁴ Faxinal dos Augustos, Faxinal dos Perdidos, KM 12 e Ribeira.
- **Oeste:** Aterrado Alto, Caratuba, Mato Branco, Morro das Pedras, Pinho de Cima, São Miguel e Tigre.
- **Leste:** Restinga

Dessa vez os dados estão menos pulverizados, e é possível observar, mais uma vez, uma centralização dos noivos na sede do município; portanto, podemos constatar novamente que havia uma concentração dos praticantes do luteranismo no centro comercial do município. Além disso, as regiões Sul e Oeste também apresentaram um número significativo de noivos. Dessa maneira, podemos aferir que o mercado matrimonial luterano era “abastecido”, sobretudo, por estas regiões. Portanto, o comportamento endogâmico do grupo, do ponto de vista geográfico, é uma constante.

Outro fator que pode evidenciar a endogamia do grupo é a identidade étnica. Sabemos que a comunidade luterana de Imbituva foi formada por imigrantes e descendentes de imigrantes russo-alemães – como já apresentado no capítulo anterior – e que, por sua vez, poderia possuir uma identidade germânica, ou teuto-brasileira. Assim, para verificarmos se havia uma maior predileção no momento da escolha do cônjuge por pessoas de origem teuta, recorreremos à análise dos sobrenomes dos noivos, para, assim, verificar uma possível identidade calcada na etnicidade.

¹⁵⁴ Colônias estas, juntamente com a localidade de Ribeira, formadas em sua maioria por imigrantes e descendentes de imigrantes italianos. Conforme, STADLER, Cleusi Bobato. **Imbituva, uma cidade dos Campos Gerais**. Imbituva, s/ed., 2003.

Dessa maneira, baseando-se apenas nos sobrenomes dos nubentes, foi possível chegar aos seguintes números: em 105 matrimônios, dos 223 analisados nesta pesquisa, ambos os noivos tinham sobrenome de origem teuta, o que corresponde a 47% do total de casamentos. Nos demais 118 casamentos, pudemos notar uma grande miscigenação entre noivos com sobrenomes alemães, brasileiros, italianos, poloneses, e ucranianos, predominando, por exemplo, entre as noivas as de origem brasileira, com 56 ocorrências. Para os homens foi possível observar uma maioria de noivos de ascendência teuto-brasileira.

Analisando apenas os sobrenomes não é possível afirmar categoricamente que havia entre os luteranos de Imbituva uma identidade teuto-brasileira; contudo, não podemos deixar de lado o fato de que havia uma miscigenação bem caracterizada, além de percebermos que entre as escolhas dos homens havia uma maior abertura para mulheres que não possuíam ascendência teuta, o que não foi possível verificar na escolha por parte das mulheres, ou de suas famílias, uma vez que a maioria das moças de origem teuto-brasileira casaram-se com rapazes de origem étnica comum, o que pode demonstrar que pelo menos entre as famílias das noivas havia um apego a uma origem étnica não encontrada entre as famílias dos noivos.

Além de residirem na mesma localidade, e provavelmente encontrarem-se durante as atividades religiosas da comunidade, os jovens de Imbituva deveriam ter outros divertimentos e locais de encontro. Para poder compreender um pouco da dinâmica e, sobretudo, dos espaços de sociabilidades desses jovens que se casaram na comunidade luterana, foi necessário recorrer a utilização de uma entrevista. Esta foi realizada com a senhora Leony Neiverth Scheidt,¹⁵⁵ que se casou na comunidade luterana no dia 12 de novembro de 1949.

Quando questionada a respeito do local onde encontrou seu futuro marido, a senhora Leony relatou que o conheceu em um baile no Clube “Botão de Rosa”, localizado em Imbituva. De acordo com a entrevistada, o namoro foi permitido, sobretudo, pelo fato das duas famílias possuírem laços de amizade firmados através de relações de compadrio, além do fato do noivo também “ser alemão”. Sobre o clube, não foi possível encontrar muitas informações, apenas que foi fundado na década de 1910, estava localizado no Morro das Pedras, umas das áreas rurais da cidade, e era “freqüentado pela sociedade alemã em especial, com jantares, reuniões, casamentos e outros eventos.”¹⁵⁶

O município tinha também o Clube Recreativo União Imbituvense (CRUI) e o Clube Operário que, conjecturamos, fossem também locais de sociabilidade freqüentados pelos jovens luteranos do município. Nesses clubes, aconteciam diversos bailes, desfiles e demais

¹⁵⁵ Entrevista concedida em 08 de janeiro de 2014.

¹⁵⁶ MATOS, Edemê. **Imbituva**: uma viagem de retorno à terra natal. Curitiba, s/ed., 2013, p. 127.

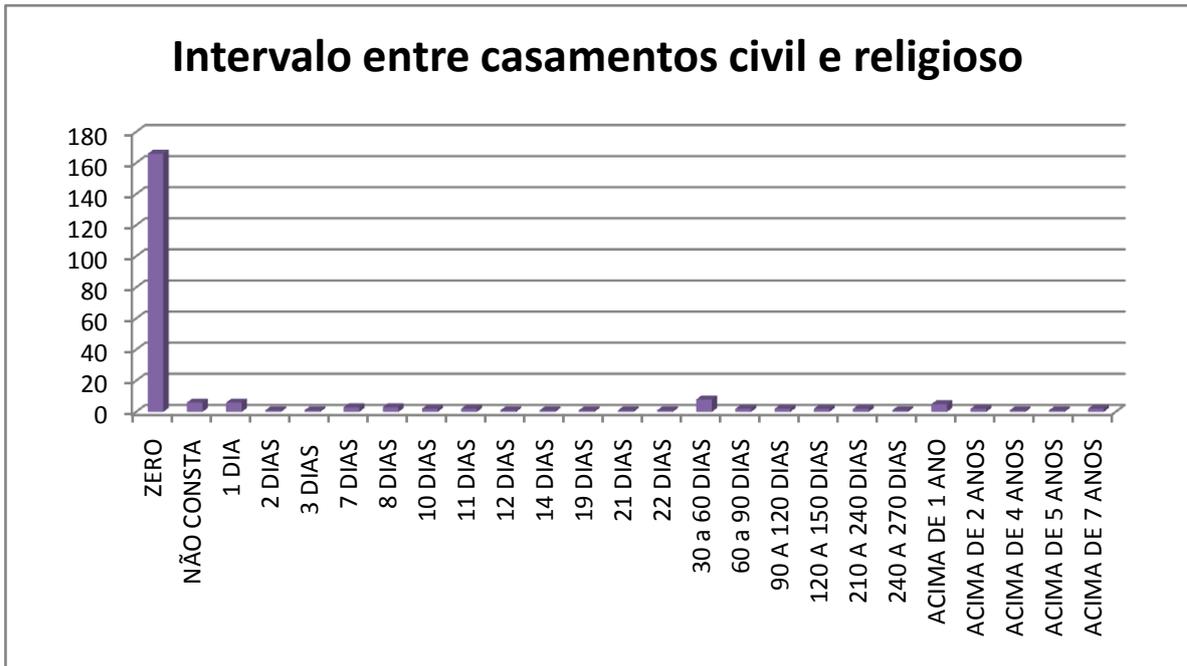
festividades que movimentavam não somente a cidade de Imbituva, mas também a região, uma vez que vinham pessoas de cidades como Ponta Grossa, Ipiranga, Guarapuava, Prudentópolis, Irati e Teixeira Soares para participar desses eventos.¹⁵⁷

Dessa forma, como foi possível verificar no quadro correspondente à origem dos nubentes da comunidade luterana, apesar de a grande maioria dos noivos pertencerem à sede do município ou suas imediações, ainda assim o mercado matrimonial de Imbituva era “abastecido” também por jovens vindos da região e essa aproximação, muito provavelmente deveria se dar pelos contatos realizados nesses eventos sociais que os clubes proporcionavam. Não podemos deixar de mencionar, também, que, para muitos jovens o principal espaço de sociabilidade se dava mesmo nos cultos ou nas atividades proporcionadas pela Igreja, como, por exemplo, as reuniões da Juventude Luterana que, além de encontros voltados para os estudos bíblicos, também organizava jogos e festas para os moços e moças da comunidade.

Mesmo se tratando de uma fonte um tanto limitada, como já mencionado anteriormente, é possível perceber que muitos dados podem ser extraídos desta documentação. Além da análise da idade dos noivos ao se casarem e o local de residência, os assentos de casamentos nos permitiram verificar outro dado interessante a respeito dos matrimônios contraídos na comunidade luterana – referimo-nos, no caso, ao intervalo ocorrido entre a celebração do casamento religioso e a oficialização do casamento civil, como poderemos ver no gráfico logo abaixo:

¹⁵⁷ Conforme: Idem, p. 129.

Gráfico 04 – Intervalo Casamento Civil e Religioso (1943-1959)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Primeiramente, faz-se necessário enfatizar, conforme consta na fonte, que os casamentos civis ocorreram sempre antes da celebração religiosa; portanto, o intervalo foi computado a partir desse fator. Desta maneira, como é possível verificar no gráfico, a grande maioria – no caso 166 dos 223 matrimônios registrados – que representa 74,4% dos casamentos civis foram realizados no mesmo dia do casamento religioso que, no gráfico acima, foi representado pelo intervalo “zero”.

Nas demais pausas apontadas pela documentação, foi possível verificar uma distribuição homogênea, tendo em vista os baixos índices de ocorrências de casamentos com intervalos superiores. Todavia, a partir dos números apresentados é possível lançar alguns questionamentos, uma vez que em torno de 10% dos matrimônios foram realizados com intervalos que variavam entre 1 a 22 dias. Nesse caso, de que maneira esses casais se organizavam? Os noivos já se mudavam da casa dos pais? Esse intervalo era motivado por quais razões?

Com intervalos contabilizados entre 30 dias a um ano temos 7% dos matrimônios realizados. Nesses casos os noivos já estavam morando sob o mesmo teto; dessa maneira, devemos questionar quais as razões que levaram esses casais a passarem pelo ritual religioso, sendo que já se encontravam casados no civil. Havia alguma pressão ou imposição por parte da igreja para que essas pessoas recebessem a benção espiritual?

Podemos destacar, também, que os números apresentados demonstram que em seis casamentos não constam as datas do casamento civil. Estes dados podem nos levar a conjecturar que estes seis casais optaram apenas pela celebração religiosa de seu casamento. Isso nos faz pensar qual seria a razão para se celebrar apenas o casamento religioso. Podemos, portanto, lançar a hipótese de que estes casais, ou pelo menos um dos membros do casal, estava contraindo seu segundo matrimônio. Tendo em vista que o divórcio só foi instituído em 1977, quem rompesse uma relação antes desse período não poderia casar-se novamente, a não ser na Igreja. Na Igreja Luterana tais eventos têm sido permitidos, já que o casamento não é considerado um sacramento, como já mencionado anteriormente.

Podemos verificar que, apesar da grande maioria dos casais terem realizado sua boda civil e religiosa no mesmo dia, ainda assim foi possível verificar a existência de intervalos muitos extensos, que podem corresponder a dias, meses e até mesmo anos, entre a realização de ambos os casamentos. Verificando as datas das realizações desses matrimônios, foi possível perceber que quatro casamentos¹⁵⁸ foram realizados no período em que a igreja esteve fechada, por conta das proibições ocasionadas pela política varguista. Esses eventos nos fazem pensar, também, que havia na comunidade alguns membros que possuíam privilégios, como foi o caso mencionado no primeiro capítulo, em que um casamento foi realizado na comunidade, mesmo fechada por ordem policial. A referida cerimônia foi realizada, sobretudo, pelo fato do pai da noiva ser um homem de grande poder aquisitivo e possuir influências na cidade. Outras pessoas, provavelmente por não possuírem o mesmo status, tiveram que esperar a reabertura da igreja.

No entanto, outros dois casamentos civis ocorreram em períodos em que a igreja ainda possuía atendimento pastoral antes de seu fechamento; todavia, como o pastor e alguns membros da comunidade estavam sendo investigados desde o ano de 1939, é possível que houvesse certo temor por parte dos fiéis em celebrar suas uniões durante a guerra. Assim, esses casais só obtiveram a benção religiosa no período pós 1945.

É necessário asseverar que, do ponto de vista da doutrina luterana, o fato dos noivos não celebrarem seus casamentos na igreja não seria “pecado”, pois como já visto anteriormente, o luteranismo não compreende o matrimônio como um sacramento, e sim como um acordo civil e temporal. Logo, se a união estivesse de acordo com a lei dos homens, estaria também de acordo com a lei divina. No entanto, podemos perceber que, no período em que vigorava no Brasil a política varguista, os imigrantes e descendentes, sobretudo alemães,

¹⁵⁸ Esses casamentos foram realizados entre os anos de 1941 e 1944, período em que a comunidade foi fechada e seu pastor foi preso, pois ambos estavam sob suspeita de nazismo.

foram prejudicados de várias maneiras e tiveram suas vidas marcadas por este evento, e a pequena comunidade luterana de Imbituva também foi palco dessas intervenções políticas e sociais, que influenciou sobremaneira esse grupo, como vimos no capítulo anterior.

2.2.1 – Em que época casar? A distribuição sazonal dos casamentos luteranos.

A partir das discussões apresentadas até o momento, foi possível verificar que o ato de casar envolve muitas variáveis. Todas as escolhas devem ser meticulosamente pensadas para que a nova família que está sendo formada prospere. Desta maneira, até mesmo a época em que o casamento será realizado também deve ser levada em consideração. “[...] Afinal, o casamento é algo tão delicado que todos procuram realizá-lo nos meses ‘mais favoráveis’ – ou ao menos tentam evitar sua realização nos meses considerados desfavoráveis pela opinião popular.”¹⁵⁹ Dessa forma, é possível verificar que existem épocas do ano em que há maior incidência de casamentos, como também há épocas em que o casamento não deve ser realizado.

O movimento sazonal dos casamentos constitui um rico indicador do cotidiano. A escolha da data do mês de casamento reflete costumes, tradições e mitos, interdições e mentalidades religiosas, influências das atividades agrícolas, urbanas ou rurais, e que sofrem alterações na evolução das sociedades no tempo.¹⁶⁰

A partir deste excerto, podemos verificar que a escolha da data do casamento indica que os fatores que podem influenciar estas preferências podem ser de ordem econômica, cultural, mas, sobretudo, religiosa. O calendário estabelecido pela Igreja Católica pautou durante muito tempo as escolhas das melhores épocas para se contrair matrimônio, uma vez que a igreja havia determinado que, em certos períodos, estivessem proibidas as festas e ou as solenidades para a celebração de tal sacramento. De acordo com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia,

[...] é proibido celebrar-se Matrimônio com solenidade em certos tempos do ano, e o Sagrado Concílio Tridentino restringio este tempo do primeiro Domingo de Advento até o dia da Epiphania inclusivamente, e de Quarta

¹⁵⁹ ANDERSON, Dole A. O fator sazonal no Brasil. In: **RAE – Revista de administração de empresas**. Vol. 3, n. 9, out.-dez. de 1963, p. 41.

¹⁶⁰ CARDOSO, Jayme Antonio; NADALIN, Sergio Odilon. Os meses e os dias de casamento no Paraná – séculos XVIII, XIX, XX. In: **Revista História, Questões e Debates**. Curitiba, dez. 1982, p. 105.

Feira de Cinza até a Dominica in Albis inclusivamente. [...] declaramos, que sómente se prohibe a solemnidade, que consiste nas benções nupciaes, e levada a noiva a casa do noivo com acompanhamento, e na solemnidade do banquete.¹⁶¹

Assim, podemos verificar que o calendário religioso pautava a escolha da data da celebração do casamento. Os períodos considerados sagrados pela Igreja Católica, como o Advento e a Quaresma, não deveriam ser escolhidos para o casamento, uma vez que são épocas de contrição e respeito. Dessa forma, os festejos de casamentos eram restringidos nos meses de dezembro, fevereiro e março;¹⁶² “[...] esta prescrição eclesiástica justifica-se, sabe-se, pelo desejo de evitar, em tempo de penitência, todo o pretexto para divertimentos públicos.”¹⁶³

A partir desses períodos proibitivos é possível perceber que há uma distribuição sazonal dos matrimônios nos outros meses em que era permitido celebrar o sacramento com festejos. Além disso, as tradições culturais também elencam datas em que é mais ou menos auspicioso se casar. Levando em consideração todos estes elementos, foi possível, a partir dos dados extraídos dos livros de registros da comunidade luterana de Imbituva verificar o movimento sazonal dos casamentos ocorridos no período delimitado para pesquisa.

Para que possamos compreender melhor esse tipo de distribuição, foi elaborado um gráfico de escala aritmética, onde o eixo X representa uma média de 100 ocorrências no mês, assim, os números absolutos extraídos dos registros são transformados em relativos a 1200. Dessa maneira, é necessário dividir o número de casamentos mensais pelo número de dias que há em cada mês (trinta ou trinta e um dias, conforme o mês correspondente). Com relação ao mês de fevereiro, como o ano bissexto só acontece a cada quatro anos, o divisor é 28,24, como poderemos ver no quadro¹⁶⁴ abaixo preenchido com os dados obtidos nos registros de casamento da comunidade luterana:

¹⁶¹ VIDE, op cit, p. 121.

¹⁶² De acordo com François Lebrun os festejos dos matrimônios não poderiam ocorrer, “para o Advento, a cinco ou seis semanas que vão ou de 27 de Novembro ou de 3 de Dezembro a 6 de Janeiro inclusive, e para a Quaresma a perto de oito semanas, cujo início pode situar-se, segundo os anos, entre 6 de Fevereiro e 10 de Março e o fim entre 29 de Março e 2 de Maio.” In: LEBRUN, François. **A vida conjugal no Antigo Regime**. Lisboa, Edições Rolim, s/d, p. 44.

¹⁶³ Idem, p. 44.

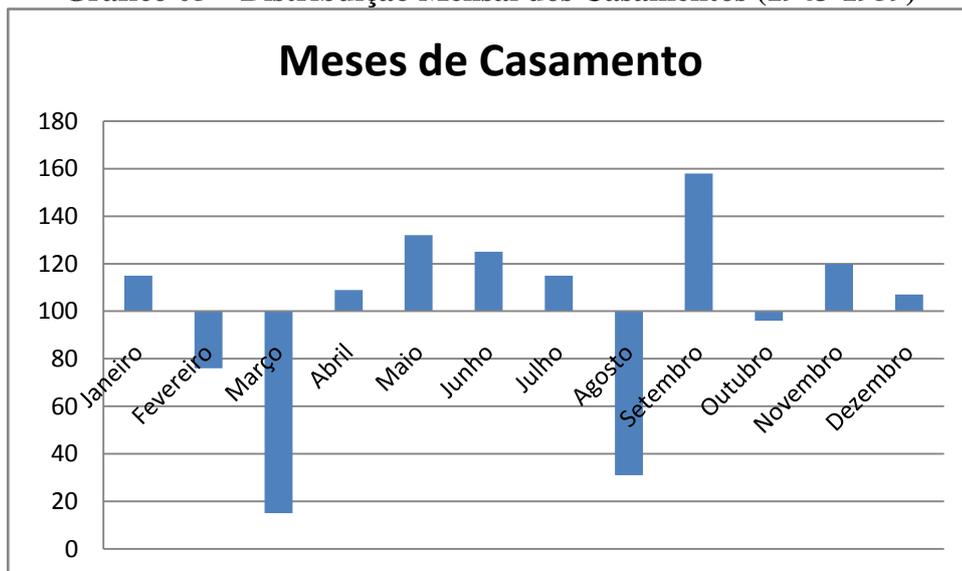
¹⁶⁴ Modelo extraído de FLEURY, Michel e HENRY, Louis. **Nouveau manuel de dépouillement et d’exploitation de l’état civil ancién** [1ª.ed]. Paris: INED, 1965. p. 104.

Tabela 05 – Distribuição Mensal dos Casamentos (1943-1959)

| Meses de casamento | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL |
| Nº ABSOLUTOS | 22 | 13 | 3 | 20 | 25 | 23 | 22 | 6 | 29 | 18 | 22 | 20 | 223 |
| DIVISOR | 31 | 28,24 | 31 | 30 | 31 | 30 | 31 | 31 | 30 | 31 | 30 | 31 | |
| Nº POR DIA | 0.70 | 0.46 | 0.09 | 0.66 | 0.80 | 0.76 | 0.70 | 0.19 | 0.96 | 0.58 | 0.73 | 0.64 | 7.27 |
| Nº PROPORCIONAIS | 115 | 76 | 15 | 109 | 132 | 125 | 115 | 31 | 158 | 96 | 120 | 107 | 1200 |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Faz-se necessário enfatizar que não foi possível efetuar uma distinção em dois ou mais períodos, pois poderíamos correr o risco de pulverizar demasiadamente os dados; a possibilidade de aleatoriedade das informações seria muito provável, distorcendo ou até mesmo inviabilizando a análise. Os números organizados no quadro deram origem ao gráfico a seguir. A partir dele, é mais fácil verificar as preferências dos noivos luteranos no período delimitado pela pesquisa. É necessário frisar, como já mencionado, que os casamentos foram organizados em uma média de 100 ocorrências; dessa maneira, quanto mais acima desse número maior a preferência e, conseqüentemente, quanto mais abaixo de 100, menor a preferência pelo mês correspondente. Vejamos então quais as predileções noivos imbituvenses entre as décadas de 1940 e 1950:

Gráfico 05 – Distribuição Mensal dos Casamentos (1943-1959)

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Vamos mencionar primeiramente os meses rejeitados para a realização dos casamentos. A menor incidência verificou-se em fevereiro, março, agosto e outubro. Em primeiro lugar, é necessário frisar que, para os protestantes, não há interdições religiosas sazonais para a realização dos casamentos,¹⁶⁵ como é o caso das imposições feitas pela Igreja Católica e já mencionadas anteriormente. Todavia, é interessante verificar a baixa predileção pelos meses de fevereiro e, sobretudo, pelo mês de março, meses em que os católicos “guardam” a quaresma. Este fator só pode ser explicado, portanto, em função da influência cultural do meio, uma vez que o contato e as tradições católicas acabam por influenciar o comportamento dos luteranos no que se refere à nupcialidade.

O mês de agosto foi o segundo mês mais rejeitado pelos noivos luteranos. Para tentar explicar esse fenômeno, vamos nos utilizar do trabalho realizado por Cardoso e Nadalin a respeito da sazonalidade dos casamentos no Paraná nos séculos XVIII, XIX e XX, em que foram levantadas três hipóteses para o baixo índice de matrimônios nesse mês:

1ª – Considera a concentração do trabalho agrícola de preparação da terra, [...] nos calendários agrícolas publicados pela imprensa periódica paranaense no início do século XX, são comuns observações de que “agosto é o mês em que muito se trabalha”. [...] 2ª – Quanto aos imigrantes, some-se a estas condições o fato de que na Europa aqueles de origem camponesa já se casavam muito pouco em agosto. [...] 3ª – Hipótese que explicaria a progressiva retração em períodos mais recentes como efeito da evolução das superstições e preconceitos populares que envolvem este mês.¹⁶⁶

Para os casamentos verificados na comunidade de Imbituva, caberiam, sobretudo, a primeira e a terceira hipóteses apresentadas.¹⁶⁷ Estas duas hipóteses apresentadas pelos autores podem perfeitamente ser aplicadas aos resultados encontrados em Imbituva. Primeiramente, no que diz respeito ao trabalho agrícola e sua concentração no mês de agosto. Em Imbituva, como já mencionado, a economia estava calcada no trabalho agrícola, sobretudo, na produção e beneficiamento da erva-mate. Segundo relato da dona Leony

¹⁶⁵ Ao comentar as dezoito razões para impedir o matrimônio, Martinho Lutero não escreveu especificamente a respeito das proibições do *tempus feriarum*; no entanto apresentou uma crítica a esse respeito: “Restam, pois, ainda quatro razões: a proibição dos bispos, épocas proibidas, costumes e problemas de visão e audição. Não há necessidade de comentar esses casos, pois seria uma piada podre e inócua, se um bispo me quisesse proibir o casamento com determinada mulher **ou me quisesse determinar a data para casar.**” LUTERO, Martinho, op cit, p. 170. (grifo nosso)

¹⁶⁶ CARDOSO, Jayme; NADALIN, Sergio, op. cit, p. 110.

¹⁶⁷ A segunda hipótese foi descartada para o universo de Imbituva, tendo em vista que a comunidade em questão, não deveria mais possuir um comportamento de imigrante, uma vez que a população pesquisada insere-se no que poderíamos considerar como uma terceira ou até mesmo quarta geração após a imigração e formação da comunidade religiosa.

Scheidt, principalmente entre os meses de junho, julho e agosto era realizada a colheita, ou poda e a secagem da erva.¹⁶⁸ Dessa maneira, deveriam ser meses de muito ou relativo trabalho. O que poderia determinar o adiamento dos festejos nupciais. Como já mencionamos a maior concentração de luteranos estava localizada na sede urbana do município, assim, mais uma vez podemos conjecturar que a influência do meio, fortemente marcado pelas tradições agrícolas possa ter interferido na época para a realização dos matrimônios. Da mesma forma, a superstição que envolve o mês de agosto, chamado por muitos como “mês do desgosto” pode ser, sim, um dos motivos para a pouca predileção por este mês.

Chama a atenção, por conseguinte, que foi possível verificar para o universo de Imbituva, sobretudo, no que diz respeito à repulsa com relação a escolha de alguns determinados meses para se oficializar o matrimônio, resultados muito próximos aos encontrados por Cardoso e Nadalin em seu estudo sobre os municípios de Curitiba, Lapa, Ponta Grossa, Campo Largo e São José dos Pinhais. Ao analisarmos o trabalho realizado por Maria Luiza Andrezza a respeito da colônia Antonio Olytnto¹⁶⁹ – formada por imigrantes ucranianos – durante todo o século XX, podemos verificar padrões também próximos aos encontrados em Imbituva. Para a primeira metade do século XX a autora percebeu que os meses menos desejados eram os de março e abril, evidenciando assim, o respeito dos católicos em relação ao período da Quaresma. Já a partir dos anos 1950 os meses menos escolhidos foram março, agosto e dezembro. O primeiro e o último em função de um calendário religioso e o mês de agosto em função do calendário agrícola. Este dado é revelador de um possível fator cultural camponês, que evidencia essas escolhas; no entanto, não podemos deixar de destacar, assim como mencionado pelos autores em questão, que são necessárias mais pesquisas sobre esse assunto, para que assim se possa realmente traçar um padrão comum.

No que diz respeito aos meses mais desejados pelos noivos, podemos destacar os meses de maio, junho e, de maneira muito elevada, o mês de setembro. A concentração das escolhas nos meses de maio e junho pode também ser explicada a partir do calendário agrícola, uma vez que estes meses citados representam um período de recesso entre a colheita e o período de preparação da terra para novo plantio durante o mês de agosto.

¹⁶⁸ Informação esta confirmada a partir de de uma instrução normativa do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) de 12 de maio de 1981 que regulamenta os períodos de colheita da erva-mate nos estados produtores. No Paraná, ficaria estipulado os meses de maio a outubro de cada ano. Todavia, é possível que houvesse maiores concentrações em determinados meses dentro desse período. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3334875/pg-35-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-14-05-1981/pdfView>

¹⁶⁹ ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**. Estudo de um grupo imigrante ucraniano (1985-1995). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná/ UFPR, Curitiba, 1996.

Dole Anderson, ao analisar os casamentos na cidade de São Paulo durante a década de 1960, constatou que havia, sobretudo, maiores concentrações nos meses de maio e setembro. O autor enfatiza que a tradição popular convencionou denominar o mês de maio como o “mês das noivas”, o que deve explicar tamanha concentração. A respeito da escolha do mês de setembro, Anderson afirma que, “em parte, deve expressar os casamentos não realizados em agosto – por todos conhecido como mês pouco auspicioso para o casamento.”¹⁷⁰

Podemos, então, aferir que a grande escolha do mês de setembro se deva ao fato de que os casais esperavam acabar o mês pouco aconselhável a se contrair matrimônio, o mês de agosto, para então se casar. Além do mais, levando em consideração o calendário agrícola, já havia se passado o período de plantio e de trabalhos no campo, portanto, já se poderia festejar e, no caso específico de Imbituva, os meses de trabalho mais exaustivo de colheita, secagem e beneficiamento de erva-mate findavam-se em agosto. Assim, a partir do mês de setembro, já havia um momento de maior tranquilidade que poderia ser destinado às festas matrimoniais.

Em contrapartida, retomando o trabalho de Andrezza, podemos verificar que, no que diz respeito aos meses mais desejados para se realizar os matrimônios, encontramos padrões completamente distintos dos de Imbituva. As concentrações de casamentos na colônia entre os anos de 1900 a 1949 se davam nos meses de fevereiro e junho, que, segundo a autora, eram meses de festas religiosas tradicionais entre esse grupo de imigrantes; já a partir da segunda metade do século XX a concentração passa principalmente para os meses de maio, famoso mês das noivas.

Além de verificar as preferências de escolha com relação aos meses para se casar, também foi possível analisar a escolha dos dias da semana em que os matrimônios foram realizados. A análise dos dias da semana foi efetuada da mesma maneira que para os meses. O eixo X representa uma média de 100 ocorrências por dia e os números absolutos foram transformados em relativos a 700, tendo em vista que cada semana contém sete dias não foi necessária a utilização de um divisor para extrair os resultados, como podemos verificar no quadro abaixo¹⁷¹:

¹⁷⁰ ANDERSON, Dole, op. cit, p.48.

¹⁷¹ Conforme CARDOSO; NADALIN op. Cit.

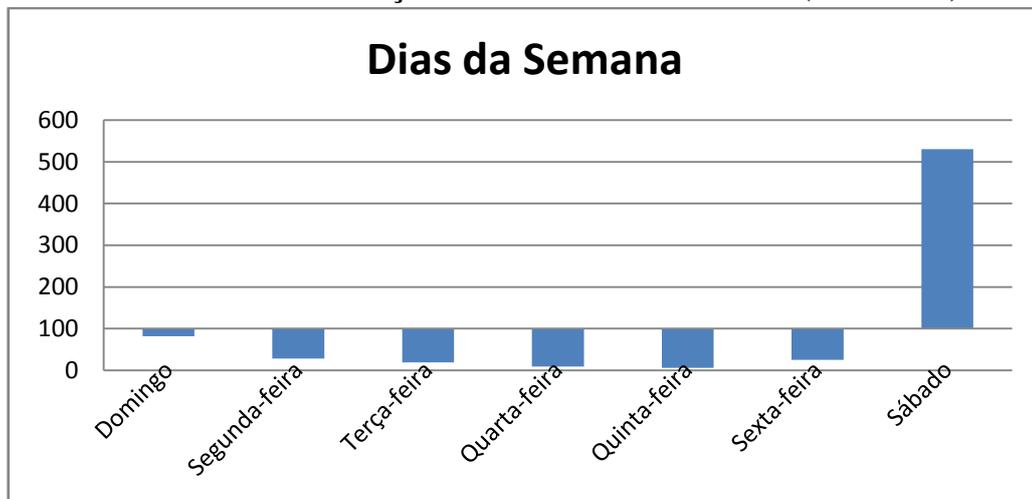
Tabela 06 – Distribuição Semanal dos Casamentos (1943-1959)

| Dias da Semana | | | | | | | | |
|-----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| | DOM | SEG | TER | QUA | QUI | SEX | SAB | TOTAL |
| NÚMEROS ABSOLUTOS | 26 | 9 | 6 | 3 | 2 | 8 | 169 | 223 |
| NÚMEROS PROPORCIONAIS | 82 | 28 | 19 | 9 | 6 | 25 | 530 | 700 |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Da mesma forma, foi possível a construção de um gráfico que se encontra abaixo, no qual fica mais evidente a concentração dos casamentos em cada dia da semana. Como pudemos ver, há uma distribuição muito homogênea nos dias úteis e uma preferência expressiva pelo sábado. Esta preferência pelo final de semana para a realização da celebração das núpcias é relativamente recente; sobretudo, para a Curitiba dos séculos XVIII e meados do século XIX, a terça-feira era o dia mais escolhido, e somente a partir da segunda metade do século XIX e perdurando até o século XX o sábado passou a figurar como o dia mais indicado para o casamento.

[...] esta dinâmica indica que, paulatinamente, uma parte representativa da população dedicava-se a atividades que determinavam um melhor aproveitamento da semana (ou um aproveitamento mais “racional” do tempo), sendo, portanto, conveniente a escolha do sábado para o casamento, contrariando a tradição de casar preferencialmente no meio da semana.¹⁷²

Gráfico 06 – Distribuição Semanal dos Casamentos (1943-1959)

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

¹⁷²CARDOSO, Jayme; NADALIN, Sergio, op cit, p. 119.

Como vimos anteriormente, o município de Imbituva era conhecido nas décadas de 1940 e 1950 como grande produtor de erva-mate, e sua economia estava baseada principalmente nessa atividade agrícola e na extração de madeira. No entanto, como nossa amostra diz respeito à parcela da população de Imbituva que professa a religião luterana, e esta, como também visto anteriormente está, sobretudo, concentrada na área urbana da cidade, podemos concluir que a centralização dos casamentos nos sábados na comunidade luterana pode ser explicada por este motivo, uma vez que os dias úteis eram destinados aos trabalhos no comércio, principalmente.

Da mesma forma que analisou a sazonalidade dos meses de casamento, Andrezza também debruçou-se no estudo da distribuição semanal dos casamentos. Assim como a amostra luterana a amostra ucraniana demonstra que havia uma distribuição de casamentos em todos os dias da semana; contudo, com uma maior concentração em dia apenas. Na primeira coorte, representada pela primeira metade do século XIX a predileção se dava pela terça-feira, por conta de uma imposição do pároco local. A partir de 1950 houve uma mudança e os casamentos passaram a ser realizados nos sábados, coincidindo assim com os luteranos de Imbituva. Vemos portanto, que a partir década de 1950 que há uma mudança no comportamento da população, independente de traços culturais ou religiosos.

A partir das análises aqui apresentadas, foi possível demonstrar alguns elementos a respeito dos comportamentos da população luterana da cidade de Imbituva. Estudar a sazonalidade dos casamentos nos permite identificar costumes, hábitos e tradições religiosas do grupo em questão, bem como suscitar questionamentos que possam indicar quais fatores condicionam tais comportamentos.

Os resultados obtidos através da análise da documentação paroquial da comunidade nos revela, sobretudo, que muito além dos fatores religiosos, os fatores culturais do meio acabam por influenciar as escolhas ou recusas em alguns meses para se oficializar o casamento. Por exemplo, na retração apresentada nos meses de fevereiro e março, que correspondem ao período da quaresma, tempo este respeitado e proibido de se realizar festejos pela religião católica, mas que não é impedido pela religião luterana.

2.3 – Porque este e não aquele? A escolha das testemunhas de casamento.

Nas páginas anteriores, foi possível verificar que fatores econômicos, religiosos e até mesmo sazonais podem influenciar no momento da união de duas pessoas em matrimônio. Por conseguinte, escolher o cônjuge dentro dos mesmos estratos sociais é imprescindível para que se mantenha um equilíbrio social no interior do grupo. No entanto, não podemos deixar de destacar que há outro elemento a ser levado em consideração, quando se começa a pensar na organização de um casamento: a escolha das testemunhas ou, como acabou sendo convencionado, dos padrinhos de casamento.

Essas pessoas são importantes no momento da oficialização da união matrimonial, uma vez que atestam perante a comunidade a legitimidade da união que está sendo celebrada. A utilização de testemunhas no matrimônio demonstra que se trata de um contrato firmado entre os nubentes; assim sendo, a presença destas se faz imprescindível – “a menção de testemunhas no corpo do registro oficial dos casamentos indica a preocupação da Igreja em tornar o casamento um ato público.”¹⁷³

Ao contrário dos padrinhos de batismo na confissão católica romana,¹⁷⁴ as testemunhas ou padrinhos de casamento não assumem um vínculo de parentesco espiritual com os noivos. Desta forma, qualquer pessoa tem condições de testemunhar esse ato; contudo, podemos supor que a família acabe, na maioria das vezes, por escolher pessoas que possuam uma maior proximidade sentimental com o casal ou que representem alguma vantagem material para a constituição da nova família. Tal seria o caso, também, dos luteranos.

Partindo dessas premissas, é possível verificar a existência de um “mercado” de testemunhas de casamento, de onde os noivos ou pais dos noivos escolheriam seus padrinhos. Dessa maneira, é possível afirmar que o laço do casamento estabelece relações e, por consequência, gera a formação de uma rede de sociabilidades. Assim, o estudo da constituição

¹⁷³ ANDREAZZA, op cit, p. 150.

¹⁷⁴ Na religião católica, ao batizar uma criança a pessoa passa a possuir um laço de parentesco com o afilhado, ficando dessa forma, proibido de casar-se futuramente com ela. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia que regulamentavam, a partir do século XVIII as normas eclesiásticas católicas no Brasil, definem de que maneira se dava esse parentesco: “o parentesco espiritual, que contrahirão, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimônio: [...] o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contrahe sómente entre os padrinhos, e o batizado, e seu pai, e mai; e entre o que baptiza, e o batizado, e seu pai, e mai.” VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p. 26-27.

desse “mercado” possibilita-nos a percepção dos espaços de sociabilidade dos casais dentro e, talvez também, fora da comunidade a que pertencem.

Os noivos, suas famílias e os indivíduos que testemunham o casamento criam, por conseguinte, estruturas sociais que, na verdade, são uma espécie de conjunto de redes que se estabelecem no interior do grupo a partir das relações construídas pela união matrimonial. A respeito dessa formação e constituição de redes sociais, é possível apresentar três aspectos:

O primeiro refere-se ao seu aspecto morfológico: a rede é uma estrutura constituída por um conjunto de pontos e linhas que materializam laços e relações mantidas entre um conjunto de indivíduos. O segundo refere-se ao seu conteúdo relacional: a rede é um sistema de troca que permite a circulação de bens e serviços. Finalmente, a rede consiste em um sistema submetido a uma dinâmica relacional regida por um princípio de transversalidade dos laços, e suscetível de mover-se em função de uma finalidade específica. Por conseguinte, a rede social pode ser definida como um complexo sistema relacional que permite a circulação de bens e serviços, tanto materiais quanto imateriais dentro de um conjunto de relações estabelecidas entre os seus membros, que afeta a todos, direta ou indiretamente, embora de maneira desigual.¹⁷⁵

Deste modo, o desafio que se coloca é buscar elementos em uma documentação específica que se mostrou, na nossa pesquisa, um tanto limitada no que se refere às informações acerca dos indivíduos arrolados. De qualquer forma, procuramos dados que nos permitissem perceber que tipos de alianças e redes de sociabilidade eram construídas na comunidade luterana de Imbituva. Em função disto, a questão primordial a ser respondida foi quais teriam sido os elementos agregadores na formação destas redes. Em consequência, a partir da análise dos nomes arrolados nos registros paroquiais luteranos, tivemos a intenção de lançar luz sobre essa questão norteadora e, quem sabe, assim, delimitar as linhas que constroem as redes tecidas por estes indivíduos.

¹⁷⁵ No original: “El primero se refiere a su aspecto morfológico: la red es una estructura constituida por un conjunto de puntos y líneas que materializan lazos y relaciones mantenidas entre un conjunto de individuos. El segundo se refiere a su contenido relacional: la red es un sistema de intercambios que permite la circulación de bienes y servicios. Finalmente, la red consiste en un sistema sometido a una dinámica relacional regida por un principio de transversalidad de los lazos, y susceptible de movilizarse en aras de una finalidad precisa. En consecuencia, se puede definir la red social como un complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente, aunque de manera muy desigual.” (tradução livre). BERTRAND, Michel. **Elites y configuraciones sociales en Hispanoamérica colonial**” In: Revista de História, n. 13, I Semestre 1999. Instituto de Historia de Nicaragua y Centroamerica, p. 7, APUD, MACHADO, Cacilda. **Casamento & Desigualdade Jurídica. Primeiras notas de um estudo em uma área da região paulista no período colonial.** Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, Minas Gerais, 2002. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais/anais-2002-popula%C3%A7%C3%A3o-e-hist%C3%B3ria>

No caso específico das testemunhas arroladas nos casamentos da Comunidade Ressurreição de Imbituva, cabe ressaltar que foi determinado que não houvesse, no banco de dados construído para a pesquisa, uma categoria separada para padrinhos de casamento civil¹⁷⁶ e religioso, apesar de que na fonte existam essas categorias. Essa escolha se deu pelo fato de que na grande maioria dos casos os casais estavam arrolados como testemunhas em ambos os casamentos; assim, para evitar repetições desnecessárias, optou-se (de forma arbitrária, é verdade) por construir apenas uma categorização de testemunhas ou padrinhos. Para os 223 casamentos registrados na comunidade luterana no período compreendido pela pesquisa, verificamos que 790 pessoas foram mencionadas nos registros. Destas, 607 eram do sexo masculino e apenas 183 do sexo feminino. O número de testemunhas arroladas na documentação por casamento varia entre duas e oito pessoas. Infelizmente, os registros paroquiais luteranos¹⁷⁷ não possuem informações pessoais acerca das testemunhas, como estado civil, por exemplo; dessa maneira, foi necessário fazer uso de outras fontes¹⁷⁸ para ampliar as informações a respeito desses sujeitos, relacionados nos registros.

Em trabalho recente, Sergio Odilon Nadalin analisou as práticas de “compadrio no âmbito de um grupo social cuja identidade caracteriza-se em função do luteranismo”¹⁷⁹ e, desse grupo extraiu uma amostra formada a partir de quatro gerações dos descendentes de um determinado casal. O autor pode constatar que, no que diz respeito às testemunhas de casamento, havia uma predileção pela escolha de parentes tanto do noivo quanto da noiva, sendo que, na maioria das vezes, a preferência foi por escolher padrinhos que fossem parentes da família da noiva.

Na comunidade de Imbituva, foi possível constatar o mesmo fenômeno, uma vez que, a partir de uma análise preliminar dos sobrenomes das testemunhas, em mais da metade dos casamentos, mais precisamente 118 de um universo de 223, pelo menos um dos padrinhos era parente de um dos noivos. Ao contrário do fenômeno encontrado por Nadalin em sua análise, a preferência na escolha dos padrinhos se deu na família dos noivos; a diferença, contudo, foi insignificante, uma vez que dos 118 casamentos em que pelo menos um parente

¹⁷⁶ Uma vez que há estas categorias distintas no Livro de Registros.

¹⁷⁷ Como já mencionado anteriormente, por se tratar de uma espécie de formulário, os registros paroquiais da Igreja Luterana trazem apenas as informações solicitadas, como nomes e datas, não apresentando maiores informações nem dos noivos, quanto mais dos padrinhos.

¹⁷⁸ Estas informações foram obtidas através de consultas em documentação oficial, como o “Diário Oficial da União”, periódicos a exemplo do “Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Rio de Janeiro – 1891-1940”, bem como foram realizadas algumas entrevistas com membros da comunidade luterana que possuem parentesco ou conheciam alguns desses personagens.

¹⁷⁹ NADALIN, Sergio Odilon. **Identidade e parentesco na construção e desconstrução de uma cultura teuto-brasileira (1876-1973)**. Comunicação apresentada no I Congresso Internacional REFMUR. Múrcia - Espanha, fevereiro de 2011, p. 01.

foi testemunha, 52 pertenciam à família do noivo, 48 à família da noiva e em 18 casamentos houve a presença de padrinhos de ambas as famílias.

Como a documentação não nos permitiu aferir maiores detalhes a respeito desses indivíduos, não foi possível, a exemplo do trabalho de Nadalin, precisar exatamente qual o grau de parentesco desses padrinhos com os noivos, para, assim, poder traçar um padrão como o apresentado pelo autor;¹⁸⁰ todavia, esses números apresentados já nos permitem verificar um traço constitutivo da cultura dessa parcela do grupo analisado. É possível conjecturar que este grupo possui e constrói a chamada rede de malha estreita, cuja,

[...] variável dominante, no complexo de uma rede de malha estreita, é a presença próxima de parentes dos cônjuges, separadamente e juntos, de tal modo que os vizinhos da família são seus parentes e, daí, os parentes se constituem em amigos dos cônjuges e, em certas áreas, são também seus companheiros de trabalho.¹⁸¹

Assim, podemos verificar que uma parte significativa do universo analisado prefere estabelecer suas redes de sociabilidade no interior de sua própria família. Todavia, faz-se necessário enfatizar que o foco principal desta pesquisa incide sobre as famílias conjugais, ou seja, sobre os casais que estão sendo formados a partir do laço do matrimônio. Conhecer seus costumes, e os motivos de suas escolhas no que diz respeito às testemunhas de casamentos e verificar um comportamento que pode ser explicado a partir do conceito acima apresentado, não nos obriga a ampliar nosso olhar e nossa análise para todo o universo familiar que cerca esses jovens noivos, para assim poder analisar cada um dos aspectos que constituem uma rede de malha estreita. Apenas, permite-nos caracterizar alguns comportamentos do grupo em função de sua organização social e religiosa. Além disso, não podemos deixar de lado a outra parcela do grupo, na qual as testemunhas de casamento aparentemente não possuem laço de parentesco com os noivos. Alguns desses padrinhos serão analisados individualmente, a seguir.

Na amostra analisada por Nadalin, foi observado que nos registros não aparecem mulheres sendo madrinhas de casamento; segundo o autor “é provável que, quando casadas, as esposas subissem junto [com seus esposos] ao altar para também testemunharem a cerimônia de casamento.”¹⁸² Na comunidade de Imbituva, apesar de ter sido possível verificar

¹⁸⁰ “[...] Desses parentes, distinguem-se os irmãos, cunhados e, de preferência, os tios – estes quase sempre irmãos (ou cunhados) da mãe da noiva.” NADALIN, op cit, p. 11-12.

¹⁸¹ BOTH, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p.16.

¹⁸² NADALIN, op cit, p. 9.

uma maioria absoluta de homens testemunhando matrimônios, como já vimos anteriormente, acreditamos que a hipótese apontada por Sergio Nadalin não possa ser utilizada, uma vez que, de acordo com a documentação, quando há mulheres sendo madrinhas estas tem seu nome registrado, com exceção de apenas seis casamentos em que o pastor fez o registro do nome do padrinho “e esposa” ou “e sua senhora”. Dessa forma, é possível aferir que havia uma predileção por parte dos noivos ou de suas famílias de escolherem majoritariamente apenas homens para testemunharem suas uniões.

Desta análise inicial surgiram outros dados relevantes para a pesquisa. Foi possível elencar quais pessoas apareceram com mais frequência como testemunhas nos matrimônios da comunidade. Dos 607 homens arrolados, 389 participaram de apenas um casamento, 24 foram padrinhos duas vezes, 12 comparecem três vezes e 5 foram padrinhos em quatro matrimônios. Para os que apadrinharam acima de cinco vezes foi possível montar um quadro¹⁸³ – que segue abaixo – com seus nomes.

Tabela 7 – Relação de testemunhas do sexo masculino e quantidade de casamentos em que participou (1943-1959).

| Testemunha | Quantidade |
|-----------------------------|------------|
| Henrique Leopoldo Grollmann | 18 |
| Carlos Scheidt | 11 |
| Theodoro Newton Diedrichs | 10 |
| Eduardo Scheidt | 8 |
| Germano Sponholz | 8 |
| Alfredo Alberto Venske | 8 |
| Frederico Scheidt Sobrinho | 7 |
| Frederico Guilherme Venske | 6 |
| Henrique Müller | 6 |
| Miguel Pedroso Schroeder | 6 |
| José Bühner Junior | 6 |
| Jacob Stadler | 5 |
| Eugenio Grollmann | 5 |
| Adolfo Hilgemberg | 5 |
| Nilton Eidam | 5 |
| Total de padrinhos: 15 | 114 |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

¹⁸³ Modelo extraído de: HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação:** Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

Como já mencionado, os registros paroquiais não nos trazem informações – além dos nomes – das testemunhas arroladas no registro de casamento; assim, foi necessária a busca de outros tipos de fontes que pudessem preencher as lacunas existentes nos assentos de matrimônio. Primeiramente, foi possível constatar que o homem que mais aparece como padrinho na comunidade é Henrique Leopoldo Grollmann. Este senhor foi padrinho de 18 casamentos, distribuídos entre os anos de 1943 e 1959; na maioria dessas cerimônias, inclusive, apareceu sozinho (no registro), sem estar acompanhado da esposa.¹⁸⁴

As informações a respeito desse indivíduo foram obtidas através de consultas ao Diário Oficial da União e, também, a partir de uma entrevista com o filho deste, Henrique Grollmann Filho, bem como de demais membros da comunidade luterana. Em conversa com o filho, este afirmou que seu pai nascera no navio em que sua família estava a caminho do Brasil, vindos de alguma localidade da atual Polônia. Tal evento pode ser corroborado a partir do pedido de naturalização feito por Henrique Leopoldo Grollmann, no ano de 1944, ao Ministério da Justiça, conforme primeira nota encontrada no Diário Oficial da União¹⁸⁵ datada de 15 de junho de 1945: “Nº 16.782-44 – Henrique Leopoldo Grollmann, residente no Paraná, solicitando naturalização. – Esclareça a data de seu nascimento, se 10 de agosto de 1908 ou 19 de setembro do mesmo ano.”¹⁸⁶

A respeito deste processo foi possível averiguar que, cinco anos após ter entrado com o pedido, Grollmann ainda não havia conseguido a nacionalidade brasileira. Em duas notas publicadas no mês de outubro de 1949 a Seção de Estrangeiros solicita que o requerente “junte nova documentação policial.”¹⁸⁷ Este, por sua vez, deveria providenciar “folha corrida e atestado de antecedentes, do local em que reside e promova selagem e reconhecimento de firma na certidão da D.O.P.S. do Estado do Paraná.”¹⁸⁸ Podemos supor que, por conta das imposições estabelecidas pelo Estado Novo, ele e muitos outros estrangeiros foram obrigados a tornarem-se legítimos brasileiros, daí seu pedido de naturalização. Infelizmente não foi possível verificar se o processo de naturalização foi concluído.

¹⁸⁴ Dos 18 casamentos em que foi arrolado como testemunha, Henrique Leopoldo Grollmann esteve acompanhado de sua esposa somente em seis cerimônias, como veremos na tabela elaborada especificamente para as madrinhas.

¹⁸⁵ Fontes disponíveis em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2383353>.

¹⁸⁶ Diário Oficial da União de 15 de junho de 1945. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2383353/pg-30-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-06-1945>.

¹⁸⁷ Diário Oficial da União de 04 de outubro de 1949. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2681411/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-10-1949>

¹⁸⁸ Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1949. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2705369/pg-11-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-10-1949>

Grollmann trabalhava com transportes de cargas entre as cidades de Imbituva, Curitiba e o Porto de Paranaguá, além de possuir outros empreendimentos comerciais em Imbituva.¹⁸⁹ Este dado pode ser complementado por outra nota encontrada no Diário Oficial da União, em que o mesmo solicita pagamento ao Tesouro Nacional da quantia de 250 cruzeiros “provenientes de transportes efetuados em 1943, por conta do Ministério da Guerra.”¹⁹⁰

Henrique Leopoldo Grollmann também fez parte da diretoria da Comunidade Luterana, pertencendo à comissão de finanças da igreja. A partir da análise de outros documentos, foi possível juntar maiores informações a respeito da testemunha mais solicitada nos casamentos luteranos ocorridos entre as décadas de 1940 e 1950; todavia, a informação que talvez responda ao questionamento sobre quais motivos levavam os noivos ou seus pais a escolherem este homem como padrinho de casamento, surgiu durante a entrevista realizada com Leony Scheidt.

Segundo a dona Leony, além de possuir o caminhão com qual fazia o transporte de cargas, o Grollmann possuía também um automóvel. E este parecia ser o motivo de tantos convites, pois como possuía carro, o padrinho levava a noiva para a igreja. Podemos aferir, portanto, que além de ser uma pessoa atuante na comunidade, já que era membro da diretoria, o fato que mais pesa a favor de sua escolha seria, entre outras coisas, a posse do automóvel – talvez não necessariamente pela posição financeira que isto representava mas, principalmente, por poder oferecer à noiva um conforto e até mesmo um *status* no momento da chegada à igreja para a cerimônia.

Eugenio Grollmann, que aparece em nossa listagem como sendo padrinho de cinco casamentos (entre os anos de 1945 a 1958), possuía uma casa de comércio na cidade e era irmão de Henrique; dessa forma, é possível conjecturar que a escolha tanto dele como de seu irmão como padrinhos, representava, sobretudo uma motivação utilitarista, tendo em vista o benefício que se tinha ao poder utilizar o automóvel para o transporte dos noivos. No entanto, como a família Grollmann era influente tanto no município como no interior da comunidade luterana, é possível supor que, para as novas famílias que estavam sendo formadas, estabelecer relações com os Grollmann poderia trazer algum benefício futuro, nem que fosse apenas simbólico.

189 Possuía serraria, comércio de secos e molhados, farmácias e indústria extrativa de madeiras brutas e seu beneficiamento. Conforme: MATOS, op. cit, p. 179-180.

190 Diário Oficial da União de 18 de maio de 1945. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2348366/pg-21-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-05-1945>

De acordo com informações obtidas — a partir da técnica de cruzamento nominativo —, no “Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Rio de Janeiro – 1891-1940”,¹⁹¹ foi possível verificar que a família Scheidt, representada no quadro por três nomes, Carlos Scheidt, Eduardo Scheidt e Frederico Scheidt Sobrinho, além da efetiva participação na fundação da comunidade luterana, possuía muitas posses e estabelecimentos na cidade.

Segundo a entrevista concedida por Leony Scheidt, Carlos e Eduardo Scheidt eram comerciantes na cidade. Já Frederico Scheidt Sobrinho era agricultor e foi, também, tesoureiro da comunidade luterana por vários anos. A partir desses poucos elementos é possível supor que estes senhores tinham prestígio dentro da comunidade ou que, por sua vez, eram responsáveis também pela oferta de empregos na cidade, o que poderia caracterizar relações, se não de efetivo clientelismo político, pelo menos de projeção social ou mesmo de proteção para a nova família, daí a escolha para padrinhos.

Três ex-prefeitos da cidade de Imbituva também figuram entre os prediletos para padrinhos de casamento. Theodoro Newton Diedrichs foi médico da Santa Casa de Misericórdia e posteriormente prefeito do município entre os anos de 1959 e 1963, além de presidente do Clube Atlético Imbituvense.¹⁹² Os dez casamentos (entre os anos de 1945 e 1957) em que Diedrichs figurou como padrinho, ocorreram antes de seu mandato; no entanto, outro fator, além do fato de exercer a medicina, pode explicar tantos convites: segundo Leony Scheidt, o doutor Diedrichs era meio irmão de Henrique e Eugenio Grollmann; dessa maneira, podemos conjecturar que também partilhava do mesmo prestígio que seu irmão Henrique Grollmann.

Miguel Pedroso Schroeder foi presidente do Clube Dramático do município e prefeito num período posterior ao delimitado para a pesquisa. Seu mandato se deu entre os anos de 1969 e 1973 e, da lista apresentada, é o único que não pertencia à igreja luterana. Schoreder era praticante do espiritismo kardecista e, também, membro de uma loja maçônica.¹⁹³ Este fator é importante de ser mencionado, uma vez que a doutrina luterana não aceita a maçonaria.¹⁹⁴ Evidente que, por não ser membro da comunidade, este fato tenha sido tolerado, e por este motivo, Miguel Schoroeder tenha sido aceito como testemunha de seis casamentos.

¹⁹¹Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=313394&PagFis=51865&Pesq=frederico+scheidt>

¹⁹² Conforme informações extraídas de biografias realizadas e gentilmente cedidas pelo professor Aglacir Ignês de Miranda (professor Miranda) membro da Academia de Letras, Artes e Ciências da Região Centro-Sul do Paraná (ALACS).

¹⁹³ Informações também obtidas através de biografia cedida pelo professor Miranda.

¹⁹⁴ A igreja luterana se posiciona da seguinte maneira em relação à maçonaria: “Diante do que vimos sobre a maçonaria [...], queremos mostrar porque um cristão convicto, especialmente o cristão luterano, não se filia à maçonaria. [...] Como cristãos, especialmente cristãos luteranos, não mantemos comunhão com organizações ou

José Bühner Junior, foi padrinho em apenas seis matrimônios; no entanto, foi delegado de polícia, vereador por duas vezes e prefeito de Imbituva por cinco mandatos que ocorreram entre os anos 1931 e 1969, bem como foi membro da comissão de finanças de comunidade luterana. Sua grande influência na cidade deve ter colaborado para que tenha figurado entre os padrinhos mais destacados na comunidade, uma vez que deveria conferir algum *status* ter sido apadrinhado por uma pessoa tão importante para o município.

Continuando com a nossa listagem, temos os irmãos Alfredo Alberto Venske e Frederico Guilherme Venske. De acordo com a entrevista concedida por Dolores Venske Tessali, filha de Alberto, este possuía muitos imóveis na cidade, era sócio de uma madeireira, possuía uma casa comercial, além de ser produtor e um dos principais exportadores de erva-mate do município. Já o irmão Frederico era pecuarista e possuía uma usina de leite. Ambos os irmãos foram membros da diretoria da comunidade luterana.

Quanto aos demais indivíduos arrolados no quadro, não foi possível extrair muitas informações a respeito, apenas alguns dados que nos permitem conhecê-los um pouco melhor. Germano Sponholz possuía um restaurante e um hotel na cidade e foi presidente da diretoria da igreja luterana durante vários anos. Jacob Stadler era agricultor e, segundo as entrevistas, era também “capitalista”, ou seja, emprestava dinheiro a juros. Adolfo Hilgemberg era barbeiro de profissão e também possuía a única agência de ônibus da cidade. Nilton Eidam possuía, junto com o pai e com o irmão, uma selaria no centro da cidade. E, por fim, temos Henrique Müller. De acordo com a entrevista com Dolores Venske, era dono de serraria no município de Candói – na época, distrito de Guarapuava –, além de possuir vários imóveis em Imbituva.

Estes dados são reveladores de características, de certa forma, comuns a todos estes quinze homens que figuraram em nosso quadro como preferidos dos noivos da comunidade. Podemos destacar que todos exerciam alguma influência, tanto dentro como fora da comunidade luterana e, sobretudo, eram pessoas de certas posses. Outro fator importante de se destacar é a origem étnica comum a todos eles. Como podemos verificar, apenas por uma análise preliminar do sobrenome desses homens, todos eram de ascendência germânica. O que, mais uma vez, pode caracterizar a endogamia do grupo, até mesmo na escolha das testemunhas de casamento, privilegiando, assim, pessoas de origem teuto-brasileira.

Além disso, foi possível verificar que havia uma transmissão de prestígio entre algumas famílias, uma vez que vários membros de uma mesma família estavam presentes

sociedades, quer abertas ou secretas, declaradamente religiosas ou que praticam certa espiritualidade.” Disponível em: <http://www.ielb.org.br/maconaria-x-igreja-crista?showall=&start=6>.

como testemunhas. Outro fator de destaque fica por conta da presença de um não luterano figurando como padrinho em vários casamentos. Este fato demonstra que pertencer à religião luterana não era necessariamente um pré-requisito para ser padrinho, desde que a pessoa tivesse alguma influência na comunidade. É possível, portanto, conjecturar que estes homens fossem considerados como um modelo a ser seguido pelo grupo.

Com relação às poucas mulheres arroladas como testemunhas, também foi possível montar um quadro – que segue abaixo –, para apresentar as que tiveram maior participação como madrinhas nos casamentos da comunidade. Como já mencionado anteriormente, o número total de mulheres arroladas foi de 183, sendo que, destas, 21 apareceram duas vezes e 108 apenas uma vez. Devido a amostra ser consideravelmente menor que a formada pelos homens, o critério utilizado para figurar na lista foi ter testemunhado acima de três matrimônios.

Tabela 8 – Relação de testemunhas do sexo feminino e quantidade de casamentos em que participou (1943-1959).

| Madrinha | Quantidade | Marido |
|--------------------|-------------------|----------------------------|
| Ida Grollmann | 6 | Henrique Grollmann |
| Nadir Grollmann | 4 | Eugenio Grollmann |
| Tereza Scheidt | 4 | Carlos Scheidt |
| Hilda Hilgemberg | 4 | Adolfo Hilgemberg |
| Rosa Felde Scheidt | 3 | Frederico Scheidt Sobrinho |
| Consuelo Diedrichs | 3 | Theodoro Newton Diedrichs |
| Edite Müller | 3 | Henrique Müller |
| Lurdes Venske | 3 | Ayrton Venske |
| Rosa Maria Eidam | 3 | Nilton Eidam |
| Total: 9 | 33 | Total: 9 |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Para este quadro, além do nome da madrinha e frequência em que foi testemunha, também foi colocado o nome de seu marido. Apesar de as mulheres aparecem com menos frequência como testemunhas de casamento, como é possível observar, não é coincidência o fato de todas elas terem seus cônjuges arrolados no quadro anteriormente citado. Isso demonstra, mais uma vez, que a escolha dos padrinhos se dava majoritariamente entre algumas poucas famílias eleitas na comunidade.

Sobre essas mulheres, curiosamente, não foi possível coletar informações, além do fato de serem casadas com homens importantes para a comunidade luterana de Imbituva. Mesmo quando questionados especificamente sobre as mulheres, os entrevistados nada sabiam dizer, apenas que estas eram donas de casa. A partir disso, é possível conjecturar que ao escolher esses casais, os noivos demonstravam “que ser casado revelaria um *status* diferenciado, era como se a atuação dos padrinhos (e das madrinhas) na cerimônia nupcial endossasse a decisão de os noivos passarem de uma categoria a outra.”¹⁹⁵

As poucas informações levantadas a respeito de todos os indivíduos arrolados em ambos os quadros nos levam a crer que esses casais, escolhidos para padrinhos de casamentos, pertenciam à geração dos pais dos noivos; ou seja, isto demonstra que a escolha se dava muito mais a partir das relações estabelecidas entre as famílias e que, a partir do matrimônio, poderiam ser fortalecidas, do que pelos laços de amizade firmados pelos próprios noivos.

Compreender a formação das famílias no interior da comunidade luterana é o objetivo primordial desse trabalho; no entanto, antes de se aventurar pelos elementos constitutivos da vida conjugal dos noivos, foi necessária uma investigação da vida comunitária partilhada por estes homens e mulheres que resolveram se casar entre as décadas de 1940 e 1950 no interior do Estado do Paraná e que então se tornaram os personagens principais dessas páginas.

Como, quando e sob os olhares de quem se casavam os jovens luteranos de Imbituva? Estas foram as questões que nortearam o presente capítulo. E, apesar de conter poucas informações acerca desses matrimônios, a documentação nos permitiu apresentar alguns dados que puderam ser analisados à luz de algumas questões propostas geralmente pela Demografia Histórica e pela História Social, para, assim, podermos conhecer algumas características desse grupo de descendentes de imigrantes, que tiveram durante o complicado período da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, o período da política varguista no Brasil, que reorganizar suas vidas comunitárias em uma nova doutrina luterana.

Foi possível perceber, por exemplo, algumas preferências no momento da escolha dos noivos. Vimos que houve, para o período estudado na comunidade luterana escolhas que demonstram que o grupo organizava-se em função de regras de endogamia, ou seja, a busca pelo par se dava majoritariamente na mesma localidade de residência, numa mesma faixa etária e, também, na mesma origem étnica, ou seja, teuto-brasileira. Essa endogamia pode ser

¹⁹⁵ NADALIN, op cit, p. 10.

também verificada a partir da escolha das testemunhas de casamento, uma vez que a predileção se deu principalmente entre as pessoas que também possuíam ascendência germânica. Infelizmente, os dados até o momento apresentados ainda não nos permitem afirmar categoricamente se havia realmente uma identidade germânica ou teuto-brasileira no grupo em questão; contudo, não podemos deixar de lado que as preferências de escolha da comunidade, evidenciadas a partir das análises da documentação, demonstram que, além do fator religioso ser um elemento aglutinador esse grupo, existiam outros fatores que também influenciavam na identidade desses membros.

Outra questão interessante verificada na comunidade diz respeito à distribuição sazonal dos casamentos. Foi possível perceber uma grande influência cultural do meio – sobretudo, em relação aos meses menos preferidos para a realização das bodas. Na comunidade de Imbituva, verificou-se uma menor predileção pela realização de casamentos entre os meses de fevereiro e março, que na doutrina católica corresponde ao período da quaresma, período este de contrição e respeito e que não são permitidos festejos. Como sabemos, a doutrina luterana não prevê nenhum tipo de interdição a esse respeito. Portanto, este comportamento dos luteranos de Imbituva só pode ser explicado a partir de uma influência do meio, uma vez que a maioria da população de Imbituva professava a religião católica.

Temos consciência de que as questões levantadas aqui e as respostas obtidas a partir da documentação não esgotam as possibilidades de análise a respeito desse grupo de luteranos residentes no interior do Estado do Paraná. No entanto, já foi possível conhecer alguns comportamentos e características dessa comunidade e que podem ser indicadores da identidade do grupo.

Neste capítulo nosso foco incidiu, sobretudo, nas relações e na vida comunitária desses jovens casais que contraíram matrimônio na congregação luterana de Imbituva. A seguir – no terceiro e último capítulo da dissertação – intencionamos adentrar na intimidade desses casais que, após o enlace matrimonial, geraram filhos. As questões concernentes aos nascimentos e batismos no interior da comunidade nos permitirão compreender outros aspectos referentes à religião, cultura, identidade e bens simbólicos do grupo.

CAPÍTULO 3

“CRESCER E MULTIPLICAR-VÓS”: OS NASCIMENTOS E BATISMOS NA COMUNIDADE LUTERANA DE IMBITUVA

*Ó Deus da graça, Deus de amor,/ recebe a
criança, é teu penhor./ Protege-a neste triste
val/ do vil pecado e do mal./ Unida à tua santa
grei,/ faze-a crescer em tua Lei./ Em sua vida
possa ser/ fiel a Cristo até morrer.¹⁹⁶*

No segundo capítulo da presente dissertação o objetivo foi demonstrar alguns aspectos da constituição das 223 novas famílias que foram formadas em matrimônio na Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição da cidade de Imbituva. Estes casais – depois do enlace matrimonial, ou até mesmo antes –, produziram filhos, que após seu nascimento passaram pelo primeiro e rito de passagem da vida, – do ponto de vista religioso é o fundamento de toda a vida cristã – de um indivíduo, o Batismo¹⁹⁷. Este sacramento abre as portas para a entrada da criança na vida religiosa, expurgando o Pecado Original¹⁹⁸ herdado por todos os homens a partir de Adão e Eva e, assim, oferece a graça de Deus, opera a fé e o transforma em filho de Deus e em novo membro do corpo da Igreja de Jesus Cristo. O Batismo é o meio da graça pelo qual os homens deixam de ser impuros e, “por ordem de Cristo [...] entram em comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo.”¹⁹⁹ Além da função

¹⁹⁶ Primeira e segunda estrofes do Hino 254 do Hinário Luterano. IELB. Porto Alegre: Editora Concórdia, s/d.

¹⁹⁷ “[...] O batismo reproduzia e consumava simbolicamente o processo do nascimento. Nele, o nascimento enquanto fato da natureza, era sobreposto por outro da cultura. Sem que se renascesse em espírito, não era possível ingressar no reino dos céus, tampouco ser acolhido no mundo terreno. Para a crença do catolicismo, portanto, aqueles que ainda não receberam o sacramento, gozavam de uma existência profana. Apenas através deste ritual que se fazia a passagem de um mundo ao outro.” In: NACIF, Paulo Cesar Miranda. **Padrinhos, afilhados e compadres:** apontamentos sobre o parentesco espiritual contraído pelo ritual católico do batismo no âmbito do Antigo Regime. Anais do XXVII Encontro Nacional de História – ANPUH. Natal, julho de 2013, p. 4.

¹⁹⁸ “[...] depois da queda de Adão todos os homens, propagados segundo a natureza nascem com pecado, isto é, sem temor de Deus, sem confiança em Deus, e com concupiscência, e que essa enfermidade ou vício original verdadeiramente é pecado, que condena e traz morte eterna ainda agora aos que não renascem pelo Batismo e pelo Espírito Santo.” **Confissão de Augsburgo**, Art, II, p. 6.

¹⁹⁹ KOEHLER, op cit, p. 152.

espiritual de purificá-la do pecado²⁰⁰ o Batismo tem o objetivo de apresentar esse novo membro à comunidade secular e também ao reino de Deus e iniciá-la na fé cristã.

Dessa maneira, o terceiro e último capítulo da presente dissertação tratará da análise dos nascimentos e batismos oriundos dos ciclos matrimoniais estabelecidos na comunidade no período compreendido pela coorte de casais selecionada para a pesquisa e já trabalhados anteriormente no segundo capítulo. A partir da documentação disponível, foi possível reconstituir, mais especificamente, localizar os nascimentos oriundos de 171 famílias dos 223 matrimônios realizados na comunidade luterana entre os anos de 1943 a 1959, o que representou 567 nascimentos e, por conseguinte, batismos.

As questões concernentes aos nascimentos e batismos no interior da comunidade nos permitirão adentrar na intimidade desses casais e compreender outros aspectos referentes à religião, cultura e bens simbólicos desse grupo. Tencionamos apresentar dados referentes à sazonalidade das concepções e batismos realizados no seio do grupo, que pode ser considerada como um fator importante para se compreender os costumes e crenças da comunidade, bem como refletir suas tradições e mentalidades religiosas. Primeiramente, será necessário, no entanto, discutir brevemente de que forma o sacramento do batismo é compreendido pelas religiões católica e luterana e o que este sacramento representa na vida do cristão luterano. Além desses elementos, a primeira parte desse capítulo contará também com um subitem que tratará especificamente da idade das crianças ao serem levadas à pia batismal.

Em seguida, passaremos à análise das relações de compadrio estabelecidas no interior da comunidade a partir do batismo. Ao contrário da Igreja Católica, na Igreja Luterana o compadrio não estabelece uma relação de parentesco espiritual; no entanto, a figura do padrinho é importante no ato batismal. Podemos considerar que as relações sociais estabelecidas no interior da comunidade serão fundamentais para compreender os espaços de sociabilidade do grupo, bem como quais os critérios para escolha desses padrinhos, como se determinariam as características desse mercado e quais as diferenças do mercado de padrinhos de casamento – já apresentado anteriormente – e de padrinhos de batismo.

E, finalmente, para encerrar este último capítulo, pretendemos compreender e identificar se haveriam traços de etnicidade nesse grupo de descendentes de russos-alemães. Estas análises terão como fundamento metodológico o estudo da atribuição dos nomes de batismo, arrolados dos respectivos registros. Será possível, portanto, verificar, por exemplo,

²⁰⁰ “As crianças – depois da queda do homem em pecado – nascem pecadoras. Elas necessitam, portanto, do renascimento: ‘O que é nascido da carne é carne’ (Jo. 3.6). Carne significa [...] a natureza corrompida e pecaminosa do homem pecador, aquela natureza com a qual ele já nasce.” ROTTMANN, Johannes H. **Batismo de crianças**. 3ed. Porto Alegre: Concórdia, 2011, p.12.

se a prática de transmissão dos nomes de batismo foi utilizada para a construção de um sentimento de pertencimento, ou identidade étnica no período conturbado da Segunda Guerra Mundial e as políticas do Estado Novo que culminou na mudança de Sínodo religioso da comunidade.

3.1 – O Sacramento do Batismo para católicos e luteranos

Entre as igrejas cristãs podemos encontrar algumas diferenças no entendimento e até mesmo na forma como o batismo é administrado; contudo, entre as duas maiores religiões cristãs, a Católica e a Evangélica, que reúne Luteranos, Batistas, Metodistas e principalmente, pentecostais e outras denominações. Contudo, entre o catolicismo e o luteranismo, podemos dizer que há um consenso em relação à maioria dos elementos que envolvem este Sacramento, sobretudo, porque os evangélicos têm suas raízes na Igreja Católica Romana.

Com o advento da Reforma Protestante, a Igreja Católica, a partir da segunda metade do século XVI, estabelece uma legislação eclesiástica mais rígida com a realização do Concílio de Trento (1545-1563). Nesse contexto, um conjunto de normas é criado para a reafirmação da finalidade e da importância de cada um dos sete sacramentos, em resposta, portanto, aos escritos de Lutero.

A respeito do Sacramento do Batismo foram redigidos quatorze cânones que estabeleciam quais eram as normas para o ritual do sacramento e, sobretudo, quais punições deveriam ser administradas a quem fosse negá-las ou duvidasse da legitimidade de tais normas. Além dos cânones sobre o sacramento do Batismo, foi determinado neste concílio um decreto específico sobre o “pecado original”, para que assim os dogmas e a fé católica fossem preservados²⁰¹.

²⁰¹ “Para que nossa santa fé católica, sem a qual é impossível agradar a Deus, purgada de todo erro, se conserve inteira e pura em sua sinceridade, e para que não flutue no povo cristão todos os ventos de novas doutrinas, e, sabendo que a antiga serpente, inimiga perpétua do ser humano, entre muitíssimos males que em nossos dias perturbam a Igreja de Deus, além de ter suscitado novas heresias, também levantou antigas sobre o pecado original e seu remédio, o Sacrossanto Ecumênico e Geral Concílio de Trento, congregado legitimamente no Espírito Santo, e presidido pelos mesmos três Legados da Sé Apostólica, resolveu então empreender o rebaixamento dos que estão errados e confirmar os que seguem os testemunhos da Sagrada Escritura, dos santos Padres e dos concílios melhor recebidos, e dos ditames e consentimento da mesma Igreja, estabelece confessa e declara estes dogmas sobre o pecado original.” Concílio de Trento. Disponível em: <http://agnusdei.50webs.com/trento8.htm>.

De acordo com esse decreto, nenhuma pessoa poderia colocar em dúvida a legitimidade do pecado original; ou seja, não se poderia negar que, ao cair em tentação no paraíso, Adão e Eva perderam a santidade que possuíam. Além disso, não seria somente eles, mas toda a sua descendência, comprometida: portanto, portadores da mácula do pecado perante Deus. Assim, todas as crianças deveriam ser batizadas com a intenção de purificá-las desse pecado – mesmo que seus pais tenham sido batizados –, e de quaisquer outros que foram cometidos antes da administração desse Sacramento. Quem por ventura negasse as afirmações desse decreto sofreria uma punição na forma de excomunhão da Igreja Católica.

Como já mencionado, no que se refere ao Batismo, as religiões católica e luterana possuem um entendimento muito próximo dos elementos que envolvem esse Sacramento. No entanto, no que diz respeito especificamente ao pecado original, podemos destacar que, entre os luteranos, há uma diferença primordial no entendimento da absolvição desse pecado recebida pela criança no ato do batismo.

O catolicismo limita a eficácia salvadora do Batismo, ensinando que ele só perdoa o pecado original e os pecados cometidos antes do Batismo. [...] Desta maneira, a doutrina priva o pecador do conforto duradouro que o Batismo oferece. O concerto e a promessa do Batismo cobrem a vida inteira do cristão e, em qualquer tempo, mesmo na velhice, pode confortar-se com a certeza da graça de Deus, que lhe foi assegurada no Batismo.²⁰²

Nesse ponto podemos ver, então, uma clara divergência nos posicionamentos das duas doutrinas religiosas. O luteranismo prega que, ao ser batizada, a criança não só é absolvida do pecado original, como também recebe a fé em Jesus Cristo, além de receber, da mesma forma através da graça de Deus, a salvação eterna²⁰³. A Igreja Católica, por outro lado, acredita que somente o pecado original é expurgado no ato do batismo e que a salvação da alma está condicionada à administração dos outros sacramentos, de uma vida santificada e da realização de boas obras.

Os cânones a respeito do Sacramento do Batismo estabelecidos pela Igreja Católica a partir do Concílio de Trento apresentavam um caráter geral em toda a Europa católica. Uma das principais determinações seguidas à risca era a administração do Batismo ao recém nascido, o mais rápido possível.

²⁰² KOEHLER, op cit, p. 154.

²⁰³ A Igreja Luterana baseia sua doutrina do sacramento do batismo a partir do seguinte trecho bíblico contido no evangelho de Marcos: “Quem crer e for batizado será salvo.” Mc 16:16.

[...] batizar o recém-nascido o mais cedo possível constitui, aos olhos da Igreja, o primeiro dever dos pais em relação aos filhos. [...] Durante muito tempo as autoridades eclesiásticas aceitaram períodos muito longos entre o nascimento e a administração do batismo. No final da Idade Média começam a preocupar-se com o destino de tantas crianças falecidas sem batismo, numa época em que uma em cada quatro morre antes de completar 1 ano, impondo aos pais o batismo dos filhos num curto espaço de tempo após o nascimento.²⁰⁴

Como podemos ver neste excerto, a prescrição devia-se à alta mortalidade infantil, e o medo que a criança morresse sem receber o Sacramento de purificação do Batismo e não poder ascender ao Paraíso era generalizado. De acordo com a doutrina católica, por não receber o batismo, a criança não seria cristã; portanto, seu corpo deveria ser enterrado fora do solo consagrado do cemitério, e a sua alma seria condenada a permanecer no Limbo pela eternidade. “O batismo tornou-se o indispensável passaporte para o Além.”²⁰⁵ Podemos considerar que o Limbo – que literalmente significa margem – consistia num patamar neutro, ou seja, não era propriamente o Céu para onde eram encaminhadas as almas das pessoas sem que receberam a salvação eterna, nem o Purgatório, onde se encontravam as almas das pessoas arrependidas de seus pecados e que possuíam oportunidade de se prepararem para o Paraíso. Tampouco, o Inferno, onde o castigo eterno era administrado aos pecadores. A alma encaminhada ao Limbo simplesmente permaneceria nesse local sem possibilidade alguma de mobilidade.

Neste ponto, podemos mais uma vez apresentar uma diferença crucial entre as doutrinas católica e luterana. Para a religião luterana a criança²⁰⁶ que não recebe o batismo não está condenada eternamente:

O Batismo é necessário porque o Senhor o instituiu e ordenou que todas as nações sejam batizadas. É necessário porque é meio da graça. Mas não é absolutamente necessário no sentido de que, sem ele, a pessoa não possa obter a graça, ou pelo menos não a graça inteira. [...] A fé, sendo o único meio pelo qual podemos aceitar a graça de Deus, é absolutamente necessária para a salvação, ao passo que o Batismo não é necessidade absoluta, porque não é o único meio pelo qual essa graça é oferecida. Aquele que não pode

²⁰⁴ LEBRUN, François. O sacerdote, o príncipe e a família. In: BURGUIÈRE, André (et al). **História da Família**. O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa. Lisboa: Terramar, 1998, p. 88.

²⁰⁵ Idem, p. 88.

²⁰⁶ “Com respeito a crianças não batizadas temos razão para supor que, assim como no Antigo Testamento as meninas eram recebidas no concerto sem a circuncisão, assim Deus tem um modo de salvar infantes de pais cristãos caso faleçam antes que seja possível batizá-los.” KOEHLER, op. Cit, p. 153.

ser batizado, mas crê no evangelho, será salvo. O que condena é a incredulidade.²⁰⁷

Em relação ao tempo que o Sacramento do Batismo deveria ser administrado na criança também podemos verificar diferenças entre as práticas católica e luterana. Como já mencionado, até meados do século XX a mortalidade infantil e neonatal era uma constante; dessa maneira, “[...] a criança deve ser levada logo à pia batismal, para assegurar sua saúde e sobreviver à primeira e mais difícil fase de sobrevivência.”²⁰⁸ Assim sendo, de acordo com a doutrina católica, a criança deveria receber o batismo o quanto antes, “[...] no próprio dia do nascimento ou no dia seguinte, muito raramente dois dias depois.”²⁰⁹ Até o final do século XIX havia uma determinação que a administração do sacramento do batismo deveria ser realizada tão logo a criança nascesse. Segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia:

Como seja muito perigoso dilatar o Baptismo das crianças, com o qual paixão do estado de culpa ao da graça, e morrendo sem elle perdem a salvação, mandamos, conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam baptizadas até os oitos dias depois de nascidas; e que seu pai, ou mãe, ou quem délias tiver cuidado as fação baptizar nas pias baptismas das Parochias, d'onde forem freguezes.²¹⁰

Entre os protestantes, mais propriamente dito, entre os luteranos, podemos destacar que não havia essa determinação de que o batismo fosse administrado imediatamente após o nascimento do bebê. Sugeria-se que as crianças nascidas durante a semana fossem batizadas em conjunto no domingo seguinte, durante a celebração do culto, antes da realização do sermão.²¹¹

²⁰⁷ KOEHLER, op. cit, p. 155.

²⁰⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: terra e população.** Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986, p. 202. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=euBqkmaJAzEC&pg=PA6&lpg=PA6&dq=MARC%C3%84DLIO,+Maria+Luiza.+Cai%C3%A7ara;+terra+e+popula%C3%A7%C3%A3o.+S%C3%A3o+Paulo;+Paulinas/CEDHAL:+1986&source=bl&ots=PgVB0RkBAg&sig=69XFjVW-WreMFVDyjfIq1PQ8Qc0&hl=pt-BR&sa=X&ei=p0_vU4yNFcWxyQSpqICoBQ&ved=0CBwQ6AEwAA#v=onepage&q=MARC%C3%84DLIO%2C%20Maria%20Luiza.%20Cai%C3%A7ara%3B%20terra%20e%20popula%C3%A7%C3%A3o.%20S%C3%A3o%20Paulo%3B%20Paulinas%2FCEDHAL%3A%201986&f=false

²⁰⁹ LEBRUN, op. Cit, p. 89.

²¹⁰ VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007, p. 14.

²¹¹ Conforme LEBRUN, François. **A vida conjugal do Antigo Regime.** Lisboa: Edições Rolim, s/d, p. 115.

Entre os católicos, esse temor de que se a criança morresse sem a administração de tal Sacramento permaneceria pela eternidade no limbo, promoveu e disseminou a prática do batismo provisório, ou seja, o batismo *sub conditione*. Devido às altíssimas taxas de mortalidade neonatal em função das precárias condições de higiene no momento do parto, a Igreja Católica permitia a administração de uma bênção provisória à criança que nascesse com risco de morrer. Como se trata de uma bênção temporária, este ato não tinha caráter de sacramento – dessa maneira, a criança não estaria devidamente batizada. Caso sobrevivesse, esta deveria ser levada o quanto antes para que um pároco lhe administrasse o sacramento de forma válida.

Entre os luteranos essa prática também existia – e ainda existe – e se chamava batismo de emergência. Nessas condições qualquer pessoa cristã poderia e deveria administrar o sacramento. Exigia-se que fosse realizado com água e proferido da seguinte forma:

Oração conjunta do Pai Nosso. Em seguida dirá o que batiza: Ó amado Senhor Jesus Cristo, a teu mandado oferecemos-te esta criancinha. Recebe-a e permite que seja herdeira do teu Reino, conforme disseste: ‘Deixai vir a mim os pequeninos, não os embarceis, porque dos tais é o Reino de Deus. Amém. Batiza-se então com as palavras: Eu te batizo em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Amém.’²¹²

Caso haja receio de que a forma acima citada seja muito extensa e a criança não venha a resistir há a possibilidade de apenas dizer a fórmula trinitária “Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. Da mesma forma que na Igreja Católica, se a criança sobreviver, posteriormente o batismo deveria ser devidamente registrado na congregação e a criança deveria ser formalmente apresentada à comunidade. Contudo, o batismo não precisaria ser administrado novamente, pois o primeiro já seria considerado válido.

A partir dessa breve explanação acerca do Sacramento do Batismo para as Igrejas Católica e Luterana, podemos verificar que suas doutrinas aproximam-se em vários aspectos; sobretudo no que diz respeito à forma e aos elementos que devem estar presentes no ato batismal, ambas as igrejas cristãs estão de comum acordo. Além disso, podemos mencionar também que estas igrejas reconhecem o batismo uma da outra, como corretos. Ou seja, se uma criança for batizada, por exemplo, na Igreja Católica o batismo é válido na Igreja Luterana e vice e versa. “O Batismo realizado numa igreja que batiza de acordo com a Ordem de Cristo,

²¹² KOEHLER, op. Cit, p. 154.

no nome do Deus Triúno, deve ser considerado válido. Assim, o Batismo católico é válido quanto a sua essência.”²¹³ Da mesma forma a Igreja Católica reconhece que “diversas Igrejas batizam, sem dúvida, validamente; por esta razão, um cristão batizado numa delas não pode ser normalmente rebatizado, nem sequer sob condição”²¹⁴ e, nesse caso, menciona as igrejas de matriz luterana.

Poucas são as diferenças encontradas nas doutrinas dessas duas igrejas com relação ao ato batismal em si. Basicamente, podemos verificar uma discrepância no entendimento que ambas fazem do tipo de perdão ao pecado original, que é concedido à criança ao receber este sacramento. Contudo, no que diz respeito à importância religiosa e também social, podemos considerar que as duas igrejas partilham dos mesmos conceitos.

Apresentar, ainda que brevemente, as aproximações e distanciamentos dessas duas doutrinas cristãs a respeito do Sacramento do Batismo se faz necessário, para que possamos identificar a importância desse ato na vida de um cristão e de que maneira a administração deste primeiro rito de passagem pode evidenciar características culturais de um grupo específico.

Nas próximas páginas, pretendemos apresentar os nascimentos e batismos oriundos da maior parte dos ciclos matrimoniais estabelecidos na Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição de Imbituva entre os anos de 1943 a 1959 e localizados na documentação paroquial disponível. A partir dos dados extraídos dos registros foi possível a construção de gráficos que nos auxiliarão a melhor compreender a comunidade em questão.

3.2 – Na pia batismal: As características dos nascimentos e dos batismos entre os luteranos de Imbituva

No capítulo anterior da presente dissertação apresentamos os 223 matrimônios realizados na Comunidade Evangélica Luterana de Imbituva entre os anos de 1943 a 1959. A partir dos dados extraídos da documentação disponível nos foi possível conhecer algumas características do mercado matrimonial existente nessa comunidade, bem como alguns elementos que demonstravam traços culturais desse grupo de descendentes de teuto-brasileiros como, por exemplo, a média de idade com que os jovens contraíam suas núpcias, quais épocas do ano prediletas ou rejeitadas para a realização das bodas, entre outros aspectos

²¹³ Idem, p. 155.

²¹⁴ Conforme: <http://www.veritatis.com.br/direito-canonical/dir-sacramental/1147-instrucoes-do-codigo-canonical-sobre-o-batismo>.

relevantes para que possamos compreender a dinâmica dessa parcela da população deste pequeno município localizado no interior do Estado do Paraná.

Neste terceiro capítulo pretendemos deixar um pouco de lado a vida comunitária desses jovens recém-casados, e penetrar em suas intimidades. Ou seja, passaremos à análise de suas vidas após o momento do matrimônio. Como já mencionado, esses casais após contraírem matrimônio²¹⁵ geraram filhos, que então foram submetidos ao primeiro rito de passagem da vida cristã, o batismo. Dessa forma, a partir dos registros de batismos das crianças da comunidade luterana foi possível verificar outros elementos que não somente os ligados às questões religiosas, como também adentrarmos na intimidade dessas famílias.

Os nascimentos correspondentes às uniões realizadas na comunidade luterana totalizaram 567 crianças nascidas entre os anos de 1943 a 1964. Dessa maneira, os dados aqui apresentados correspondem a esse universo. É importante mencionar a forma como essa fonte se apresenta. Da mesma maneira que os registros de casamento, os registros de batismos possuem o formato de tabela ou formulário em que constam o nome da criança, data e lugar de nascimento e batismo, nome dos pais e testemunhas.

Como já mencionado anteriormente, entre os católicos havia uma determinação a respeito da data em que a criança deveria receber o batismo. Esse sacramento deveria ser administrado impreterivelmente dentro de um intervalo de oito dias, e caso essa determinação não fosse seguida haveria a aplicação de uma multa em dinheiro aos pais da criança.²¹⁶ Entre os luteranos, em contrapartida não havia uma determinação expressa do momento em que a criança deveria ser batizada, mas esperava-se que as crianças nascidas durante a semana fossem levadas à pia batismal no domingo seguinte e o sacramento seria então administrado durante o culto.²¹⁷

Em relação aos dados extraídos da documentação da comunidade luterana de Imbituva, primeiramente, vamos analisar a distribuição sazonal das concepções, dos nascimentos e dos batismos. Para que possamos compreender melhor a distribuição mensal desses eventos, foi elaborado um gráfico de escala aritmética, nos mesmos moldes dos gráficos e tabelas já apresentados no capítulo anterior. A metodologia empregada foi,

²¹⁵ Não podemos deixar de mencionar os casos em que os casais já possuíam filhos mesmo antes da oficialização do casamento.

²¹⁶ Conforme NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia**: elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004, p. 44.

²¹⁷ Conforme LEBRUN, op. Cit, p. 115. Ainda hoje, não há uma determinação expressa entre as igrejas luteranas a respeito da idade com a qual a criança tenha que receber o sacramento do batismo, espera-se apenas, que ele seja administrado o quanto antes, contudo, essa “sugestão” também não é uma prática constante.

portanto, a mesma, como poderemos ver na tabela,²¹⁸ abaixo preenchida com os dados obtidos nos registros da comunidade luterana:

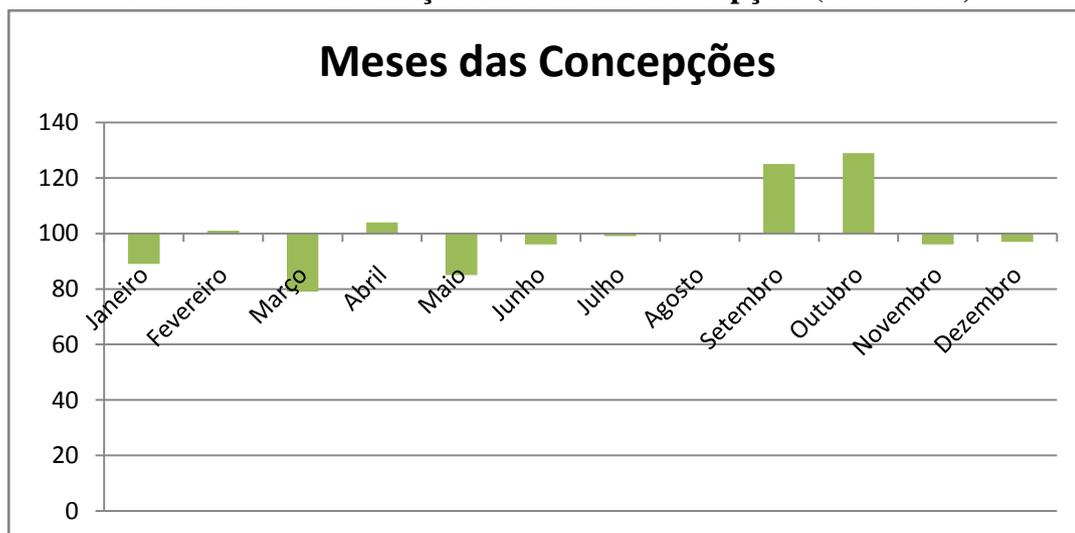
Tabela 09 – Distribuição Mensal das Concepções e Nascimentos (1943-1964)

| Meses de nascimento e concepções correspondentes | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|-------|------|------|------|------|-----|------|-----|------|------|------|-------|
| Nascimentos | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL |
| Concepções | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | JAN | FEV | MAR | |
| Nº ABSOLUTOS | 50 | 37 | 46 | 46 | 48 | 58 | 62 | 46 | 45 | 43 | 47 | 38 | 567 |
| DIVISOR | 31 | 28,24 | 31 | 30 | 31 | 30 | 31 | 31 | 30 | 31 | 30 | 31 | |
| Nº POR DIA | 1,61 | 1,31 | 1,48 | 1,53 | 1,54 | 1,93 | 2 | 1,48 | 1,5 | 1,38 | 1,56 | 1,22 | 18,54 |
| Nº PROPORCIONAIS | 104 | 85 | 96 | 99 | 100 | 125 | 129 | 96 | 97 | 89 | 101 | 79 | 1200 |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Da mesma forma que o ocorrido com os casamentos, faz-se necessário enfatizar que não foi possível efetuar uma divisão dos nascimentos em dois ou mais períodos, pois poderíamos correr o risco de pulverizar demasiadamente os dados, e a possibilidade de aleatoriedade das informações seria muito provável, distorcendo ou até mesmo inviabilizando a análise. Os números organizados no quadro deram origem ao gráfico a seguir. A partir dele, é mais fácil verificar a distribuição anual dos nascimentos oriundos das uniões matrimoniais, ou coorte de casais delimitadas para esta pesquisa. É necessário frisar, como já mencionado, que os nascimentos foram organizados em uma média de 100 ocorrências; dessa maneira, quanto mais acima desse número maior a concentração e conseqüentemente, quanto mais abaixo de 100, menor a concentração no mês correspondente. Vejamos então como se distribuíram mensalmente as concepções dos 567 bebês luteranos nascidos entre os anos de 1943 a 1964:

²¹⁸ Modelo extraído de FLEURY, Michel e HENRY, Louis. **Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancién** [1ª.ed]. Paris: INED, 1965. p. 104.

Gráfico 07 – Distribuição Sazonal das Concepções (1943-1964)

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

É possível verificar, através do gráfico, que houve uma maior concentração das concepções nos meses de setembro e outubro, determinando, assim, um acúmulo dos nascimentos entre os meses de junho e julho. A partir desses dados é possível lançar algumas perguntas a respeito do comportamento desses casais luteranos. Se houve uma retração significativa das concepções nos meses de janeiro, março e maio, é possível constatar menor fecundidade dos casais neste período? Quais seriam essas razões, nas quais seriam inseridas a menor frequência das relações sexuais? Para o mês de março é possível lançar a hipótese de um respeito ao período da quaresma. Como já mencionado no capítulo anterior, os luteranos não tem a tradição de “guardar” a quaresma, contudo, como foi possível verificar na questão dos casamentos, a cultura local determinou que os casamentos não fossem realizados nesse período. Por se tratar especificamente de um período de penitência, é possível que os casais – por conta desse contato cultural – não fizessem sexo como forma de penitência ou respeito. Quanto aos outros dois meses mencionados, não foi possível verificar as razões para essa provável diminuição das atividades sexuais dos casais; todavia, é uma questão interessante a ser pensada. Os meses de maiores concepções foram setembro e outubro, é possível asseverar que como se trabalhava muitos nos meses anteriores, sobretudo, em agosto, após o término do beneficiamento da erva-mate, haveria então mais tempo para os casais permanecerem juntos. Quanto aos demais meses do ano, podemos verificar que há uma distribuição praticamente homogênea durante todo o ano dos nascimentos na comunidade luterana. Mesmo em se tratando dos meses em que houve menos ocorrências, estas estiveram sempre muito próximas de 100 em todos os meses.

Como sabemos, a fonte paroquial não foi ou é produzida com os fins que nós historiadores damos a ela, pois tem a função primordial de registrar os eventos ocorridos na comunidade. Porém, sabemos que, ao nos debruçarmos nesse tipo de documentação, a fonte pode nos ajudar a responder outros tipos de questões. Dessa maneira, os registros nos permitem também adentrar na interior das casas dos membros da comunidade e conhecê-los mais a fundo.²¹⁹

Tendo em vista o fato de estarmos adentrando na intimidade desses casais e estarmos analisando os meses de maior concentração dos nascimentos, podemos apresentar logo em seguida também um gráfico com os intervalos existentes entre o casamento e o nascimento do primeiro filho desses jovens casais. A partir desses elementos poderemos verificar, por exemplo, aspectos referentes à fecundidade das mulheres, se os noivos já praticavam relações sexuais antes do casamento, e levando em consideração o intervalo existente entre o casamento e o nascimento do primeiro filho – quanto maior for esse período – podemos conjecturar que o uso de métodos contraceptivos estava sendo realizado.

Dessa forma, no gráfico a seguir consta o intervalo entre a realização do casamento e o nascimento do primeiro filho no universo de 171 casais em que foi possível encontrar o registro batismal e realizar o cruzamento de dados com os registros matrimoniais.

Para uma melhor visualização e compreensão dos dados, os nascimentos estão separados em antes do casamento (A) e depois do casamento (D). Foi feita uma demarcação no gráfico para diferenciar os nascimentos ocorridos antes da realização do matrimônio, os filhos concebidos antes, mas que nasceram após a realização do mesmo, e os filhos nascidos após o casamento, como podemos ver a seguir. Mais uma vez não foi possível dividir esses dados em dois ou mais períodos, tendo em vista que estes já se encontram muito pulverizados.

²¹⁹ De acordo com Stephen Gudemann e Stuart Schwartz “Os registros da Igreja não são documentos apenas religiosos, mas sociais; a informação registrada fala da persona social total do indivíduo.” GUEDEMANN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José (org.). **Escravidão & invenção da liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 39.

Gráfico 08 – Intervalo entre Casamento e o nascimento do primeiro filho (1943-1964)

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Como podemos verificar no gráfico, há um forte predomínio dos nascimentos ocorridos após a realização do casamento; como vimos no capítulo anterior, a maioria dos casais casou-se praticamente ao mesmo tempo, no civil e no religioso. Para estabelecermos um marco divisório entre filhos nascidos antes (A) e depois (D) do casamento, utilizamos um intervalo protogenésico igual ou superior a oito meses,²²⁰ pois assim abarcamos a possibilidade de nascimentos prematuros. Dessa maneira, podemos afirmar que os nascimentos cujos intervalos se deram num prazo inferior a oito meses correspondem aos filhos concebidos antes da realização do matrimônio²²¹, tendo a noiva se casado grávida.

Sabemos que, no passado, uma das funções do casamento era a de conter as pulsões sexuais, ou seja, legitimar o ato sexual e, então, sacramentá-lo: “destinava-se como remédio contra o pecado, para evitar a fornicação.”²²² Dessa maneira, esperava-se que os jovens se mantivessem castos até o momento de realizarem a oficialização de seu casamento. É evidente que esta prática não era seguida por todos os casais. Podemos mencionar que na Europa Ocidental – em especial no território da atual Alemanha –, em algumas localidades

²²⁰ Conforme NADALIN, Sergio Odilon. Reconstituir famílias e demarcar diferenças: virtualidades da metodologia para o estudo de grupos étnicos. In: **Revista brasileira de Estudos Populacionais (REBEP)**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan./jun. 2007, p. 8.

²²¹ De acordo com Sergio Odilon Nadalin “nascimentos ilegítimos e concepções pré-nupciais são dois tipos de dados que tem fornecido, para o passado, os indicadores mais seguros da frequência das relações sexuais fora do casamento.” NADALIN, Sergio Odilon. Sexualidade, Casamento e Reprodução. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP)**. São Paulo, v.5, n.2, jul/dez 1988, p.75.

²²² MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor**. Inglaterra, 1300-1840. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 162.

rurais eram realizados certos tipos de jogos eróticos, cuja função era a de regular as relações sexuais entre os solteiros da aldeia antes da realização do casamento.

As sociedades camponesas sabiam controlar também as relações entre rapazes e moças, sob o manto de instituições costumeiras, e que variavam bastante, segundo as regiões consideradas. Algumas instituições, generalizadas por Shorter como “cortes noturnas” tinham designações locais. [...] Além dos termos regionais, existe ainda os substantivos *Probenacht* (noite de prova), *Kommnacht* (noite da vinda), *Kiltgang* (visita noturna a uma moça), *Gasselgang*, relacionados a costumes que regulavam as visitas realizadas pelos varões aos quartos de dormir das moças da aldeia.²²³

Nesses casos, era freqüente que essas noites fossem permitidas, sobretudo, após o noivado e a promessa de casamento e, na maioria dos casos, além de regular as tensões sexuais tinha também o objetivo de verificar a fertilidade da mulher, uma vez que a função primordial do casamento era a de produzir filhos. Essas práticas foram se perdendo no tempo, sobretudo, em função do advento da urbanização e da industrialização, o que permitiu que os jovens saíssem de suas aldeias e paulatinamente fossem modificando seu comportamento.

O ideal de castidade, pregado por uma moral religiosa cristã, pode ser verificado nas sociedades em que a religião católica era a oficial ou pelo menos majoritária. No Brasil, entre as famílias de elite havia uma grande preocupação relacionada à pureza de suas moças casadoiras; assim, “a valorização dada à virgindade feminina era uma forma das famílias, especialmente as de elite, de zelarem pelo status e posição na sociedade de acordo com os valores morais vigentes, ao mesmo tempo em que exerciam um controle sobre o corpo dessas mulheres.”²²⁴

Os discursos moralistas a respeito da preservação da castidade feminina perduram no Brasil até a segunda metade do século XX. Literaturas específicas para mulheres, como revistas, por exemplo, tratavam desse tema e demonstravam quais comportamentos eram esperados das jovens moças. A mulher, portanto,

[...] tinha que ser uma ‘moça de respeito’, o que significava não deixar ‘avançar o sinal’ durante o namoro e o noivado. Se ela cedesse aos apelos e súplicas dos homens, a mulher estaria desqualificada ‘para um compromisso

²²³ NADALIN, op. Cit, 1988, p.70.

²²⁴ MATOS, Paulo Roberto. **A virgindade como “dote natural” da mulher:** sexualidade feminina em São Luís na virada do século (1880-1920). Anais do III Simpósio de História do Maranhão. Jun/2013, p 2.

mais sério’, pois quem garantiria a ele que ela não iria dar ‘provas de amor’ a outros, também.²²⁵

A virgindade feminina era tão valorizada que o defloramento era considerado crime, caso não fosse reparado pelo casamento. No Código Penal de 1940 o defloramento passa a ser denominado crime de sedução pelo artigo 217 e previa pena de reclusão de oito a quinze anos.²²⁶

Esse crime era caracterizado, portanto, pelo consentimento do ato sexual pela mulher, a partir de artifícios de sedução, engano ou fraude, utilizados pelos acusados como a promessa de casamento. Muitas dessas jovens que, por terem sido seduzidas ou por terem consentido livremente, após terem sido defloradas e abandonadas por seus companheiros, viam na justiça o último recurso para recuperar a honra perdida.²²⁷

A virgindade feminina era um ideal e um tesouro que a moça deveria preservar até o momento de seu casamento; no entanto, sabemos que nem sempre os desejos poderiam ser refreados, e os jovens então cediam às pressões carnis. Para o universo específico dos luteranos de Imbituva, pudemos verificar que 14 moças casaram-se grávidas no período demarcado para a pesquisa, o que representou 8% da amostra total. Foi possível localizar 5 ocorrências na década de 1940²²⁸ e as demais todas localizadas na década de 1950.²²⁹ Podemos perceber que os casamentos foram realizados muito provavelmente, tão logo os casais tenham sido surpreendidos pela gravidez inesperada,²³⁰ talvez muito provavelmente para tentar “esconder” esse fato da comunidade, ou também para evitar os comentários maldosos a respeito. As noivas que se casaram grávidas tinham entre 16 e 22 anos²³¹. Mais adiante trataremos especificamente da idade das moças ao darem à luz a seu primeiro filho.

²²⁵ CUNHA, Maria de Fátima da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? In: **Revista História, Questões e Debates**, Curitiba, n.34, 2001, p. 207.

²²⁶ Código Penal promulgado em 07 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

²²⁷ MARCH, Kety Carla de. **Entre promessas e reparações: processos crime de defloramento em Guarapuava (1932-1941)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2010, p. 67.

²²⁸ Nos anos de 1944, 1946, 1947 e 1948.

²²⁹ Nos anos de 1950, 1955, 1958 e 1959.

²³⁰ De acordo com François Lebrun: “Quanto à castidade das moças, a honra feminina por excelência, é certamente objeto de cuidado, mas é sobretudo por causa do risco de gravidez: a desonra reside menos na perda da virgindade, que é fácil de manter em segredo, que na “fatal gordura” que é bem difícil de dissimular.” LEBRUN, op. Cit, p. 91.

²³¹ “[...] é representativamente menor a frequência das concepções pré-matrimoniais entre as mulheres que se casaram mais maduras. Como comenta Shorter, ainda hoje, em tempos esclarecidos, os jovens demonstram ingenuidade no domínio das precauções para evitar a gravidez.” NADALIN, op. Cit, 1988, p. 76.

Ainda a respeito das relações sexuais pré-nupciais, podemos passar à análise dos nascimentos ocorridos antes da oficialização do casamento religioso. De acordo com a documentação, 16 foram os casos em que o nascimento do primeiro filho se deu antes da realização do matrimônio, o que representou 9% do total da amostra. O intervalo existente entre os dois eventos variou entre 2 meses e 5 cinco anos. De acordo com a documentação, retirando-se da observação os 11 casos referentes a casais que já viviam oficialmente unidos pelo matrimônio civil nos primeiros anos da história da comunidade, 5 tiveram filhos nascidos antes do matrimônio, o que representa 2,9% do total. Se agregarmos a estes 5 casais os 14 cujos primeiros filhos nasceram de concepções pré-maritais, teríamos 11% do total dos casamentos.

A maior parte dessas ocorrências foi localizada na década de 1940.²³² Apenas um dos batismos ocorreu no período em que a igreja estava sendo investigada pelo governo, mais precisamente no mês de agosto do ano de 1942; no mês seguinte, o pastor da comunidade foi preso pela DOPS e a igreja, fechada. A oficialização do matrimônio tanto religiosa como civil dos pais dessa criança só foi realizada dois anos e três e meses depois de seu batizado, em 18 de novembro de 1944. Esse caso específico não está considerado nos nossos cálculos, mas acreditamos ser interessante mencioná-lo tendo em vista as discussões apresentadas no primeiro capítulo da dissertação, em que demonstramos que os acontecimentos referentes à política varguista durante o período da segunda guerra prejudicaram os trabalhos na comunidade; esse casal constitui um exemplo, pois não pode ter sua união oficializada na Igreja, tão logo se deu o nascimento da criança.

Como já mencionado, desses 16 casos de nascimentos antes ocorridos antes da realização do casamento, foi possível verificar que em onze ocorrências, os casais já estavam casados no civil inclusive há mais de um ano no mínimo. Como já enfatizamos no capítulo anterior, para a religião luterana o casamento não é considerado um sacramento; assim sendo, não seria considerado pecado não receber uma bênção espiritual. À vista disso, é interessante lançar o seguinte questionamento, qual terá sido a razão para que esses casais tenham então decidido tanto tempo depois – há três casos em que o intervalo foi de quatro e cinco anos – oficializar ou receber uma bênção espiritual para suas uniões?

Em relação aos demais eventos selecionados na amostra, podemos verificar que a maioria absoluta dos jovens luteranos que se casaram no período delimitado para a pesquisa esperou a realização casamento tanto civil como religioso para gerar o primeiro filho. Isso não

²³² Entre os anos de 1940 a 1948.

quer dizer que eles tenham necessariamente refreado suas pulsões sexuais, talvez apenas tenham tido mais sorte e não foram flagrados por uma gravidez inesperada. Sabemos que a pílula anticoncepcional só foi popularizada na década de 1960²³³, mas provavelmente esses jovens estivessem tomando outros tipos de precauções para evitar uma gravidez antes da hora, o que pode ser evidenciado também, sobretudo, pelos intervalos de nascimento acima de um ano após o matrimônio.

Como pudemos observar no gráfico, vários foram os nascimentos ocorridos num intervalo acima de um ano após a realização do casamento. Mais precisamente, 74 foram os casos que se enquadram nessa periodização, o que representa 43% do total de nascimentos. A maior quantidade de ocorrências está localizada no período entre um e dois anos após o matrimônio, com um total de 45 ocorrências. Dessa maneira, podemos conjecturar que os casais luteranos estavam, sim, fazendo uso de algum método contraceptivo que retardou em alguns anos a concepção de seus primeiros filhos. Todavia, devemos enfatizar também que existem outros fatores que incidem sobre os intervalos protogenésicos. Sabemos que a probabilidade de gerar um filho após somente uma relação sexual de um casal jovem e com boa saúde não seria mais do que 2% a 4%. Ou seja, uma concepção pode resultar de várias semanas, ou talvez meses, de relações sexuais sem proteção.²³⁴

Outro dado interessante retirado da documentação que pode ser analisado é a idade da mãe no momento do nascimento de seu primeiro filho. Para a formulação do gráfico 9 foi realizado mais uma vez um cruzamento de dados entre os registros de casamento e de batismo. Dessa maneira, verificamos a idade da noiva no momento de seu casamento e somamos o período correspondente ao intervalo entre o matrimônio e o nascimento da criança, mesmo nos casos em que o nascimento tenha ocorrido antes da oficialização do matrimônio. Os dados correspondentes aos 171 casos encontrados para a coorte delimitada para a pesquisa foram assim apresentados:

²³³ De acordo com Joana Maria Pedro “[...] no Brasil a pílula anticoncepcional e o DIU foram comercializados sem entraves desde o início da década de 60”, sobretudo, como reflexo de uma política internacional que temia uma superpopulação mundial, voltada também para os países pobres da América Latina. PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003, p. 241, 242.

²³⁴ Conforme: STONE, Lawrence. **Familia, sexo y matrimonio en Inglaterra; 1500-1800**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989: p. 311.

Gráfico 9 – Idade da mãe no nascimento do primeiro filho (1943-1964)

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Podemos observar neste gráfico que a maior parte das mulheres deu à luz seu primeiro filho com a idade entre 19 e 26 anos, o que vem a representar uma média de idade de 23 anos, um pouco mais alta que a média de idade com que contraíram matrimônio que foi de 22,3 anos. Como vimos no gráfico anterior a respeito do intervalo entre a realização do casamento e o nascimento do primeiro filho, essa média pode ser explicada, uma vez que uma parcela significativa dos nascimentos ocorreu entre nove meses a um ano após a realização do casamento.

Como já mencionado, as moças cujas concepções pré-matrimônias foram flagradas na pesquisa se encontram na faixa etária mais jovem, ou seja, tinham entre 16 e 22 anos. Conforme a idade da mulher vai avançando, aumenta também o intervalo entre o nascimento do primeiro bebê; assim, podemos perceber que as mulheres mais velhas faziam uso regular de métodos de contracepção, ou acabavam naturalmente tendo um pouco mais de dificuldades de engravidar.

Da vida íntima das famílias formadas no período compreendido por esta pesquisa, passamos novamente a análise da vida comunitária desses casais. Para além de uma função apenas religiosa, o batismo possui a função social de apresentação de um novo membro ao seio da comunidade. Dessa forma, verificar o período em que essas crianças foram levadas à pia batismal nos permite analisar qual importância era dada pelos pais a este sacramento.

Com relação aos batismos, a organização dos dados extraídos da documentação para a construção da tabela foi a mesma dos nascimentos, ou seja, os resultados sempre serão

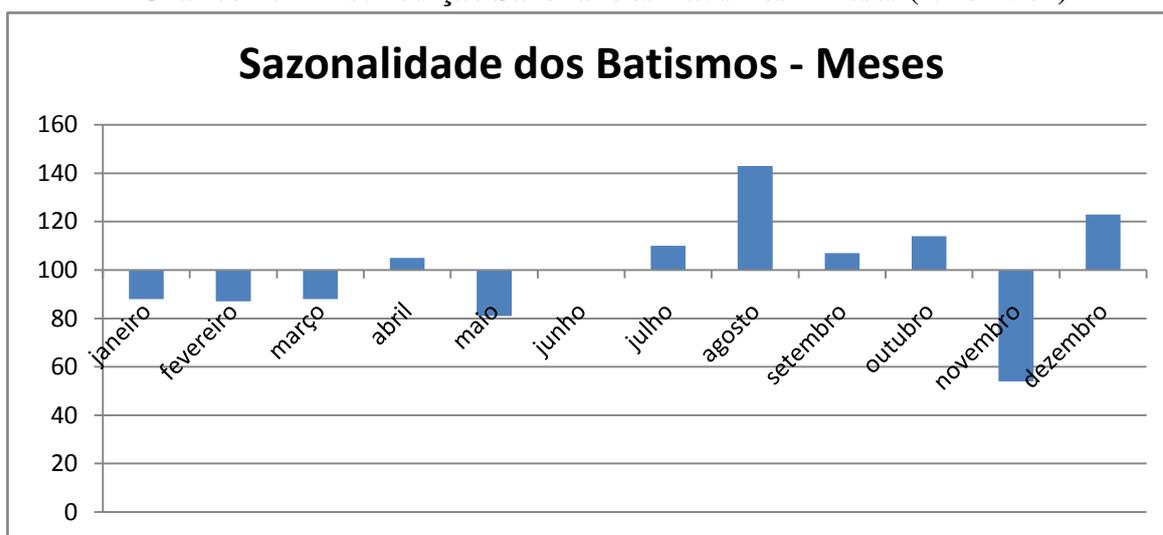
relativos à 100. Esta primeira tabela demonstra a distribuição mensal dos batismos. Os cálculos, portanto, foram realizados seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a distribuição mensal de nascimentos.

Tabela 10 – Distribuição Mensal dos Batismos

| Meses de Batismo | | | | | | | | | | | | | |
|------------------|------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL |
| Nº ABSOLUTOS | 42 | 38 | 42 | 49 | 39 | 46 | 53 | 69 | 50 | 55 | 25 | 59 | 567 |
| DIVISOR | 31 | 28,24 | 31 | 30 | 31 | 30 | 31 | 31 | 30 | 31 | 30 | 31 | |
| Nº POR DIA | 1,35 | 1,34 | 1,35 | 1,63 | 1,25 | 1,53 | 1,70 | 2,22 | 1,66 | 1,77 | 0,83 | 1,90 | 18,53 |
| Nº PROPORCIONAIS | 88 | 87 | 88 | 105 | 81 | 100 | 110 | 143 | 107 | 114 | 54 | 123 | 1200 |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Gráfico 10 – Distribuição Sazonal dos Batismos - Meses (1943-1964)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Podemos observar que, com relação aos batismos, também ocorreu uma distribuição mensal homogênea muito próxima à encontrada nos nascimentos. Os meses em que mais ocorreram batismos foram agosto e dezembro. Em compensação novembro apareceu como o mês mais rejeitado para a realização de batizados. Não foi encontrada uma razão específica para a massiva rejeição por esse mês em especial. Como já mencionado, não havia nem para a igreja Católica quanto mais para a igreja Luterana impedimentos sazonais para a realização dos batismos. Inclusive era esperado que a criança fosse levada o quanto antes à pia batismal.

Todavia, como veremos adiante – no gráfico a respeito do intervalo entre o nascimento e a realização do batismo –, para o universo dos luteranos de Imbituva essa regra não era seguida à risca. Dessa maneira, mais adiante retomaremos as questões de sazonalidade, pois elas ficarão mais bem explicadas quando apresentadas em conjunto com os intervalos entre nascimentos e batismos.

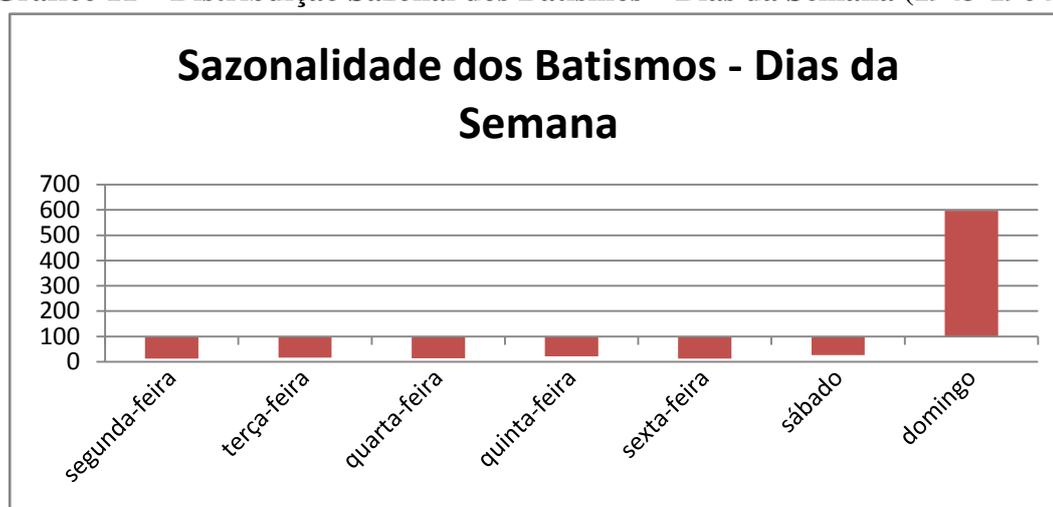
Além de verificar a distribuição mensal dos batismos também foi possível analisar a escolha dos dias da semana em que o sacramento foi administrado. A análise dos dias da semana foi efetuada da mesma maneira que para os meses. O eixo X representa uma média de 100 ocorrências por dia; todavia, os números absolutos foram transformados em relativos a 700, tendo em vista que cada semana contém sete dias e portanto, não foi necessária a utilização de um divisor para extrair os resultados, como podemos verificar no quadro abaixo:

Tabela 11 – Distribuição Semanal dos Batismos (1943-1964)

| Dias da Semana | | | | | | | | |
|-----------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-------|
| | DOM | SEG | TER | QUA | QUI | SEX | SAB | TOTAL |
| NÚMEROS ABSOLUTOS | 484 | 10 | 13 | 11 | 18 | 10 | 21 | 567 |
| NÚMEROS PROPORCIONAIS | 597 | 12 | 16 | 14 | 22 | 12 | 26 | 700 |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Gráfico 11 – Distribuição Sazonal dos Batismos – Dias da Semana (1943-1964)

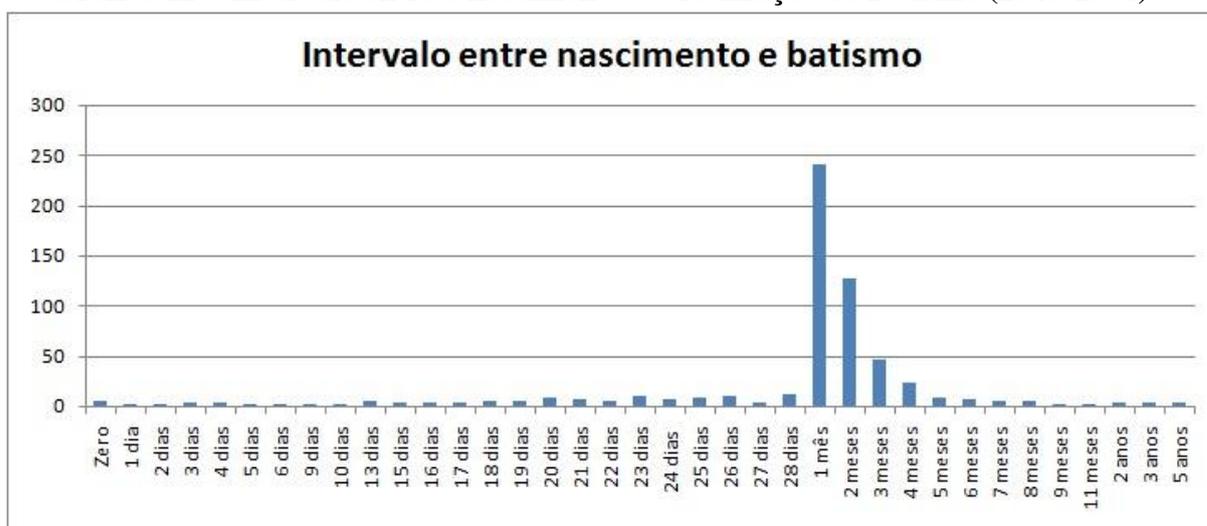


Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Como podemos observar no gráfico houve uma predileção absoluta pela realização dos batismos no domingo. Isto se explica pelo fato que neste período, na congregação de Imbituva, os cultos eram celebrados somente aos domingos e entre os luteranos não há uma celebração separada para o batismo; ou seja, o sacramento é administrado durante a celebração dominical²³⁵, logo após o sermão e antes da distribuição da Santa Ceia.

Sabemos que, sobretudo para a Igreja Católica até o século XIX, havia uma regra a respeito da idade com que a criança deveria receber o primeiro sacramento. A Igreja Luterana por outro lado, não possui esse tipo de regra, mas esperava-se que, se a criança nascesse no meio da semana, esta fosse levada a receber o sacramento no domingo seguinte, no próximo culto. Para o universo de Imbituva podemos verificar no gráfico que essa sugestão não era levada muito a sério.

Gráfico 12 – Intervalo entre o nascimento e a realização do Batismo (1943-1964)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Como podemos verificar no gráfico, entre os luteranos de Imbituva há uma forte predominância da realização dos batismos após um mês do nascimento. Dos 567 nascimentos localizados para a coorte de casais delimitada para a pesquisa, 240 batizados foram celebrados no período de trinta dias após o nascimento da criança, o que representa 42% do total da

²³⁵ “Para enfatizar o significado comunitário do sacramento, o Batismo de adultos e de crianças ocorre em cultos públicos e não em privados. Através do Batismo a pessoa batizada é incorporada na comunidade. Há necessidade de padrinhos cristãos no caso do Batismo de infantes. Os padrinhos, bem como os pais e a congregação, confessam publicamente sua fé e prometem oferecer uma instrução cristã apropriada. [...] O ministrante do Batismo geralmente é um ministro ordenado, mas qualquer cristão pode sê-lo”. KILPP, Nelson. O Batismo e a Ceia do Senhor na tradição Luterana e no diálogo presente. *Revista Estudos Teológicos*, v. 38, n. 1, 1998, p. 19.

amostra. Podemos considerar este gráfico como complementar ao gráfico de sazonalidade dos nascimentos e batismos. Quanto a este Sacramento, foi possível verificar uma maior concentração no mês de agosto, o que pode ser explicado, portanto, em função do gráfico 10, uma vez que a maioria dos batismos foi realizada num intervalo de trinta dias após o nascimento da criança.

Muito além de dados ou elementos relacionados à vida comunitária, foi possível perceber que as fontes paroquiais nos possibilitam outros olhares ao cotidiano do grupo selecionado. A respeito dessa vida comunitária, pudemos verificar qual a importância que os luteranos de Imbituva davam ao sacramento do batismo, uma vez que o intervalo compreendido entre o nascimento da criança e administração do sacramento pode evidenciar a preocupação que os pais tinham com a vida espiritual da criança, além de cumprir com uma convenção social de apresentação do membro da família à comunidade.

Continuando com os aspectos relacionados à vida comunitária das famílias luteranas, passaremos a seguir à análise das relações estabelecidas por essas famílias com os demais membros da comunidade através dos laços criados entre pais e padrinhos de batismo, ou seja, as relações de compadrio. Mas antes, se faz necessário apresentar, ainda que brevemente, como católicos e luteranos compreendem essa relação.

3.3 – Assumindo um compromisso para a vida: as relações de compadrio.

Para os cristãos, o batismo é o momento mais importante da vida de uma criança, pois este sacramento confere perdão ao pecado original e permite a entrada desse indivíduo no reino de Deus. Além dessa função espiritual, o batismo possui também uma função social, uma vez que este primeiro rito de passagem insere a criança na comunidade a que seus pais pertencem. Os ritos de passagem teriam três estágios: separação, margem e aceitação. No batismo essa primeira fase simbolizaria o afastamento a criança ao seu estágio anterior, de pecador. Ao receber o sacramento, esta passaria ao segundo estágio, ou seja, à margem, ela se encontraria às portas de se transformar em nova criatura; a partir daí, passar-se-ia à última etapa, a da aceitação: nesse momento a criança já se encontraria agregada à comunidade.²³⁶

²³⁶ Conforme: GENNEP, Arnold Von. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978, p. 25. Disponível em: <http://pt.scribd.com/search?query=os+ritos+de+passagem+arnold+von+gennep>.

Assim, é necessário que esse ato conte com a presença de testemunhas que irão legitimar esse momento.

Muito mais que meras testemunhas do cumprimento da obrigação espiritual as pessoas escolhidas para participarem desse momento recebem também uma função muito importante na vida dessa criança, a de tutores, ou padrinhos. Para a Igreja Católica o padrinho e a madrinha deveriam testemunhar a validade do sacramento, cuidar e encaminhar a criança em sua vida espiritual e, principalmente, protegê-la na vida terrena, em especial na ausência dos pais.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia normatizavam a escolha desses padrinhos e ainda determinavam que [...] “no Baptismo não haja mais que um só padrinho e uma madrinha e que não se admitão juntamente dois padrinhos e duas madrinhas; os quaes padrinhos serão nomeados pelo pai ou mai, ou pessoa, a cujo cargo estiver a criança.”²³⁷

Por se tratar então de um renascimento espiritual, ou seja, morrer para o pecado e renascer para vida cristã, as crianças deveriam então dispor de um novo vínculo filial, ou seja, novos pais espirituais, que seriam os padrinhos. Os padrinhos, portanto, receberão a tutela espiritual dessa criança, sendo responsáveis pela sua apresentação e manutenção na vida espiritual. Dessa maneira, na Igreja Católica cria-se um vínculo a partir do batismo.

O batismo cria, acima de tudo, uma relação espiritual; esta é o vínculo "pensado" que une batizando e padrinhos. O laço expresso significa ou indica esta dimensão invisível. O compadrio é um vínculo não do corpo, ou da carne, ou da vontade humana enquanto expressa na lei civil; ele representa, ao contrário, associação ou solidariedade, através da comunhão de "substância espiritual".²³⁸

Com o batismo, o parentesco espiritual é estabelecido de tal forma que, a partir de então, as pessoas envolvidas nesse ato estariam impedidas, diante do direito canônico de contrair matrimônio. Esse parentesco era vitalício²³⁹ e se dava tanto na relação estabelecida entre padrinho e afilhado, quanto entre os compadres. Dessa maneira, a relação contraída pelo compadrio era formada por três agentes, a criança, os pais e os padrinhos e por três relações,

²³⁷ VIDE, op. cit, 2007, p. 14.

²³⁸ GUDEMAN; SCWARTZ, op. Cit, 1988, p. 41.

²³⁹ “o parentesco espiritual, que contrahirão, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimônio: [...] o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contrahe sómente entre os padrinhos, e o baptizado, e seu pai, e mai; e entre o que baptiza, e o baptizado, e seu pai, e mai.” VIDE, op. Cit, 2007, p. 26-27.

baseada no laço consangüíneo – parentesco entre pais e filhos –, e espiritual – laço entre padrinho e afilhado e entre pais da criança e os padrinhos.²⁴⁰

Essas relações criadas dentro da esfera religiosa refletiam muito na vida fora dos portões da igreja. As escolhas dos padrinhos eram sempre pautadas por alguns interesses. O apadrinhamento conseqüentemente ampliava os laços familiares, reforçava e também criava novas relações de amizade, e no caso específico do Brasil do oitocentos, permitia a criação de laços que ligariam grupos socialmente desiguais, como no caso dos escravos, por exemplo. A partir do compadrio,

Era instaurada uma relação de solidariedade entre o seus participantes, que se expressavam, principalmente, por meio de cooperação econômica e lealdade política. Através dos laços de compadrio operavam “complexos sistemas de troca de bens e serviços, assim como várias formas de relações políticas.”²⁴¹

Dessa maneira no contexto do Antigo Regime a escolha de um padrinho para o filho assumia uma forma de estratégia de ascensão social, pois numa sociedade em que a desigualdade estava associada a laços de sangue, estar ou se tornar bem relacionado socialmente poderia render bons frutos. E como o laço do compadrio gerava esse parentesco espiritual era fundamental escolher bem os compadres, primeiramente para conseguir algum benefício na comunidade e, sobretudo, para não esgotar as possibilidades de novas alianças futuras. Podemos considerar também que, por se tratar de uma relação sacramentada pela Igreja, a relação entre os compadres se torna, digamos, mais segura, ou seja, sem desconfianças.²⁴²

Numa sociedade com poucas instituições e onde as possibilidades que estavam abertas a cada um tinham íntima relação à condição de nascimento, estratégia e cálculo social entravam em cena para selecionar quem seria o

²⁴⁰ GUDEMAN, Stephen. The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.

²⁴¹ NACIF, op. Cit, p. 7-8.

²⁴² “[...]essa segurança é atingida porque o laço do compadrio, laço da esfera do sagrado, elimina a desconfiança entre as casas: ao menos em tese é seguro permitir que as crianças brinquem na casa de seus padrinhos, assim como, devido ao tabu sexual e marital existente entre compadres, é seguro para um homem deixar sua mulher sozinha com o padrinho de seu filho, já que compadres são uma ordem diferente de pessoas, e são considerados irmãos espirituais, o que transforma qualquer relação marital ou sexual entre eles em incestuosa.” In: MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (1750-1820)**. Dissertação (Mestrado em História) Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2012, p. 133.

contraente desse novo vínculo, o qual poderia abrir novas possibilidades, por vezes decisivas, para aquele que o buscou.²⁴³

Com relação à Igreja Luterana, os padrinhos também são importantes no momento do batismo. Como a criança não tem condições de responder por si mesma, os padrinhos têm a função de responder perante Deus e a comunidade em favor do batizando, negando o pecado e aceitando a Cristo por ele. No entanto, o batismo entre os luteranos não gera parentesco espiritual como na igreja católica. Entretanto, o padrinho tem a função de manter o afilhado na fé cristã e auxiliá-lo em sua vida terrena, caso fique sem seus pais. De acordo com a doutrina luterana:

Padrinhos não são testemunhas de uma cerimônia apenas. Muito mais do que isso, são pessoas que testemunharam uma obra divina. E sendo testemunhas disso, tornaram-se também responsáveis pelo cuidado espiritual do afilhado. O que se espera de um padrinho é que ao menos ore pelo seu afilhado. Vindo os pais a faltarem com a educação para uma vida cristã, os padrinhos precisam manifestar-se.²⁴⁴

Como já mencionado, para a igreja luterana o ato do batismo não estabelece uma relação parental; todavia, o padrinho deve ser bem escolhido, e aconselha-se que, no momento da escolha, os pais levem em consideração a integridade da pessoa escolhida, e se essa iria desempenhar bem seu papel após o momento do batismo. Mesmo não construindo um laço de parentesco, ainda assim a escolha dos padrinhos pode vir a demonstrar quais relações de amizade eram estabelecidas pelas famílias no interior da comunidade.

Dessa maneira, assim como foi feito no capítulo anterior, pretendemos verificar a partir da análise dos padrinhos arrolados nos registros de batismos quais os critérios para escolha desses padrinhos, como se determinariam as características desse mercado de compadrio e quais seriam as diferenças em relação ao mercado de padrinhos de casamento, já apresentado no capítulo anterior.

Para o universo dos 567 batismos realizados na comunidade luterana e oriundos da coorte de casais formada através do matrimônio entre os anos de 1943 a 1959, foi possível localizar aproximadamente 2050 pessoas, que foram arroladas nos registros como padrinhos de batismo. Preferimos colocar esse valor aproximado tendo em vista que, em alguns registros, devido ao desgaste das páginas, não foi possível verificar com precisão a

²⁴³ Idem, p. 11.

²⁴⁴ GASS, Ednilson. Padrinhos de Batismo. In: **Revista Mensageiro Luterano**, ano 96, n. 1181, 2013, p. 6-7.

quantidade, bem como os nomes dos padrinhos arrolados. Contudo, ainda assim é possível a partir desses dados apresentar o mercado de padrinhos de batismo construído pelos pais das crianças.

Primeiramente, foi possível verificar a presença total de 1096 mulheres e 954 homens mencionados nos registros. Da mesma forma que nos registros de casamento, não há nenhuma informação a respeito dos padrinhos, apenas seus nomes. Havia, portanto, uma pequena predileção pelas mulheres para desempenhar o papel de madrinha. Diferentemente da igreja católica, que determinava uma quantidade exata de padrinhos no momento no batismo, no caso dois indivíduos, um homem e uma mulher, na igreja luterana não existe uma regra específica que limite a quantidade de pessoas que possam ser convidadas à pia batismal para desempenhar essa função. Todavia, como será possível verificar no gráfico abaixo, havia entre os luteranos de Imbituva uma predileção em chamar para padrinhos dos filhos dois casais – mais precisamente, 57% dos batismos realizados tinham essa quantidade de padrinhos. Foi possível verificar que a maioria dos casais arrolados era devidamente casada, mas encontramos também padrinhos que conjecturamos serem namorados ou noivos, o que demonstra que não havia a obrigação das pessoas serem casadas para poder exercer a função de padrinho. Isso também pode evidenciar que o comprometimento entre um homem e uma mulher poderia ser reconhecido pela comunidade, ao participarem em eventos importantes no âmbito da igreja.

Gráfico 13 – Quantidade de padrinhos arrolados nos registros de batismo (1943-1964)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Outro elemento importante a se destacar em relação aos padrinhos, diz respeito ao parentesco consanguíneo desses indivíduos com a criança a ser batizada. A partir de uma análise dos sobrenomes dos envolvidos, foi possível constatar que, na maioria dos casos, pelo menos um dos padrinhos era parente de um dos pais da criança, e sempre parente muito próximo, ou seja, tios da criança. Foi bastante comum também, nos casos em que havia dois casais de padrinhos, ser um casal parente do pai e o outro da mãe da criança.

A partir desses dados podemos perceber, mais uma vez, que as famílias possuíam um círculo de amizade um tanto restrito. Assim como nos casos dos casamentos, os laços construídos a partir das relações de apadrinhamento se deram no interior das próprias famílias e, provavelmente, serviram para estreitar e consolidar relações de parentesco já existentes. Ou seja, mais uma vez vemos um comportamento baseado por aspectos endogâmicos e, por conseguinte, podemos confirmar que as famílias possuíam uma rede de relações de malha estreita. Dessa forma, a dinâmica familiar não depende apenas do comportamento de seus membros, mas da relação estabelecida por eles com outras pessoas, influenciando diretamente na definição das relações familiares.

As redes de malha estão mais propensas a se desenvolver quando o marido e a esposa, conjuntamente com seus amigos, vizinhos e parentes, cresceram na mesma área local e continuaram a viver lá após o casamento. Muitas pessoas conhecem umas as outras e isto ocorre desde a infância. [...] Enquanto o casal continuar a viver na mesma área, e enquanto seus amigos, vizinhos e parentes também continuarem a viver em locais facilmente acessíveis à família e uns aos outros, haverão de continuar as redes.²⁴⁵

Dessa forma, a partir desse excerto podemos verificar a partir dos dados apresentados no capítulo anterior, a respeito da localização de moradia dos noivos e de sua família, que as relações entre os parentes eram muito próximas, e provavelmente acabavam sendo ainda mais estreitadas a partir dos convites para apadrinhamento, tanto de casamento, como posteriormente de batismo.

Entre os escolhidos para padrinhos de batismo houve uma variação muito grande, uma vez que mais de duas mil pessoas foram arroladas nos registros; contudo, ainda assim foi possível verificar que algumas pessoas, mais precisamente, alguns casais, figuraram com maior frequência como padrinhos, como poderemos ver na tabela a seguir elaborada com o nome dos padrinhos e das madrinhas que apareceram pelo menos quatro vezes nos registros.

²⁴⁵ BOTT, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 103.

Tabela 12 – Relação de Padrinhos e Madrinhas e quantidade de batismos em que participou (1943-1964)

| Padrinho | Madrinha | Quantidade |
|--------------------------|--------------------|-------------------|
| Alberto Hugo Venske | Emma Venske | 10 |
| Claudio Naiverth | Ledy Naiverth | 8 |
| Ayrton Venske | Lurdes Venske | 7 |
| Afonso Raimann | Thereza Raimann | 7 |
| Rivadavia Scheidt | Leony Scheidt | 5 |
| Henrique Grollmann | Ida Grollmann | 5 |
| Thodoro Newton Diedrichs | Consuelo Diedrichs | 5 |
| José Bühler | Idalina Bühler | 5 |
| Eugenio Grollmann | Nadir Grollmann | 4 |
| Nilton Eidam | Rosa Maria Eidam | 4 |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Como podemos ver na tabela acima, dez casais se destacaram como padrinhos nos batismos realizados no período compreendido pela pesquisa. Levando em consideração o comportamento dos casais luteranos na escolha dos padrinhos, não é surpreendente o fato de que seis dos casais mencionados no quadro acima tenham figurado também como os preferidos para padrinhos de casamento. Mais uma vez o padrão de escolha tem se repetido e as predileções têm se dado dentro de determinadas famílias. Mesmo no caso dos casais que foram arrolados pela primeira vez apenas como padrinhos de batismos – como no caso de Alberto Hugo e Emma Venske e Rivadávia e Leony Scheidt – as famílias já haviam sido citadas entre as preferidas para padrinhos de casamento. Dessa maneira, podemos notar que havia uma transmissão de “prestígio” entre os membros das famílias, determinando esse padrão de escolha no interior sempre dos mesmos grupos de parentesco, confirmando mais uma vez os comportamentos baseados por características endogâmicas.

Alberto Hugo Venske possuía, juntamente com seu irmão Alfredo Venske – citado no quadro de padrinhos de casamento –, uma serraria e um comércio de secos e molhados.²⁴⁶ Quanto a Rivadávia Scheidt, já falecido, a informação que se tem era que este era agricultor – sua esposa Leony foi entrevistada durante essa pesquisa e contribuiu com informações a

²⁴⁶ Conforme Contrato 9865 da Junta Comercial do Paraná. In: MATOS, Edemê. Imbituva, **uma viagem de retorno à terra natal**. Curitiba: s/Ed, 2013, p.179.

respeito de alguns membros da comunidade. A respeito de Claudio Naiverth, foi possível averiguar que este possuía uma serraria e foi membro da diretoria da comunidade luterana. Quanto a Afonso Raimann, não foi possível descobrir informações. Em relação a esses últimos dois casais mencionados pela primeira vez apenas em função de seus apadrinhamentos de batismo, é possível conjecturar que exerciam alguma influência na comunidade luterana e, portanto, estavam aptos a se tornarem padrinhos de batismo.

Mais uma vez, podemos destacar que todos os casais acima arrolados exerciam alguma influência, tanto dentro como fora da comunidade luterana e, sobretudo, eram pessoas de certas posses. Outro fator importante de se destacar é a origem étnica comum a todos eles. Como podemos verificar apenas por uma análise preliminar do sobrenome desses casais, todos eram de ascendência germânica, o que mais uma vez poderia caracterizar a endogamia do grupo, privilegiando assim, pessoas de origem teuto-brasileira. Dessa forma, os dados sugerem que o mercado de padrinhos de batismo era parecido com o das testemunhas de casamento – inclusive, alguns desses eleitos desempenharam ambas as funções. E, por fim, novamente podemos aferir que esses casais preferidos como padrinhos de casamentos e, por conseguinte, de batismos, pertenciam à geração dos avós da criança; ou seja, isto demonstra que a escolha poderia se dar muito mais a partir das relações estabelecidas entre as famílias e que, a partir do matrimônio e do batismo, poderiam ser fortalecidas, do que pelos laços de amizade firmados pelos próprios pais da criança.

3.4 – Processos de nomeação – os nomes de batismos das crianças luteranas

Como vimos até aqui o Batismo possui duas funções principais, uma espiritual e outra social e, nesse momento, ao ser batizada recebe também um nome, elemento que irá determinar sua identidade a partir de então: “a escolha do nome de batismo define um sinal ou signo, compondo um dos traços diacríticos que as pessoas procuram e exibem para demonstrar sua identidade.”²⁴⁷

A escolha do nome de batismo de uma criança determina e apresenta aspectos que podem demonstrar, por exemplo, o funcionamento de uma comunidade a partir da

²⁴⁷ NADALIN, Sergio Odilon. **Um viés determinado pela etnicidade:** os nomes de batismo – Registros paroquiais de uma comunidade luterana, séculos XIX e XX. Texto apresentado no Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas, São Paulo, junho de 2007.

transmissão de bens simbólicos, as crenças religiosas do grupo e até mesmo a moda, e se torna, portanto, um elemento importante da definição de identidade pessoal²⁴⁸ como do grupo.

O significado produzido pela escolha se lê como uma preferência de época ou de grupo social, ou de ambos. A liberdade de escolha e seu efeito social abrem a porta para a moda, fenômeno ao qual os prenomes estão claramente submetidos. Este ou aquele prenome, antes raros, em determinado momento caem no gosto geral e se tornam muito frequentes. Ao contrário, há outros que nomeavam muitos homens e mulheres e, depois de certo tempo, começam a perder brilho, a escassear, a ponto de desaparecer. Pode acontecer, no entanto, que certos nomes sejam demandados não pelo conjunto da comunidade, mas apenas por certos grupos sociais, caracterizados por traços como renda, escolaridade, religião, origem étnica etc.²⁴⁹

Os prenomes poderiam reforçar uma marca familiar ou religiosa, mas, também, uma marca social, pois determinado prenome poderia indicar elevação social da família, status e até transmissão de bens materiais, por exemplo, como heranças. Além dessas três esferas, os nomes podem indicar uma marca identitária, ou de etnicidade, quer dizer, quando as escolhas se pautavam dentro de um estoque de nomes marcados em função de uma ascendência de origem imigrante.

Em relação a uma marca familiar,

Utilizar o mesmo nome de um ancestral (vivo ou morto), ou de algum membro da família, além de ter a função de identificar o indivíduo no interior da linhagem e de responder à necessidade de transmitir um patrimônio simbólico, também era sinônimo de identidade. Cada linhagem poderia ser identificada a partir de um determinado estoque de prenomes.²⁵⁰

Dessa maneira, o último subtítulo pertencente ao terceiro capítulo desta dissertação visa compreender e identificar eventuais traços de etnicidade nesse grupo, formado pela terceira ou quarta geração de descendentes dos russos-alemães que se localizaram na cidade de Imbituva. Será possível, portanto, verificar, por exemplo, se a prática de transmissão dos

²⁴⁸ “[...] o nome, a nível pessoal se torna expressão de identidade. O ser humano se familiariza com seu nome, tornando-se um com ele. Assim, nomes, não ‘significam’ no sentido usual da palavra, mas ‘designam’.” In: SIEMENS, João Udo. **Os prenomes dos descendentes de alemães de Curitiba**. (Tese) Doutorado em Linguística, USP, 1992. p. 34. Apud; SCARPIN, Fabio Augusto. **Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – PR, 1878-1937)**. (Dissertação) Mestrado em História, UFPR, 2010, p. 99.

²⁴⁹ MERCER, José Luiz da Veiga; NADALIN, Sergio Odilon. Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo. In: **Revista Topoi**, v. 9, n. 17, jul.-dez. 2008, p. 12.

²⁵⁰ SCARPIN, op cit, p. 108.

nomes de batismo foi utilizada para a construção de um sentimento de pertencimento, ou identidade étnica no período conturbado após a Segunda Guerra Mundial e as políticas do Estado Novo que culminaram na mudança de Sínodo religioso da comunidade.

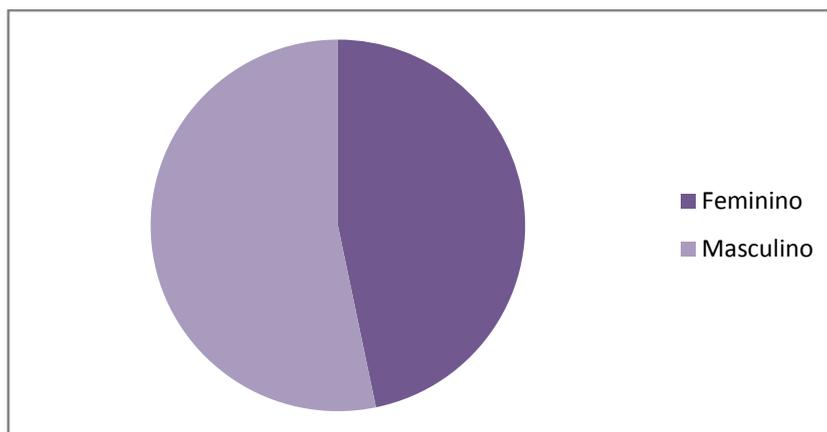
Decidimos trabalhar com esses elementos pelo fato do nome indicar, como já mencionado, identidades e características do grupo. Assim sendo, seria uma forma interessante de se conhecer aspectos da cultura dessa coorte de luteranos e de que maneira as tradições do grupo eram repassadas entre as gerações, ou se havia uma grande influência do meio e da moda, no momento da escolha dos nomes das crianças. Por se tratar de um grupo correspondente a terceira ou quarta geração de descendentes de imigrantes, é fundamental verificar se ainda restaram traços, ou características dessa identidade.

Novamente buscou-se, a partir dos registros de batismos, os nomes escolhidos pelos pais das crianças luteranas que compõem os nascimentos – 567 no total – oriundos da coorte de casais demarcada para esta pesquisa. Seguindo o modelo criado por Sergio Odilon Nadalin²⁵¹, pretendemos identificar os prenomes a partir da distinção entre nomes de um Estoque Imigrante (distinguindo-se, no seu interior, os “prenomes germânicos puros”, os “prenomes germânicos flexíveis – etnicamente marcados e etnicamente não marcados –, e os “prenomes fantasiosos, reinventados ou grafados com erro”. Além disso, os prenomes extraídos de um estoque teuto-brasileiro ou brasileiro (identificando-se os prenomes “aportuguesados”, os prenomes brasileiros e aqueles grafados com erro). Essas classificações também serão realizadas em função do sexo da criança.

Primeiramente, é necessário mencionar que, para o universo das 567 crianças nascidas na comunidade luterana no período compreendido pela pesquisa, 265 eram do sexo feminino e 302 do sexo masculino, como poderemos verificar no gráfico a seguir:

²⁵¹ NADALIN, Sergio Odilon. João, Hans, Johann, Johannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante. In: **Revista de História UNISINOS**, ano 11, n. 1, jan/abril, 2007, p. 22.

Gráfico 14 – Sexo das crianças nascidas na Comunidade Luterana (1943-1964)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Para melhor visualizar os nomes foi construída uma tabela organizando-os de acordo com a categorização anteriormente mencionada. Por se tratar de informações muito pulverizadas, optamos por não dividir os dados em gerações ou períodos. Dessa maneira, os dados serão apresentados apenas em função da classificação dos estoques de prenomes utilizados pelos luteranos ao batizar seus filhos, distinguindo os masculinos dos femininos.

Na primeira tabela abaixo se encontra os estoques onomásticos referentes a uma tradição germânica, com nomes germânicos puros ou modificados em função de uma grafia abasileirada. Na tabela os nomes foram organizados em função dos estoques masculinos e femininos. É possível perceber que para os meninos havia uma gama maior de nomes da categoria “Germânicos Puros”, como por exemplo, Otto, Walter, Reynold, do que para as meninas; em contrapartida, encontramos mais variações de nomes inventados ou escritos de forma incorreta para as meninas que para os meninos. Da mesma forma, maior são as opções encontradas na categoria “Germânicos/ Estrangeiros Flexíveis: etnicamente não marcados”. Estes nomes podem fazer parte tanto de um estoque “imigrante” ou “étnico”, como também brasileiro, uma vez que podemos considerar as origens bíblicas de alguns, como Miriam, Lia, Martha, Maria, Ana e estes seriam, então muito comuns no momento do batismo.

Entre as opções masculinas podemos verificar uma preferência por nomes de origem estrangeira, não necessariamente germânica, como é o caso de Lincoln, Teddy, Taylor, Newton, talvez nomes que estavam na moda naquele período.

Tabela 13 – Escolha dos nomes de batismo extraídos de um estoque “imigrante” (1943-1964)

| Gênero/ Sexo | Prenomes Germânicos Puros | Prenomes Germânicos / Estrangeiros Flexíveis | | Prenomes fantasiosos, Reinventados ou grafados com erros |
|-----------------|--|---|--|--|
| | | Etnicamente marcados | Etnicamente Não marcados | |
| Meninos | Arno Arnold Helmutt Henry Ivo Lottar Mozart Otto Reynold Waldemar Walter | James Lincoln Newton Oscar Taylor Teddy Willy | Ariel Ivan Levi Henrique Hermes Martinho Samuel Romeo | Uri Waldomiro Wilmar |
| Meninas | Elizabeth Emma Erna Frida Ieda Izolde | Aimee Lorna Nice Rosemarie | Anna, Angela Estela, Helena Ilma, Léa Lia, Maria Martha, Miriam Noeli, Noemi Norma, Regina Susane, Vera | Doroti, Edite Elisabet, Erni Glaci Gladis Heleny Ildegar Ledi, Luci Reni, Rosmari |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Em seguida passaremos à análise dos prenomes de batismos extraídos de um estoque “teuto-brasileiro” ou brasileiro. A distribuição na tabela deu-se da mesma maneira, levando em consideração o estoque onomástico encontrado para meninos e meninas. Primeiramente, é importante destacar que, para os meninos, foi possível classificar mais opções no que chamamos de “Prenomes aportuguesados”, do que para as meninas; nesse caso, deve-se dar ênfase nos nomes de origem bíblica e sacra, como José, João, Paulo, Francisco, Jacó, muito populares no período. Os prenomes do estoque brasileiro, como por exemplo, Iracema, Osvaldo, foram utilizados de maneira muito homogênea para ambos os sexos; todavia, é interessante assinalar as opções “fantasiosas” ou as criações dos pais no momento na nomeação. Em alguns prenomes nota-se claramente uma grafia incorreta, como no caso de Abrão, Arceu e Nerci, mas, na maioria dos casos, os nomes apresentados são completamente novos, não tendo uma origem específica. Nesses casos, é possível que os pais tenham reinventado alguns nomes, para que seus filhos tivessem uma identidade única, inconfundível.

Tabela 14 – Escolha dos nomes de batismo extraídos de um estoque “teuto-brasileiro” e de um estoque brasileiro. (1943-1964)

| Gênero/ Sexo | Prenomes Aportuguesados | Prenomes do Estoque Brasileiro | Prenomes fantasiosos, Reinventados ou grafados com erros |
|-------------------------|---|--|--|
| Meninos | Ademar, Afonso Alfredo, Álvaro Anselmo, Antonio Augusto, Ari Carlos, Cícero Celso, Cesar, Claudio, Daniel, Davi, Elias, Eli, Eloi, Enio, Eugenio Francisco, Frederico, Germano, Israel, Jacó, João, Jonas, José, Julio, Luiz, Marcos, Milton, Nelson, Paulo, Pedro, Samuel, Sebastião, Sergio, | Conrado, Darci, Dimas, Dirceu, Emerson, Gilberto, Gilmar, Gerson, Hermínio, Ildefonso, Joel, Joraci, Juarez, Leonel, Marcio, Moacir, Nilo, Norberto, Osvaldo, Reinaldo, Roberto, Rubens, Ubirajara, Vital, | Acilde, Acir, Abrão, Adi, Adilton, Aladias, Aldevir, Algacir, Arceu, Beres, Clieceu Deroni, Dirlei, Divonzir, Edison, Edemilson, Egnar, Elmer, Eloir, Eros, Erivelto, Helio Heuler, Jorandi, Josmar, Loscir Moyses, Neilor, Odilamar, Odirlei, Olevi, Onildo, Orivelton, Osiris, Otoniel, Oziel, Pythagoras, Romair, Valdir, Verli, Veroni, |
| Meninas | Adalgisa, Dalva, Dolores, Dulce, Elisa, Elza, Iolanda, Joana, Lais, Lidia, Lucia, Luiza, Neusa, Paulina, Vilma | Aline, Cleusa, Edna, Eliane, Iara, Iracema, Irene, Ivone, Judite, Leonilda, Mara, Marcia, Marlene, Marilda, Marli, Marisa, Nadir, Roseli, Sandra, Selma, Silvana, Solange, Sueli, | Adalice, Berlice, Clair, Claudi, Cleusuari, Clicilde, Edilma, Edilene, Eli, Eliete, Eremi, Erli, Ermilda, Gelsi, Irani, Ivonete, Janice, Jonita, Laici, Ledi, Leni, Liamar, Licelina, Livonete, Marilde, Naderli, Neidi, Nelzi, Nerci, Nilda, Nirce, Otália, Renate, Reni, Risolete, Rosilene, Soeni, Soleni, Telma, Terezinha, Valderez, Wanleide, Zeli, Zeni, Zoni, |

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Ao analisar minimamente os prenomes de batismo das crianças luteranas nascidas da coorte de casais cuja história inicia-se nos anos de 1943 a 1959, nosso objetivo era buscar identificar traços de uma possível identidade teuto-brasileira que viria a caracterizar esse grupo. Nossa hipótese estava baseada no fato de que a comunidade luterana de Imbituva havia

sido formada por um grupo de imigrantes russos-alemães, e que talvez ainda mantivessem vivos alguns elementos característicos desse grupo fundador. No entanto, a amostra analisada, por se tratar de uma possível quarta geração de descendentes, demonstrou não haver esse sentimento de pertencimento, ou de identidade de grupo, baseada na etnicidade – pelo menos no que se refere à transmissão de nomes de batismo.

Foi possível constatar que, mesmo utilizando alguns nomes provenientes de um estoque onomástico germânico, tanto para meninos como para meninas, não é possível categorizar que este grupo se organize em função de uma identidade teuto-brasileira. Podemos concluir, portanto, que os comportamentos das famílias no interior da comunidade se dão muito mais em função de uma identidade baseada na religião luterana, com aspectos endogâmicos caracterizados pelos locais de moradia, pela escolha de estreitamento de relações com algumas famílias específicas, que em consonância com uma origem teuto-brasileira comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação tinha como objetivo principal verificar a criação ou até mesmo a manutenção de uma identidade teuto-brasileira, ou quem sabe, uma identidade apenas confessional luterana a partir da formação – pelo laço do matrimônio – das novas famílias, buscando, sobretudo, compreender como teria se caracterizado o “mercado matrimonial” no interior da comunidade. Esse foi fio condutor desse trabalho, pois se acreditou que, se compreendêssemos de que maneira a comunidade criou e construiu suas uniões e seus grupos familiares, poderíamos avançar na compreensão de sua mentalidade, de suas tradições e principalmente, da maneira como atuaram em prol da religião que professavam, partindo assim de uma análise da vida privada para o entendimento de suas estratégias coletivas de organização no cotidiano da vida comunitária.

Para a compreensão desses aspectos foi fundamental a utilização de uma documentação específica, os registros paroquiais. Sabemos que esse tipo de registro – para nós historiadores, fonte – não foi criado ou pensado para os fins que nós damos a ele. Os registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, foram criados para regulamentar e padronizar o trabalho dos párocos dentro das igrejas, ou seja, seriam então restritos à apenas um universo, o religioso. Porém, ao se transformar no único meio de se contabilizar as sociedades do passado, em épocas em que ainda não existia o registro civil, esses registros se tornaram *mister* para o trabalho de historiadores, demógrafos, genealogistas entre outros profissionais dedicados aos estudos de população.

Muito além de nos apresentar aspectos relativos da vida religiosa de um grupo determinado, o registro paroquial nos permite adentrar na intimidade das pessoas ali arroladas, conhecer aspectos de sua vida íntima que de outra forma não nos seria permitido. Dessa maneira, os registros de batismo e de matrimônio foram fundamentais para a realização do presente trabalho.

A partir da análise dos dados extraídos dessa documentação foi possível conhecer, mas acima de tudo, nos foi permitido demonstrar a necessidade de se entender, um determinado grupo de pessoas congregadas numa comunidade luterana e, sobretudo, descendentes de teuto-brasileiros que adquiriram sua identidade principalmente a partir dos acontecimentos traumáticos relacionados à Segunda Guerra Mundial e à era Vargas, com sua política de nacionalização, como vimos no primeiro capítulo da presente dissertação.

A compreensão dos dados só foi possível a partir da aplicação de uma metodologia oriunda dos ensinamentos da Demografia Histórica, metodologia essa que nos permitiu a instrumentalização necessária para leitura e análise dos dados extraídos da documentação paroquial da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição de Imbituva. Foi possível portanto, verificar aspectos da vida comunitária dos casais que se uniram em matrimônio como por exemplo suas preferências no momento da escolha dos noivos. Vimos que houve, para o período estudado na comunidade luterana, escolhas que demonstraram que o grupo organizava-se em função de algumas regras de endogamia, que pôde ser também verificada na escolha das testemunhas de casamento, uma vez que a predileção se deu principalmente entre as pessoas que também possuíam ascendência germânica, eram membros da comunidade e provavelmente residiam próximas. Do mesmo modo, foi possível traçar um perfil dos jovens nubentes da comunidade, apresentando, dessa forma, as principais características do mercado matrimonial dessa comunidade.

A distribuição sazonal dos casamentos também foi um elemento passível de análise. Foi possível perceber uma grande influência cultural do meio, sobretudo, em relação aos meses menos preferidos para a realização das bodas, como vimos no segundo capítulo. Portanto, o comportamento dos luteranos de Imbituva só pôde ser explicado a partir de uma influência do meio, uma vez que a maioria da população de Imbituva professava a religião católica.

Além dessas questões de cunho comunitário ou público, as fontes nos permitiram, à luz da Demografia Histórica, verificar aspectos relacionados aos momentos mais íntimos dos casais recém casados na comunidade. Ao trabalhar com os registros de batismos, foi possível adentrar na intimidade desses casais e deflagrar aspectos relativos à vida sexual desse grupo, por exemplo. Foi possível constatar, por exemplo, alguns aspectos relativos à fecundidade dos casais a partir da análise das concepções dos bebês. Pudemos observar que a maioria dos casais teve seus filhos após a realização dos casamentos civil e religioso, o que viria a demonstrar um comportamento considerado “adequado” aos padrões tanto religiosos como sociais, uma vez que o defloramento ainda era considerado crime, e portanto, a virgindade da mulher era algo a ser protegido; dessa maneira, ser flagrado por uma gravidez indesejada não deveria ser considerado como algo a ser buscado pelos casais. Contudo, não podemos afirmar categoricamente que esses casais que tiveram filhos apenas após a realização casamento eram castos, apenas podemos conjecturar que tiveram mais sorte que outros, uma vez que, se tiveram relações sexuais, não teriam sido contemplados com uma gravidez antes da hora.

Para verificarmos a questão da possibilidade desse grupo possuir ou não traços de uma identidade étnica, ou teuto-brasileira optou-se por se analisar, ainda que minimamente os prenomes de batismo das crianças luteranas nascidas dessa coorte de casais formada entre os anos de 1943 a 1959. Nossa hipótese estava baseada, no fato de que a comunidade luterana de Imbituva havia sido formada por um grupo de imigrantes russos-alemães, e que mesmo se tratando de uma possível quarta geração de descendentes, talvez ainda mantivessem vivos alguns elementos característicos desse grupo fundador. No entanto, a amostra analisada demonstrou não haver esse sentimento de pertencimento, ou de identidade de grupo, baseada na etnicidade, pelo menos no que se refere à transmissão de nomes de batismo.

Foi possível constatar que mesmo utilizando de alguns prenomes provenientes de um estoque onomástico germânico, tanto para meninos como para meninas, não é possível categorizar que este grupo se organize em função de uma identidade teuto-brasileira. Foi possível concluir, portanto, que os comportamentos das famílias no interior da comunidade se dão muito mais em função de uma identidade baseada na religião luterana, com a existência de alguns aspectos endogâmicos caracterizados pelos locais de moradia, pela escolha de estreitamento de relações com algumas famílias específicas, que em uma origem teuto-brasileira comum.

Sabemos que as questões levantadas aqui e as respostas obtidas a partir da documentação não esgotam as possibilidades de análise a respeito desse grupo de luteranos residentes no interior do Estado do Paraná – mesmo porque muitas questões levantadas não foram respondidas. Todavia, já foi possível conhecer alguns comportamentos e características dessa comunidade e que podem ser alguns indicadores da identidade do grupo. É necessário que novas pesquisas se debrucem a estudar essas pequenas comunidades cuja documentação na maioria das vezes constituem-se como uma documentação inédita para o trabalho historiográfico como no caso de Imbituva. Apesar de não esgotar as possibilidades de análise podemos mencionar que este trabalho se justifica em função da falta de projetos que se dediquem a pesquisar sobre as famílias de imigrantes alemães e descendentes pertencentes às comunidades evangélicas luteranas existentes na região central do Estado do Paraná, na qual o município de Imbituva se localiza.

Sendo assim, tomando-se em conta o exposto acima, o presente trabalho, além de pretender a execução de um estudo pormenorizado das famílias pertencentes à Igreja Evangélica Luterana no Brasil numa região ainda não privilegiada por estudos que utilizam de métodos da Demografia Histórica, justifica-se também pela necessidade de ampliação de estudos historiográficos que contemplem a análise da “vertente IELB” do luteranismo,

vertente esta menos privilegiada nos estudos até aqui realizados pela historiografia especializada e pretendeu, portanto, contribuir com o conhecimento desse tema específico.

ANEXOS**QUANTIDADE DE CASAMENTOS POR ANO**

| Ano | Quantidade |
|-------|------------|
| 1943 | 6 |
| 1944 | 14 |
| 1945 | 12 |
| 1946 | 10 |
| 1947 | 26 |
| 1948 | 15 |
| 1949 | 12 |
| 1950 | 12 |
| 1951 | 9 |
| 1952 | 13 |
| 1953 | 11 |
| 1954 | 15 |
| 1955 | 15 |
| 1956 | 19 |
| 1957 | 8 |
| 1958 | 13 |
| 1959 | 13 |
| Total | 223 |

QUANTIDADE DE FILHOS POR CASAL

| FILHOS POR CASAL | | | | | | | | | |
|-------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| CASAL | QTDE. | CASAL | QTDE. | CASAL | QTDE. | CASAL | QTDE. | CASAL | QTDE. |
| 1 | 4 | 35 | 2 | 69 | 4 | 110 | 4 | 144 | 1 |
| 2 | 2 | 36 | 1 | 70 | 2 | 111 | 12 | 145 | 3 |
| 3 | 3 | 37 | 1 | 71 | 6 | 112 | 9 | 146 | 1 |
| 4 | 3 | 38 | 3 | 72 | 6 | 113 | 6 | 147 | 2 |
| 5 | 1 | 39 | 1 | 73 | 3 | 114 | 4 | 148 | 7 |
| 6 | 4 | 40 | 1 | 74 | 3 | 115 | 1 | 149 | 3 |
| 7 | 3 | 41 | 3 | 75 | 6 | 116 | 3 | 150 | 3 |
| 8 | 5 | 42 | 2 | 76 | 4 | 117 | 5 | 151 | 2 |
| 9 | 8 | 43 | 3 | 77 | 3 | 118 | 1 | 152 | 3 |
| 10 | 1 | 44 | 2 | 78 | 7 | 119 | 7 | 153 | 3 |
| 11 | 2 | 45 | 3 | 79 | 4 | 120 | 4 | 154 | 3 |
| 12 | 1 | 46 | 3 | 80 | 2 | 121 | 1 | 155 | 3 |
| 13 | 1 | 47 | 5 | 81 | 4 | 122 | 2 | 156 | 3 |
| 14 | 3 | 48 | 1 | 89 | 4 | 123 | 7 | 157 | 4 |
| 15 | 1 | 49 | 5 | 90 | 5 | 124 | 5 | 158 | 3 |
| 16 | 2 | 50 | 2 | 91 | 3 | 125 | 4 | 159 | 2 |
| 17 | 3 | 51 | 2 | 92 | 3 | 126 | 1 | 160 | 4 |
| 18 | 4 | 52 | 1 | 93 | 2 | 127 | 1 | 161 | 3 |
| 19 | 3 | 53 | 2 | 94 | 9 | 128 | 4 | 162 | 1 |
| 20 | 9 | 54 | 1 | 95 | 5 | 129 | 1 | 163 | 5 |
| 21 | 6 | 55 | 2 | 96 | 5 | 130 | 5 | 164 | 4 |
| 22 | 6 | 56 | 2 | 97 | 3 | 131 | 3 | 165 | 2 |
| 23 | 3 | 57 | 3 | 98 | 2 | 132 | 6 | 166 | 6 |
| 24 | 8 | 58 | 3 | 99 | 8 | 133 | 2 | 167 | 2 |
| 25 | 3 | 59 | 7 | 100 | 3 | 134 | 9 | 168 | 3 |
| 26 | 4 | 60 | 2 | 101 | 1 | 135 | 8 | 169 | 3 |
| 27 | 2 | 61 | 8 | 102 | 1 | 136 | 1 | 170 | 2 |
| 28 | 3 | 62 | 3 | 103 | 3 | 137 | 3 | 171 | 3 |
| 29 | 2 | 63 | 3 | 104 | 3 | 138 | 1 | | |
| 30 | 1 | 64 | 2 | 105 | 2 | 139 | 4 | | |
| 31 | 2 | 65 | 3 | 106 | 2 | 140 | 1 | | |
| 32 | 2 | 66 | 3 | 107 | 2 | 141 | 4 | | |
| 33 | 6 | 67 | 3 | 108 | 3 | 142 | 1 | | |
| 34 | 2 | 68 | 3 | 109 | 2 | 143 | 1 | | |

IMAGENS DOS LIVROS DE REGISTROS DA COMUNIDADE EVANGÉLICA
LUTERANA DA RESSURREIÇÃO

CASAMENTOS FOLHA 1

| N.º | Nome, data e lugar de nascimento do noivo | Nome, data e lugar de nascimento da noiva | Nome e residência dos pais do noivo | Nome e residência dos pais da noiva |
|-----|---|---|---|---|
| 1. | Frederico Ewalds Gobel Nasc.: 6-4-1924 em Mato Branco | Ana Lúcia Petrezo Nasc.: 4-12-1924 em Mato Branco | Gaspar Gobel Regina Gobel Mato Branco | Antonio Lúcia Petrezo e Joaquina Carlos Petrezo. |
| 2. | João Strechar Nasc.: 3 de out. de 1908 em Prudentópolis | Ida Hilda Schäfer Nasc.: 14 de agosto de 1924 em Prudentópolis | André Strechar Bania Strechar Prudentópolis | Wiguel Schäfer Lúcia Schäfer Aurário Fundo Guarapuava |
| 3. | Antenor Vander Brooch Nasc.: 7 de julho de 1920 Imbituva | Leonora Bania Kretschmer Nasc.: 12 de fevereiro de 1923 em Imbituva | Corrado João Vander Brooch Ana Bania Vander Brooch Piraí, Paraná | Fernando Kretschmer Barlotta Kretschmer |
| 4. | Rodolfo Lank Nasc.: 7 de junho de 1920 em Castro | Elfrida Jensen Nasc.: 7 de maio de 1923 em Boqueirão Guarapuava | Julio Lank Lidia Banne Lank Castro | Alberto Otto Jensen Bernimaria Sofia Jensen Boqueirão, Glória, Juvua |
| 5. | Domingos Bordenes Nasc.: 21 de nov. de 1921 em Barra Pinta da, Guarapuava | Helena Bania Schulze Nasc.: 18 de nov. de 1921 em Prudentópolis | José Bordenes de Brito Donaide Rios da Silva Res.: Barra Pinta da, Guarapuava | Max Schulze Helena Schulze Aurário Fundo, Juvua |
| 6. | Emílio Scheidt Nasc.: 9 de maio de 1916 na Ribeira, Imbituva | Ida Carolina Müller Nasc.: 23 de maio de 1920 em Prudentópolis | Henrique Scheidt Christiane Scheidt Ribeira, Imbituva | Guilherme Müller + Sindelfino Forst Müller Kanshi Prudentópolis |
| 7. | Ernesto Hugo Scheidt Nasc.: 18 de agosto de 1926 em Faxinal dos Argutos Imbituva | Andocia da Silva Nasc.: 7 de junho de 1927 em Faxinal dos Argutos Imbituva | Christiano Scheidt Ana Regina Scheidt + Faxinal dos Argutos Imbituva | Emílio José da Silva Francisca da Silva Faxinal dos Argutos Imbituva |
| 8. | Adolfo Budach Filho Nasc.: 9 de mai. 1922 em Guarapuava | Leleila Hornf. Nasc.: 14 de fev. de 1926 em Lagoa Vermelha Rio Grande do Sul | Adolfo Budach Luiza Budach Guarapuava | Theodoro Hornf. Emilia Hornf. Guarapuava |
| 9. | Colandio Stadler Nasc.: 9 de set. de 1918 em Imbituva | Isolanda Petrezo Nasc.: 13 de nov. de 1924 em Faxinal dos Petrezo, Imbituva | Frederico Stadler Isolanda Stadler Laranjeiras Guarapuava | João Pedro Petrezo da Rocha e Bania Falguini Petrezo Agua Pedere, Itaipava |
| 10. | Edmundo Frederico Scheidt Nasc.: 10 de agosto de 1924, Faxinal dos Argutos | Patália Benão Nasc.: 20 de out. de 1926 em Faxinal dos Perdidos | Christiano Scheidt + Ana Regina Scheidt Fax. dos Argutos | Luiz Gato Benão Theresa Benão Fax. dos Perdidos |

CASAMENTOS FOLHA 2

| Casamentos 1946 | | | | | |
|--|---|---|---|-----------------------|--|
| Data e lugar do casamento civil | Data e lugar do casamento religioso | Nomes das testemunhas no casamento civil | Nomes das testemunhas no casamento religioso | Texto do sermão nupc. | Observações |
| 15-1-1946 Imbituva | 1-1-1946 Imbituva | João Loureiro Gobet Wenceslau Lima de Andrade | João Loureiro Gobet Lil e João José Salinhas | Joné 24:15 | - |
| 27 de março de 1946 em Palmeirina Guarapuava | 4 de janeiro de 1946 em Luziânia Guarapuava | José Reje Delfino Alves de Matos | Max Schulze Emílio Schäfer | 3. João 2:1-11 | - |
| 2-3-1946 Imbituva | 2-3-1946 Imbituva | Frederico Danzhe Luiz Sandmann | item | - | O casamento foi feito em casa do Sr. Fernando Kretschmer |
| 23-4-1946 Guarapuava | 27-4-1946 Boqueirão Guarapuava | Alvino Krüger Beata Krüger Benedito Alves da Silva, Altiva R. de Silva | João Wendler Ernesto Jensen | - | O casamento foi feito em casa do Sr. Alberto O. Jensen |
| 2-3-1946 Guarapuava | 30-4-1946 Luziânia Guarapuava | Germano Maxini- niano Schulze e Francisco Fligi- coski | Germano Maxini- niano Schulze Geraldo Bailler | - | - |
| 1-6-1946 Pindotíngüi | 1-6-1946 Pindotíngüi | Pilo Puyos Alberto Balch | item | Sal. 128:1-2 | O casamento ^{religioso} realizou-se na casa da noiva. |
| 12-7-1946 Imbituva | 12-7-1946 Imbituva | Carlos Schneider Sdr. Edmundo Scheidt | item | Sal. 128:1-2 | - |
| 6-8-1946 Guarapuava | 28-7-1946 Guarapuava | Francisco Dangelmal André Sales | João Wendler Oscar Wendler | Sal. 128:1-2 | - |
| 28 de julho de 1945 Pto do Tigre | 22 de set. de 1946 Imbituva | Alceides Botelho Carlos Machet | Helenique Raminth Gaspar Gobet | - | - |
| 12 de set. de 1946 Imbituva | 12 de set. de 1946 Imbituva | Emílio G. Peshe Wenceslau Braz | Emílio G. Peshe Wenceslau Braz | - | - |

BATISMOS

Batismos

Ano de 1950

| N. | Nome | Data e lugar do nascimento | Data e lugar do batismo | Nome dos pais, lugar e data do registro civil | Testemunhas |
|----|-----------------------|--|--------------------------|--|--|
| 37 | Barlene Gueths | 3 set. 1950 Imbituva | 17 set. 1950 Imbituva | Anno Carlos Gueths Cezarina Edith Gueths Reg.: 5 set. 1950, Imb. | Adolfo Heiligenberg Hilda Heiligenberg Walter Gueths, Hestla Gueths, Hilt Elicher. |
| 35 | Jonas Saul Silveiro | 4 set. 1950 Hto do Pato Br. Imbituva | 17 set. 1950 Imbituva | Kaarel Saul Silveiro Clara Vais Silveiro Reg.: 5 set. 1950, Imbituva | Carlos Albino Vaiseth Edith Vaiseth. |
| 36 | Edgar Alberto Scheidt | 6 março 1950 Ribeira Imbituva | 19 set. 1950 Imbituva | Alberto Fred. Scheidt Cristofarina Scheidt | Otto Scheidt Dilma Scheidt. |
| 37 | Luiz Oscar Teixeira | 10 set. 1950 Imbituva | 8 set. 1950 Imbituva | Levi Basilio Teixeira Leoni Teixeira | Julio Schwemning Frosa Schwemning Irani Kuller David Ribeiro |
| 38 | Alvaro Scheidt | 16 agosto 1950 Bombr. do Pato Imbituva | 8 set. 1950 Imbituva | Pivadarica Scheidt Henry Scheidt Reg.: 20 agosto 1950. | Arnaldo Roseler Anoidey Roseler Olga Scheidt Agenor Vaiseth. |
| 39 | Homero Silva Scheidt | 23 julho 1950 Ponta Grossa | 15 set. 1950 Imbituva | Evaldo Scheidt Nessa Silva Scheidt | Dr. Hamilton Portugal Joares Pereira; Eunice Halila Pereira; Asta Scheidt. |
| 40 | Alma Cláudia Bornello | 7 set. 1950 Imbituva | 29 set. 1950 Imbituva | José Bornello Frosa Bornello | Arthur Vietel; Honora Luchas; Pedro Bornello; Jane Bornello. |
| 41 | Eni Enrich | 10 set. 1950 Imbituva | 29 set. 1950 Imbituva | João Paulo Enrich Radir Enrich | Milton Eidam; Arthur Raisan; Paul Enrich; Maris Rosa Eidam; Helena Enrich; Edelginga Raisan |
| 42 | Ari Roberto Schneider | 12 set. 1950 Morris Brava Imbituva | 12 nov. 1950 Imbituva | João Jayson Schneider Paulina Alfrida Schneider Reg.: 12 set. 1950, Imb. | Hugo Alberto Venske; Linda Venske; Alberto Schneider; Lucia Schneider. |
| 43 | Orlando Jones | 25 set. 1950 Campina Imbituva | 15 nov. 1950 Imbituva | Felício Jones Paulina Jones | João Francisco Stadler; Clara Stadler; Henrique Vaiseth; Therese Vaiseth. |
| 44 | Aneli Groni | 27 set. 1950 Imbituva | 19 nov. 1950 Imbituva | Attamio Groni Lina S. Groni | Laura Bomba; Emilia Bomba; big Manoelito; Kayonild Bomba; Lúcia Bomba |

MAPA DE IMBITUVA



RELAÇÃO DE FONTES

Fontes Manuscritas

- Livro Rol de Membros Volume 1 da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição – (1942-1958)
- Livro Rol de Membros Volume 2 da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição – (1959-1964)

Disponíveis em meio digital

- Arquivo da D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiê: 780b. Top. 89. Período: 1935, 1939 a 1945; 1948, 1951 a 1953; 1958, 1965 a 1968.
- Arquivo da D.O.P.S., Curitiba. Delegacia de Ordem Política e Social: Documentos Antigos, dossiês: 515a e 515B.
- Diário Oficial da União de 18 de Maio de 1945. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/2348366/dou-secao-1-18-05-1945-pg-21
- Diário Oficial da União de 15 de Junho de 1945. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/2383353/dou-secao-1-15-06-1945-pg-30
- Diário Oficial da União de 04 de Outubro de 1949. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/2681411/dou-secao-1-04-10-1949-pg-6
- Diário Oficial da União de 21 de Outubro de 1949. Disponível em: www.jusbrasil.com.br/diarios/2705369/dou-secao-1-21-10-1949-pg-11
- Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1857, pelo Vice Presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes. Curitiba, Typografia Paranaense de C. M. Lopes, 1857, p. 45-46. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/618/>.
- Relatório do Presidente da Província do Paraná Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes de 31 de Março de 1879, p. 52.
Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u586/000051.html>.

Fontes impressas

Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGHASSIAN, Michel; GRANDIN, Nicole; MARIE, Alain. Filiação, consanguinidade, alianças matrimoniais. In: AUGÉ, Marc (org.). **Os domínios do parentesco**. Filiação, aliança matrimonial, residência. Lisboa, edições 70, 2003.

ANDERSON, Dole A. O fator sazonal no Brasil. In: **RAE – Revista de administração de empresas**. Vol. 3, n. 9, out.-dez. de 1963, p. 41-60.

ANDREAZZA, Maria Luiza. Cultura Familiar e registros paroquiais. In: BASSANEZI, Maria Silvia; BOTELHO, Tarcisio (orgs.). **Linhas e entrelinhas: as diferentes leituras das atas paroquiais dos setecentos e oitocentos**. Belo Horizonte: Veredas & Centenários, 2009, p. 137-157.

ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**. Estudo de um grupo imigrante ucraniano (1985-1995). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná/ UFPR, Curitiba, 1996.

ANDREZZA, Maria Luiza; NADALIN, Sergio Odilon. **Imigrantes no Brasil. Colonos e Povoadores**. Curitiba: Nova Didática, 2000.

BAADE, Joel Haroldo. **Da guerra à união: uma abordagem histórica da caminhada da Associação Evangélica de Comunidades e do Sínodo Evangélico-Luterano até sua fusão e formação do Sínodo Evangélico Luterano Unido**. Dissertação (Mestrado em Teologia). EST, São Leopoldo, 2007.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**. Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2001.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Un Mazzolino de Fiori**. Vol.1. Curitiba: Imprensa Oficial: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2002.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.87, jan./abr. 1996, p. 39-50.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 412-438.

BERTRAND, Michel. **Elites y configuraciones sociales en Hispanoamérica colonial**” In: Revista de História, n. 13, I Semestre 1999. Instituto de Historia de Nicaragua y Centroamerica, p. 7, APUD, MACHADO, Cacilda. **Casamento & Desigualdade Jurídica. Primeiras notas de um estudo em uma área da região paulista no período colonial**. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, Minas Gerais, 2002. Disponível em: <http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais/anais-2002-popula%C3%A7%C3%A3o-e-hist%C3%B3ria>

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOTH, Elizabeth. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

CARDOSO, Jayme Antonio; NADALIN, Sergio Odilon. Os meses e os dias de casamento no Paraná – séculos XVIII, XIX, XX. In: **Revista História, Questões e Debates**. Curitiba, dez. 1982, p. 105-129.

CARNEIRO, Davi. **D. Pedro II na Província do Paraná – 1880**. Curitiba, s/d.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. São Paulo: Loyola, 2010.

CONFISSÃO DE AUGSBURGO. Edição Comemorativa 1530-2005. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993.

CUNHA, Maria de Fátima da. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? In: **Revista História, Questões e Debates**, Curitiba, n.34, 2001.

DREHER, Martin Norberto. **História do povo luterano**. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**. 2 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

DREHER, Martin Norberto. (org.). **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Aparecida/SP: Editora Santuário, 1993.

FARIA, Scheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.350-375.

FISCHER, Joachim. A luta contra os pastores-colonos no Rio Grande do Sul no século XIX. In: Idem. **Ensaio Luteranos. Dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal, 1986, p. 33-52.

FLANDRIN, Jean-Louis. **O sexo e o Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FLEURY, Michel e HENRY, Louis. **Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancién** [1ª.ed]. Paris: INED, 1965.

FORSTER, Walter O. **Zion on the Mississipi**. The Settlement of the Saxon Lutherans in Missouri 1839-1841. Saint Louis: Concordia Publishing House, 1953.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.

FUGMANN, Wilhelm. **Os alemães no Paraná: livro do centenário**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

GASS, Edenilson. Padrinhos de Batismo. In: **Revista Mensageiro Luterano**, ano 96, n. 1181, 2013.

GENNEP, Arnold Von. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1978.

GOODE, Willian J. **A família**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O Comércio interprovincial de escravos no Brasil. **Revista Afro-Ásia**. n. 27, 2002, p. 121-160.

GUDEMAN, Stephen. The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain, 1971.

GUDEMANN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José (org.). **Escravidão & invenção da liberdade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763). Tese (Doutorado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

HEES, Ulrich. Os inícios da formação da estrutura eclesiástica no Rio Grande do Sul. In: FISCHER, Joachim. **Ensaio Luteranos. Dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal, 1986, p. 5-19.

HELFENSTEIN, Janaína. A Igreja Evangélica Luterana do Brasil em Guarapuava (1945-1973). In: **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v. 2 n° 2 p. 107-126 mai./ago. 2011.

HINÁRIO LUTERANO. IELB. Porto Alegre: Editora Concórdia, s/d.

HUFF JUNIOR, Arnaldo Érico. **Vozes da Ortodoxia. O Sínodo de Missouri e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil**: processos de formação e relações nos contextos da I Guerra Mundial e do final do Regime Militar. Tese (Doutorado em Ciência da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora-MG, 2006.

IOTTI, Luiza Horn. **A política imigratória brasileira e sua legislação: 1822-1914**. Anais do X Encontro Estadual de História. Santa Maria/RS, 2010. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf

JUNGBLUT, Airton Luiz. O protestantismo luterano dos teuto-brasileiros: algumas considerações necessárias para uma abordagem antropológica. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira. **Os alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Editora ULBRA, 1994.

KILPP, Nelson. O Batismo e a Ceia do Senhor na tradição Luterana e no diálogo presente. **Revista Estudos Teológicos**, v. 38, n. 1, 1998.

KLUG, João. Imigração no Sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.) **O Brasil Imperial, volume III 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 199-233.

KOEHLER, Edward W. A. **Sumário da Doutrina Cristã**. Porto Alegre: Concórdia, 2002.

LEBRUN, François. O sacerdote, o príncipe e a família. In: BURGUIÈRE, André (et al). **História da Família**. O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa. Lisboa: Terramar, 1998.

LEBRUN, François. **A vida conjugal no Antigo Regime**. Lisboa, Edições Rolim, s/d.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **Temas conjugais: um diálogo entre os costumes e a lei**. São Paulo: Paulistana, 2012.

LUTERO, Martinho. **Obras Seleccionadas: ética: fundamentos – oração – sexualidade – educação – economia**. V.5. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2011

MACFARLANE, Alan. **História do Casamento e do Amor: Inglaterra: 1300-1840**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MACHADO, Cacilda. **Casamento & Desigualdade Jurídica. Primeiras notas de um estudo em uma área da região paulista no período colonial**. Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, Minas Gerais, 2002. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/?q=publicacoes/anais/anais-2002-popula%C3%A7%C3%A3o-e-hist%C3%B3ria>

MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **REIS - Revista española de investigaciones sociológicas**, n. 62, abr/jun. 1993.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Caiçara: terra e população**. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL, 1986.

MARCH, Kety Carla de. **Entre promessas e reparações: processos crime de defloração em Guarapuava (1932-1941)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2010.

MARQUES, Rachel dos Santos. **Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (1750-1820)**. Dissertação (Mestrado em História) Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2012.

MARLOW, Sergio Luiz. **Nacionalismo e Igreja: A Igreja Luterana, Sínodo de Missouri nos “porões” do Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Espírito Santo, 2006.

MATOS, Edemê de. **Imbituva: uma viagem de retorno à terra natal**. Curitiba: s/ editora, 2013.

MATOS, Paulo Roberto. **A virgindade como “dote natural” da mulher:** sexualidade feminina em São Luís na virada do século (1880-1920). Anais do III Simpósio de História do Maranhão. Jun/2013.

MERCER, José Luiz da Veiga; NADALIN, Sergio Odilon. Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo. In: **Revista Topoi**, v. 9, n. 17, jul.-dez. 2008.

MEYER, Carl S (org.). **Moving Frontiers:** Readings in the history of the Lutheran Church – Missouri Synod. Saint Louis: Concordia Publishing House, 1964.

MOTTA, Alda Britto da; WELLER, Wivian. Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. In: **Revista Sociedade e Estado** - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

MÜLLER, Estevão. **Documentário da Imigração Alemã nos Estados do Paraná e Santa Catarina.** Curitiba: Editora Champagnat, 2009.

MÜLLER, Estevão. **Além dos mares a liberdade.** Alemães do Volga: a epopeia de um povo. São Paulo: Loyola, 1998.

NACIF, Paulo Cesar Miranda. **Padrinhos, afilhados e compadres:** apontamentos sobre o parentesco espiritual contraído pelo ritual católico do batismo no âmbito do Antigo Regime. Anais do XXVII Encontro Nacional de História – ANPUH. Natal, julho de 2013.

NADALIN, Sergio Odilon. **Identidade e parentesco na construção e desconstrução de uma cultura teuto-brasileira (1876-1973).** Comunicação apresentada no I Congresso Internacional REFUMUR. Múrcia - Espanha, fevereiro de 2011.

NADALIN, Sergio Odilon. João, Hans, Johann, Johannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante. In: **Revista de História UNISINOS**, ano 11, n. 1, jan/abril, 2007.

NADALIN, Sergio Odilon. Reconstituir famílias e demarcar diferenças: virtualidades da metodologia para o estudo de grupos étnicos. In: **Revista brasileira de Estudos Populacionais (REBEP)**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan./jun. 2007.

NADALIN, Sergio Odilon. **Um viés determinado pela etnicidade:** os nomes de batismo – Registros paroquiais de uma comunidade luterana, séculos XIX e XX. Texto apresentado no Núcleo de Estudos de População da Universidade de Campinas, São Paulo, junho de 2007.

NADALIN, Sergio Odilon. **A respeito de uma demografia histórica de contatos culturais.** Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu-MG, 2006.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e Demografia:** elementos para um diálogo. Campinas: ABEP, 2004.

NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: Ocupação do território, população e migrações.** Curitiba: SEED, 2001.

NADALIN, Sergio Odilon. Sexualidade, Casamento e Reprodução. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP)**. São Paulo, v.5, n.2, jul/dez 1988.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**. Mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003.

PETRONE, Maria Tereza S. Imigração. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil republicano: sociedades e instituições (1889-1930)**. 2 ed. Rio de Janeiro, DIFEL: 1978.

PETRY, Rui. **Da *Gemeinde* à Comunidade**: uma análise das mudanças de paradigma geradas pelas crises dos anos 30 e 40, entre os imigrantes alemães luteranos e seus descendentes em Curitiba. Trabalho de Conclusão de Curso (História), Curitiba: UFPR, 2002.

PORTELLA, Rodrigo. Fé, Cultura e Norma Eclesiástica: A gênese da Igreja Luterana no Brasil – Organização Popular e Tutela Eclesiástica. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 7/8, jul/ago 2006, p. 593-607.

PRIEN, Hans-Jürgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil**. Das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Sinodal. Petrópolis: Vozes, 2001.

PRIORE, Mary Del. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

REHFELDT, Mário Luis. **Um grão de mostarda**: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. 1 vol. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

RENK, Valquiria Elita. **Aprendi falar português na escola!** O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2009.

RIETH, Ricardo Willy. Raízes históricas e identidade da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). **Revista Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 49 n. 2 jul./dez. 2009.

ROTTMANN, Johannes H. **Batismo de crianças**. 3ed. Porto Alegre: Concórdia, 2011.

SAFFRAIDER, Luiz Fernando. **A saga dos alemães do Volga**. Curitiba: Juruá, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e Santa Catarina**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1978.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: História e Historiografia no século XX. In: JIMENEZ, Francisco Chacón (et al). **Família y tendencias historiográficas em el siglo XX**. Murcia: Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 2003, p. 99-115.

SANTOS, Ivison Poletto dos. A Sociedade Promotora de Imigração: formação e influência, 1886-1895. **Revista Histórica (Arquivo Público de São Paulo)**. Edição 25, set/2007.

Disponível:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao25/materia02/>

SARACENO, Chiara. **Sociologia da família**. Lisboa: Editora Estampa, 1992.

SCARPIN, Fabio Augusto. **Bens simbólicos em laços de pertencimento: família, religiosidade e identidade étnica nas práticas de transmissão de nomes de batismo em um grupo de imigrantes italianos (Campo Largo – PR, 1878-1937)**. (Dissertação) Mestrado em História, UFPR, 2010.

SCHWAB, Carlos Alberto. **Resumo Histórico e Genealogia dos Alemães do Volga**. Ponta Grossa: C.A. Schwab, 1997.

SEIBERT, Erní Walter. **Introdução às Confissões Luteranas**. Sua atualidade e relevância. Porto Alegre: Concórdia, 2000.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: In: PANDOLFI, Dulce (org) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo Teuto-Brasileiro. In: **Revista MANA** 5, 1999.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora UnB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis, FCC edições, 1982.

SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Lisboa: Terramar, 1995.

SOCHODOLAK, Hélio; MANEIRA, Regiane. **Os Faxinais na região de Irati na década de 1940: A força de uma cultura tradicional**. Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Ondina/BA, 2011.

STADLER, Cleusi Bobato. **Imbituva: uma cidade dos Campos Gerais**. Imbituva/Pr: Sem editora, 2003.

STEYER, Walter O. **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense 1900-1904**. Porto Alegre: Singulart, 1999.

STONE, Lawrence. **Família, sexo y matrimonio en Inglaterra; 1500-1800**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. "Viagem do Presidente Dr. Alfredo d'Escagnolle Taunay ao Rio Iguassu (Província do Paraná) em março de 1886". In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo L, parte II, 1887.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder**. A família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2011.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e Sociedade. In: MIRANDA, Orlando de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995, p. 239. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=kc4a_h6pPZgC&printsec=frontcover&hl=ptBR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

WIRTH, Lauri Emílio. **O protestantismo brasileiro de rito luterano**. In: Revista USP. São Paulo, n. 67, setembro/novembro 2005 p. 68-77.

WITT, Osmar Luiz. **Igreja na Migração e Colonização**. A Pregação Itinerante no Sínodo Rio-Grandense. São Leopoldo, Sinodal, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão**. São Paulo: Ática, 1992.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

VOIGT, André Fabiano. **A invenção do Teuto brasileiro**. Blumenau: Liquidificador Produtos Culturais, 2013.

VOIGT, André Fabiano. O teuto-brasileiro: a história de um conceito. In **Espaço Plural**, Ano IX, Nº 19, 2008.